

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

WANDER LUIZ DEMARTINI NUNES

Do nacionalismo cultural ao anti-hitlerismo: a evolução dos
escritos políticos de Thomas Mann (1914 - 1945)

VITÓRIA
2017

WANDER LUIZ DEMARTINI NUNES

Do nacionalismo cultural ao anti-hitlerismo: a evolução dos escritos políticos de Thomas Mann (1914 - 1945)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares.

VITÓRIA
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Nunes, Wander Luiz Demartini, 1986-

N972d Do nacionalismo cultural ao anti-hitlerismo : a evolução dos escritos políticos de Thomas Mann (1914 - 1945) / Wander Luiz Demartini Nunes. – 2017.
111 f.

Orientador: Geraldo Antônio Soares.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Mann, Thomas, 1875-1955. 2. Nacionalismo. 3. Guerra mundial, 1914-1918. 4. Nazismo. 5. Guerra mundial, 1939-1945. I. Soares, Geraldo Antonio. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

WANDER LUIZ DEMARTINI NUNES

**Do nacionalismo cultural ao anti-hitlerismo: a evolução dos escritos políticos de
Thomas Mann (1914 - 1945).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em __ de Julho de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^o. Dr^o. Geraldo Antonio Soares
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof^o. Dr^o. Fábio Muruci dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^o. Dr^o. Josemar Machado de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^o. Dr^o. Aldieris Braz Amorim Caprini
Instituto Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa, Caroline Frassi, por todo o suporte nessa jornada, pela paciência comigo nos momentos mais difíceis dessa pesquisa, e por simplesmente me iluminar com sua presença. Agradeço à minha filha, Valentina Frassi Demartini Nunes, por demonstrar-me a plenitude do amor, e por ser minha maior motivação sempre. Agradeço aos meus pais, Wander Luiz Salles Nunes e Jucilene Maria Demartini Nunes, pela incessante dedicação comigo e por serem meus grandes amigos de toda a vida. Agradeço a minhas irmãs, Cintia Demartini Nunes e Lucyana Demartini Nunes, e a meu sobrinho e afilhado, Carlos Eduardo Demartini Nunes, por ampliarem minha felicidade em pertencer a uma família tão querida. À força divina que me guiou nesses últimos anos.

Agradeço ao meu caro orientador, Dr^o. Geraldo Antônio Soares, pelo apoio e incentivo em todo esse processo. Aos professores doutores Fábio Muruci, Josemar Machado e Rodrigo Goulart, pela leitura, correção e por terem aceitado o convite para participar da banca examinadora.

Agradeço ao meu grande amigo, Marcelo Durão, por acreditar em mim e por me apoiar neste projeto, quando eu já me julgava distante da academia. Sem o seu incentivo e amizade eu não teria me lançado neste trabalho.

À minha tia e madrinha, Maria Aparecida de Salles Nunes, pelo exemplo de ser humano e por seu incansável auxílio nos momentos importantes de minha vida. Aos meus sogros, Élio Luiz Frassi e Marlúcia Firmino, pelo carinho e amizade.

Aos meus amigos, Paula Aguiar, Sérgio Luiz Falcetti, Julia Freire, Kennedy Ribeiro, Cassiano Antunes, João Paulo Piassarolo Calabrez e Mellina Neres Curty, pela estima e por todo o apoio de sempre.

Agradeço a todos aqueles que foram meus professores até hoje, e aos professores que já foram e são companheiros de trabalho. Aos meus alunos e ex-alunos por toda motivação e alegria em nossos cinquenta e cinco minutos de aula.

Agradeço a todos os professores do PPGHIS da Universidade Federal do Espírito Santo por toda dedicação e pela acolhida durante a produção deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar a evolução dos escritos políticos de Thomas Mann e sua relação com o contexto que vai de 1914 a 1945. As obras do período da Primeira Guerra Mundial serão comparadas aos escritos contemporâneos à República de Weimar e às obras de seus tempos de exílio, iniciado em 1933 com a ascensão do *III Reich*. Busco entender como Mann, um defensor ferrenho da causa alemã até 1918, não seguiu também o fluxo de movimentos extremados, como o nacional-socialismo, mas, em vez disso, tornou-se um opositor de Hitler e colocou seu serviço intelectual na luta contra o nazismo, quando se tornou um dos principais nomes dos emigrados e, através do rádio, fez com que sua voz chegasse até à Alemanha mais uma vez.

Palavras-chave: Mann, Thomas, 1875- 1955; Nacionalismo; Guerra Mundial, 1914- 1918; Nazismo; Guerra Mundial, 1939- 1945.

ABSTRACT

The propose of this research is to analyze the evolution of the political writings of Thomas Mann, and its relation with the context from 1914 to 1945. The papers of the period of First World War will be compared with the contemporaneous writings to the Weimar's Republic and the works of his exile period, begun in 1933 with the rise of the Third Reich. I intend to understand how Mann, a strong defender of the German's cause up to 1918, did not follow the flow of the extreme movements like National Socialism, but instead became an opponent of Hitler and put his intellectual service in the fight against Nazism when he emerged as one of the emirates' main names and, through the radio, made his voice come to Germany once again.

Keywords: Mann, Thomas, 1875- 1955; Nationalism; World War, 1914- 1918; Nazism; World War, 1939- 1945.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CAPÍTULO 1 – THOMAS MANN: A TRAJETÓRIA DO ARTISTA	17
1.1 Lübeck: o berço de Thomas Mann	18
1.2 Os primeiros anos	19
1.3 O início de uma fama e de uma família	22
1.4 Vida amorosa	24
1.5 Tempos de guerra: o conflito mundial e a contenda entre os irmãos Mann	28
1.6 Do nacionalismo cultural ao republicano racional	30
1.7 O exílio e novamente uma guerra mundial	33
1.8 Raízes brasileiras	37
2 CAPÍTULO 2 – UM THOMAS MANN PRÉ- REPUBLICANO	43
2.1 A grande guerra	44
2.2 O início das incursões de Thomas Mann a serviço da Alemanha	49
2.3 Cultura x civilização como pano de fundo do conflito mundial	54
3. CAPÍTULO 3 – UM EX-APOLÍTICO E INIMIGO DO NAZISMO	74
3.1 A república de Weimar e a “conversão” de Thomas Mann	75
3.2 Thomas Mann como arauto da tragédia e o início do <i>III Reich</i>	82
3.3 Um novo <i>front</i> na guerra de Thomas Mann: <i>Ouvintes alemães! Discursos contra Hitler</i> (1940 – 1945)	94
CONCLUSÃO	102
FONTES	108
BIBLIOGRAFIA	109

INTRODUÇÃO

A unificação tardia¹ da Alemanha não foi o único fator que a diferenciou de outras potências europeias, como a França e a Inglaterra. Essa diferenciação está posta principalmente pela forma como a unificação ocorreu: no caso alemão, a participação de camadas intermediárias da sociedade foi muito menos efetiva do que em países rivais. Na Alemanha a unificação foi algo muito mais da aristocracia guerreira, vista a atuação de Otto von Bismarck, que culminou em vitória na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), levando à coroação de Guilherme I como imperador do então recém-fundado *II Reich*. Com isso, os grupos intermediários e não-aristocráticos da Alemanha eram levados a certa conformidade, pois, mesmo que por hora não fossem parte dos extratos mais altos da sociedade alemã, eles possuíam então um Estado-Nação, que nascia forte com a vitória em uma guerra, e, portanto, teria maior poder e solidez nas disputas internacionais. Além disso, tais grupos diferenciavam-se e mantinham-se acima da grande massa de trabalhadores. Tudo isso fez com que as classes industriais e comerciais absorvessem valores e práticas da aristocracia (ELIAS, 1997, p. 92).

Ao comentar a questão do *habitus*, dos duelos, das confrarias estudantis e da *satisfaktionsfähige Gesellschaft*², Norbert Elias considera que ao contrário das nações ocidentais, como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, a entrada da Alemanha na modernidade é distinta, pois a sociedade alemã manteve a aversão à democracia por conta da permanência de tais práticas enumeradas acima. A burguesia alemã imitava a nobreza e não foi capaz de desenvolver uma revolução. Isso teria sido uma especificidade alemã (ELIAS, 1997, p. 106).

Fritz Ringer, em *O Declínio dos Mandarins Alemães*, desenvolve uma abordagem parecida, mas para tratar dos intelectuais que teriam uma resistência ao processo modernizador. Ao contrário de que ocorreu em outras nações ocidentais, os intelectuais alemães possuíam um *status* de nobreza ao longo do século XIX, pois valorizavam uma forma de educação pré-moderna, caracterizada pelo cultivo do homem e considerada mais pura em contraste com o ensino tecnicista. Quando sobrevém o que Ringer chama de “a era das máquinas e das massas”, que acompanha a expansão da Revolução Industrial na Alemanha no final do século XIX, os intelectuais do tipo mandarim³ tiveram uma postura reacionária e acabaram engolidos

¹ A unificação da Alemanha é considerada tardia no caso de uma comparação com a centralização do poder na França e na Inglaterra, que remetem ao século XV.

² Sociedade de satisfação mútua.

³ “A palavra em si não é importante, embora pretenda evocar a elite tradicional dos funcionários letrados da China. Minha decisão de aplicar o termo à classe acadêmica alemã inspirou-se provavelmente no admirável retrato que Max Weber traçou dos literatos chineses. Para o cenário europeu eu definiria ‘os mandarins’ simplesmente como a elite social e cultural que deve seu *status* muito mais às qualificações educacionais do que

pelo processo de modernização e de expansão econômica abrupta, entrando em declínio (RINGER, 2000, p. 22).

Tanto para Ringer (2000) quanto para Elias (1997), portanto, a sociedade alemã seria distinta, em diferentes níveis, de outras potências europeias. A burguesia alemã, por exemplo, não se desenvolveu como a burguesia francesa, e o fato de não ter havido uma revolução comparável à de 1789 na França durante a entrada da Alemanha na modernidade aponta para a existência de uma classe intermediária “atrofiada”, o que levou a consequências sérias: impediu o desenvolvimento amplo da democracia liberal e ocasionou uma aversão às instâncias representativas da democracia. Essas questões teriam relação com o surgimento do nacional-socialismo e do totalitarismo. Nessa perspectiva, a entrada “errada” da Alemanha na Modernidade seria a causa principal.

Tais ideias estão inseridas em um debate muito maior que acontece na Alemanha desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quando historiadores e cientistas sociais se perguntaram: “como Hitler foi possível?”. A Alemanha era então uma das nações mais desenvolvidas da Europa no início do século XX, apresentava um elevado nível cultural e possuía as maiores universidades da Europa. De repente, porém, produziu o nazismo.

A partir da década de 50 a versão de Fritz Fischer, em *Germany's Aims in The First World War*, demonstra que as origens do problema já existiam em 1914. Desse modo, depois da Segunda Guerra a visão acerca da peculiaridade alemã inverteu-se: o que era algo positivo e benéfico tornou-se algo ruim. A especificidade alemã passou a ser vista com maus olhos. Teve início uma discussão a respeito da chamada *Sonderweg*⁴, sobre a qual se desenvolveram diversos debates historiográficos. Aquilo que Fritz Ringer e Norbert Elias levantam em suas obras deriva justamente do debate sobre a *Sonderweg*.

A tese de que a burguesia alemã passou por um desenvolvimento errôneo, criada por Ulrich Wehler, surgiu nesse contexto. Wehler afirmou que a burguesia alemã não teve forças para produzir uma revolução por ser uma burguesia frágil. Nos anos 80, David Blackbourn e Geoff Eley compuseram *The Peculiarities of German History*, onde fizeram um balanço crítico

à riqueza ou aos direitos hereditários. O grupo constitui-se de médicos, advogados, clérigos, funcionários do governo, professores de escolas secundárias e professores universitários, todos eles com diplomas de curso superior, concedidos com base na conclusão de um círculo mínimo e na aprovação num conjunto convencional de exames. Os ‘intelectuais mandarins’, principalmente os professores universitários, preocupam-se com a dieta educacional da elite. Preservam os padrões de qualificação que permitem a afiliação ao grupo e agem como seus porta-vozes em questões culturais.” (RINGER, 2000, p. 22)

⁴ Caminho específico. O termo faz referência justamente ao caminho peculiar percorrido pela Alemanha.

sobre os debates acerca da *Sonderweg*. Nesse texto, eles observam as afirmações de que a burguesia alemã teve um desenvolvimento errôneo e de que reproduzia práticas da aristocracia, porém questionam: qual seria então o desenvolvimento correto? Qual a forma correta de se adentrar na modernidade? Os dois autores problematizam a questão afirmando que o modelo inglês, o francês e o norte-americano diferiam entre si. (KOCKA, 1988, p. 3-16).

Nesse contexto que abarca desde o período que antecede à Primeira Guerra até o pós-Segunda Guerra, o pensamento de Thomas Mann apresenta uma evolução bastante tortuosa. Tal conjuntura, todavia, foi debatida posteriormente pelo autor tanto em sua obra literária, como, por exemplo, *A Montanha Mágica* (1924), um romance de formação que retrata a crise da sociedade europeia às vésperas da Primeira Guerra Mundial, e *Doutor Fausto* (1947), cujo enredo narra a história do pacto demoníaco de um músico, Adrian Leverkühn, que personificou a Alemanha nazista a desmoronar no fim da Segunda Guerra, quanto também em seus escritos políticos, apesar de Mann se considerar, a princípio, um apolítico, o que se reflete no título de sua obra redigida durante a Primeira Guerra: *Considerações de um apolítico* (1918).

Ainda mais cedo, no início do conflito, Mann havia redigido outro ensaio, *Pensamentos na Guerra* (1914), que lhe rendeu uma contenda com seu irmão, Heinrich Mann, já que Thomas fez nesse ensaio uma defesa apaixonadamente nacionalista da causa alemã, enquanto Heinrich posicionava-se de forma mais favorável à causa francesa. Após o fim da Primeira Guerra, com o advento da República de Weimar (1918–1933), Thomas Mann anunciou sua adesão à causa republicana – o que, para muitos, ocorreu de forma tardia – com um pequeno ensaio: *A república alemã* (1923). A partir de então, Mann tornou-se um típico *Vernunftrepublikaner*.⁵ A sequência dos fatos históricos afastaria Thomas Mann ainda mais dos rumos que a Alemanha tomava, tanto intelectualmente quanto no plano territorial, pois, ao contrário de muitos intelectuais que fizeram coro com ao nacional-socialismo, Mann se opôs aos nazistas antes mesmo de sua chegada ao poder, sendo obrigado a partir para o exílio em 1933.

Apesar de ter sido um opositor do nazismo, uma leitura isolada do ensaio de Thomas Mann, *Pensamentos na Guerra*, redigido bem antes no início da Primeira Guerra Mundial, deixa a impressão de que, pelas ideias expressas nesses escritos, anos depois Mann se tornaria um dos

⁵ Republicano racional. Intelectuais que durante a República de Weimar foram assim definidos por adotarem o republicanismo por opção intelectual, e não por ser esta sempre a sua causa.

entusiastas do nacional-socialismo. Nesse ensaio, o autor, lançando mão da oposição entre cultura e civilização, faz uma defesa veemente da causa alemã. Mann aponta que os dois conceitos eram muitas vezes confundidos como sinônimos, ou então lidos como a intensificação do outro, não havendo certeza sobre qual seria o mais elevado e mais nobre. Segundo Mann, os termos, além de não tratarem de uma mesma coisa, seriam opostos. Estaria de um lado o mundo do espírito e, do outro, o mundo da natureza (MANN, 2010, p. 144).

A cultura, para Thomas Mann, era considerada uma selvageria cheia de estilo, “seria coesão, estilo, forma, atitude, gosto, um certo tipo de organização espiritual do mundo, mesmo que tudo isso seja também aventureiro, bizarro, selvagem, sangrento e terrível”. (MANN, 2010, p. 144). Enquanto isso, a civilização deriva do esclarecimento, abrandamento, urbanidade, ceticismo. O espírito seria necessariamente burguês, assim sendo, um inimigo dos instintos e fatalmente anti-heróico (2010, p. 145).

Ainda no mesmo ensaio, o autor considerou a arte mais ligada às paixões e à natureza do que à razão e ao espírito. A comparação entre a arte e a guerra é uma constante no texto. O artista é considerado por Mann uma espécie de soldado, que daria graças pela eclosão do conflito, pois com ele se encerraria um mundo de monotonia, o qual não permitia a alguns valores florescerem. Nesse caso o autor considerava a guerra uma espécie de libertação:

Guerra! Era purificação, libertação, o que sentíamos, e uma enorme esperança. Disso falavam os poetas, apenas disso. Que significa para eles um império, o domínio do comércio, a própria vitória, enfim? Nossas vitórias, as vitórias da Alemanha – por mais que nos façam vir lágrimas aos olhos e não nos deixem dormir à noite de felicidade, não foram elas que foram cantadas até agora, prestem atenção, não houve ainda nenhum canto de vitória. O que entusiasmou os poetas não foi a guerra em si mesma, como tribulação, como aflição moral. Era a inaudita, poderosa e entusiástica união da nação na disposição para a mais profunda provação – uma disposição, um radicalismo de determinação, como a história dos povos talvez jamais tenha conhecido até agora. Todo o ódio interno, que o conforto da paz tornara venenoso – onde estava ele agora? Surgiu uma utopia do infortúnio... (MANN, 2010, p. 148).

Em um típico estilo *Sonderweg*, Thomas Mann afirmava que, na guerra, para os alemães estava em jogo também seu direito de ser e agir. Para o autor do ensaio, com uma organização ainda jovem e de grande vigor e com instituições sociais progressistas, a Alemanha seria um Estado muito mais moderno do que a França e teria ainda “maior futuro que qualquer parlamentarismo de rábulas que, sempre que se encontra com ânimo solene, volta a malhar a palha de 1789” (MANN, 2010, p. 152).

Mann também teve, depois da Primeira Guerra, o seu caminho peculiar, pois, ainda que tenha concluído o seu polêmico *Considerações de um apolítico*, onde aprofundou tais questões do

Thomas Mann pré-republicano, é importante observar que a obra também foi fruto de um embate pessoal com seu irmão Heinrich Mann. Posteriormente a mudança em tais perspectivas de Thomas levou à reaproximação entre os dois, ao passo em que o irmão mais novo tornou-se alguns anos depois um republicano racional e opositor do movimento de Hitler.

Por seu posicionamento, Thomas Mann deixou a Alemanha durante a ascensão nazista. Buscando primeiro não se afastar muito de sua terra natal, permaneceu na Suíça. Mais tarde, recebeu a cidadania tchecoslovaca. Porém, foi nos Estados Unidos onde o escritor permaneceu durante a maior parte de seu exílio, e foi de lá que exerceu uma espécie de liderança entre os intelectuais emigrados. Na América, Mann gravou seus *Discursos Contra Hitler*, transmitidos pela BBC de Londres para a Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial. Após o fim do conflito, Mann retornou para a Europa, já que a paranoia de caça às bruxas, instaurada com o macarthismo, levou a uma série de mal-entendidos, e Thomas Mann passou a ser visto, se não como um militante de esquerda, pelo menos um “inocente útil” aos soviéticos. Desse modo, o escritor voltou a viver na Europa, mas não em sua pátria, dividida após o fim da guerra. Em suas visitas à Alemanha, sempre tomava o cuidado de manter um equilíbrio na atenção que devotava tanto à República Federal da Alemanha quanto à República Democrática Alemã. O escritor escolheu a suíça como seu último lar. Thomas Mann faleceu em Zurique, no dia 12 de agosto de 1955.

Para o estudo desse contexto no presente trabalho, a proposta é a de uma análise dos escritos políticos de Thomas Mann. Essa leitura da obra política do autor manifesta mais claramente o que sua obra literária demora a revelar. Dentre seus ensaios será dada uma atenção especial a *Pensamentos na Guerra* (1914) e *Considerações de um apolítico* (1918), obras do Mann nacionalista, a serem comparadas com os ensaios reunidos em *Ordem do dia* e as obras do Thomas Mann inimigo do nazismo de *Ouvintes alemães! Discursos contra Hitler* (1940–1945).

Considerações de um apolítico é o fruto do trabalho de Mann durante os anos de conflito, no qual desenvolveu os pontos levantados previamente em *Pensamentos na Guerra*. Desse modo, este trabalho realiza um paralelo entre o Thomas Mann de antes e durante a Primeira Guerra, o Thomas Mann do entre guerras, com os seus alertas sobre os riscos do nazismo, e o de durante a Segunda Guerra, quando lançou seus *Discursos contra Hitler: Ouvintes Alemães*, lidos pelo próprio autor e transmitidos via rádio BBC. Tal comparação busca explicar o

porquê da evolução de seu pensamento, que poderia facilmente ter se encaixado nos discursos nacionalistas do nazismo, mas se tornou um dos baluartes da cultura alemã contrários ao nazismo até o fim da Segunda Guerra. O escritor foi, portanto, um ativo combatente nos meios intelectuais contra o movimento de Hitler.

Como perceptível na extensa bibliografia sobre a obra de Mann, muito é discutido a respeito de sua teoria literária e de suas reflexões sobre a cultura alemã, todavia, não constam contribuições substanciais sobre seus escritos políticos e sua influência no contexto da sociedade germânica no período entre guerras.

Em alguns momentos, como em *Pensamentos na Guerra* (1914) ou *Considerações de um apolítico* (1918), ficam claras as inclinações políticas do autor a um tipo de nacionalismo baseado nas ideias de cultura e formação nacional. Todavia, inclusive em suas obras literárias, acreditamos ser possível identificar algumas nuances de perspectiva que influenciaram seus escritos e seu ideário político subsequente.

Tais mudanças em suas ideias ficam claras quando o autor faz seus pronunciamentos na BBC, reunidos no livro *Ouvintes alemães! Discursos contra Hitler*. Mann comenta, por exemplo, em fevereiro de 1941, um pronunciamento do ditador, falando que

O mais recente discurso do chefe de Estado alemão, pronunciado em Berlim no Palácio de Esportes, causou uma impressão particularmente ruim nos Estados Unidos – não tanto por seu conteúdo, que era de uma enorme pobreza e só comprova a incapacidade desse cérebro deteriorado para oferecer alguma contribuição útil à resolução das questões prementes do nosso tempo, porém muito mais por sua jovialidade, pelo bom humor insano que manifestava e que foi a principal razão por que esse discurso foi considerado também na Inglaterra, como *paranoic*, como demente. ‘Hitler fez piadas com muita frequência’, escreveu a imprensa americana. ‘Houve mais gargalhadas que de costume durante os seus discursos.’ De que tipo eram esses gracejos? ‘Um estadista inglês calculou’, disse o conquistador, ‘que em 1940 eu teria cometido sete erros. Eu cometi 724 erros, mas meus opositores erraram 4.385.000 vezes’. Insuperável (MANN, 2009, p. 29).

O trabalho será estruturado com um primeiro capítulo referente à biografia do autor, no qual estará demonstrada sua trajetória intelectual, o peso de seus ensaios e discursos, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, sua posterior conversão ao republicanismo e por fim seu exílio durante o domínio nazista e a Segunda Guerra Mundial, além da influência de suas raízes brasileiras. No capítulo seguinte será analisada a obra do Thomas Mann pré-republicano, com uma atenção especial ao trabalho *Considerações de um apolítico*. No último capítulo, a atenção se voltará para as obras do Thomas Mann republicano, defensor de uma democracia e por vezes até confundido com um simpatizante do

socialismo. Também será feito um diálogo com as ideias expressas na correspondência do escritor.

Para compreender e analisar o contexto problemático em que as ideias nacionalistas de Thomas Mann estão inseridas, é crucial o uso da obra de Hannah Arendt, *Origens do Totalitarismo*, que permite entender a gênese dos movimentos totalitários e sua relação com a forte onda nacionalista que tomava conta da Europa na primeira metade do século XX. Tal obra propicia também a manutenção de um diálogo com questões relacionadas ao entusiasmo que envolveu a elite e as massas na mobilização para a guerra, além de lembrar que os sobreviventes das trincheiras não se tornaram pacifistas (ARENDDT, 2012, p. 460).

No que se refere ao *habitus* da sociedade alemã, será mantido um diálogo com a obra *Os Alemães*, onde Norbert Elias ressaltou que a ascensão econômica não alçava o indivíduo ao topo da pirâmide social. Um dos critérios para definir a categoria social de uma pessoa na boa sociedade da Alemanha ao tempo dos Kaisers era a ancestralidade. No serviço público, civil e no serviço militar, esse fator estava presente desde o início. No caso de diplomados universitários, era mais provável que a ancestralidade ficasse em segundo plano, pois, se o próprio pai não tivesse pertencido aos círculos superiores, alguém que superasse as barreiras dos ritos de iniciação duelísticos numa confraria e, mais tarde, obtivesse um doutorado, seria suficiente para apagar a memória de uma ancestralidade não particularmente distinta. Mas os comerciantes e industriais – novos ricos – que não teriam sido submetidos aos sangrentos ritos de passagem, exigidos de estudantes e militares, eram desprezados pela boa sociedade do *Kaiserzeit* como portadores do indelével estigma de origens humildes, por serem considerados alpinistas sociais (ELIAS, 1997, p. 54).

Para uma análise mais profunda do comportamento nos meios intelectuais desse período, aproveito as ideias de Fritz Ringer em *Declínio dos Mandarins Alemães*. Nessa obra foi demonstrado o contexto no qual começou a se fazer sentir na Alemanha o impacto de uma expansão econômica abrupta. A partir daí, intelectuais alemães, chamados por Ringer de mandarins, indivíduos extremamente cultos, apresentavam a propensão de olhar com grande ceticismo a aurora da era das massas e das máquinas. Foi provavelmente isso o que levou muitos intelectuais alemães do início do século XX a saudarem a grande guerra como um acontecimento capaz de romper tal ordem. Também contribuiu para tal visão o *ethos* guerreiro, pelo qual esses intelectuais estavam conseqüentemente contaminados (RINGER, 2000, p. 19-20).

Será necessário, por vezes, o diálogo com algumas obras literárias de Thomas Mann, como *A Montanha Mágica* e o *Doutor Fausto*, que serão analisadas para observação do imaginário do autor quanto aos acontecimentos que lhe eram contemporâneos. A análise dessas obras configura-se como necessária para compor um pano de fundo do contexto político daquele momento em comparação com o Mann da Segunda Guerra Mundial, que bradava em seus *Ouvintes Alemães! Discursos contra Hitler*:

Gostaria de lhes perguntar como lhes parecem, sob a sua luz, os atos que seus líderes os fizeram cometer, como nação, nos últimos anos, os atos de violência desvairada e destruição dos quais eles os tornaram cúmplices intencionalmente, todas as atrocidades que acumularam em nome de vocês, a inexplicável miséria e o sofrimento humano que a Alemanha nazista, ou seja, uma Alemanha que não pode mais ser alemã, nem cristã, disseminou em torno de si mesma (MANN, 2009, p. 23).

Porém, é importante ressaltar que o objetivo do trabalho não está voltado para as obras literárias de Mann, muito menos há a intenção de fazer uma exegese dos escritos do autor. A pesquisa debruçar-se-á sobre os escritos políticos, colocando os escritos literários apenas como um suporte que mediava sua vivência e posicionamento político.

CAPÍTULO 1

Thomas Mann: a trajetória do artista

Thomas Mann foi o segundo filho em uma família de cinco irmãos. Heinrich Mann, o irmão mais velho de Thomas, foi outro conhecido escritor alemão, com quem por vezes manteve uma relação amistosa e, por outras, conflituosa. Durante o período da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), por exemplo, Heinrich adotou um posicionamento crítico quanto à postura alemã, ao passo que Thomas foi um ferrenho defensor da causa germânica, como é possível observar em seus escritos do período como *Pensamentos na Guerra* (1914) e *Considerações de um Apolítico* (1918). No primeiro texto, Thomas afirma, por exemplo, que os seus compatriotas lutavam pelo próprio direito de existirem enquanto alemães e exaltava a guerra afirmando que:

Toda a beleza e virtude da Alemanha – nós o pudemos ver agora – na paz se poderia por vezes esquecer o quanto ela é bela. Há quem tema que a luta solene em que ela combate pelo seu grande direito à vida a pudesse fazer regredir em sua moralidade, em sua cultura? Ela sairá dela mais livre e melhor do que era. Mas não vemos também que a guerra torna maus e miseráveis os outros, os que portam as insígnias de povos civilizados? Onde está agora a dignidade da Inglaterra? Ela mente tanto que nós nos envergonhamos por ela. E a França? Sua generosidade não afunda numa embriaguez de raiva e histeria vergonhosa? Enquanto para o senso do soldado a guerra aparece como uma esfera de moralidade e honradez, quase como uma operação científica – quanta indecorosidade, quanta devassidão a civil França não considera protegida pelo seu “*c'est la guerre*” que deita tudo por terra? (MANN, 2010, p. 153-154).

Posteriormente, com o fim da Primeira Guerra Mundial, o pensamento político dos dois irmãos se aproximou novamente. Ambos foram críticos do movimento nacional-socialista e obrigados depois a se exilarem na década de trinta e durante a Segunda Guerra Mundial. Na primeira parte deste trabalho, será feita uma breve biografia do escritor, o que se configura importante para perceber o envolvimento e o impacto dos fatos históricos do período em sua obra, sobretudo em seus escritos políticos.

1.1 Lübeck: o berço de Thomas Mann

Lübeck, uma cidade hanseática no norte da Alemanha, foi o berço de Thomas Mann. A cidade que viveu seu auge entre a baixa Idade Média e a Idade Moderna entrou em declínio com as Guerras Napoleônicas e com a construção de ferrovias voltadas para outras rotas mais importantes para a política prussiana, da qual a antiga cidade livre de Lübeck tornava-se cada vez mais dependente ao longo do século XIX.

A família de Thomas Mann possuía destaque nessa cidade. Seu avô, Johann Siegmund Mann, foi cônsul, e seu pai, Thomas Johann Heinrich Mann, também assumiu o mesmo cargo na

Holanda um mês após a morte do próprio pai. Também a firma J. S. Mann, pertencente à família Mann, era um grande negócio de cereais em Lübeck. O pai de Thomas Mann expandiu consideravelmente os negócios tendo aplicado dinheiro inclusive em empresas de navegação. Anos mais tarde, Thomas inspirou-se em sua família para a criação de seu primeiro grande sucesso: *Os Buddenbrook* (1901). A obra gerou muita polêmica na cidade natal do escritor, visto que muitos se sentiram ofendidos com a forma caricata pela qual Thomas Mann retratou a sociedade burguesa de Lübeck. Durante muito tempo o autor foi considerado um filho ingrato e, por isso, não recebeu nenhuma saudação em sua própria cidade. Circulavam espécies de “chaves” para os personagens dos livros.

Encontrei a cidade muito agitada com o livro, que para alguns parecia apenas a vingança traiçoeira de um descendente, para outros, a expressão da impudência desrespeitosa. Mas a todos parecia um preparado asqueroso com o qual um filho malcriado desgraçara sua cidade natal. Por uns tempos eu não sabia o que dizer. Tentei falar das qualidades literárias e artísticas da obra, mas eu era olhado como se tivesse perdido o juízo. Um professor do Katharineum que fora mestre de Thomas Mann gritou-me com desgosto: “Então o senhor acha que ele é um escritor ‘importante’? Eu lhe dei aulas de alemão. Era incapaz de escrever uma composição descente!” (ANTHES apud HAMILTON, 1985, p. 120).

Quando jovem, o escritor era visto como indolente e desinteressado, não teve nenhuma admiração pela escola. Anos depois, tornava-se, concordassem os cidadãos de Lübeck ou não, o maior escritor da cidade. Para um melhor entendimento da relação de Mann com sua terra natal, faz-se necessário um regresso aos primeiros anos do artista.

1.2 Os primeiros anos

A família de Thomas Mann era de grande importância e influência em Lübeck. Além da direção da firma J. S. Mann, o pai do escritor tornou-se senador da cidade e assumiu, em 1885, a presidência dos comitês de comércio, navegação e impostos do Senado. Seu sucesso cada vez maior com a firma e a política tomavam seu tempo e acabavam por afastá-lo da rotina de seus filhos. Os dois filhos mais velhos não tiveram nenhum interesse em dar prosseguimento aos negócios da família. Tanto Thomas, quanto Heinrich deram sinais bastante cedo ao pai de que o caminho percorrido por ambos seria bem distante da trajetória traçada por ele, ao passo que o senador não dava crédito ao talento literário dos dois. Como destaca Hamilton (1985, p. 37): “Seu poder e autoridade na pequena cidade hanseática aumentaram e o futuro de Lübeck começou a ficar em suas mãos. Infortunadamente, o futuro de seus filhos não”.

Enquanto criança, Thomas teve seus primeiros contatos com a música por influência da mãe, Julia da Silva Bruhns, que lia para ele contos e tocava sempre o piano. A casa dos Mann também era o centro de uma vida social, marcada pela realização de bailes e festas. Desse modo, a tendência artística de Thomas Mann originava-se em seu lado materno. Seu irmão, Heinrich Mann, ao demonstrar para o pai que não o sucederia na firma da família, fazia com que a responsabilidade recaísse sobre Thomas, que também não aspirava a tal herança. Tudo isso ocorria, para a tristeza do senador, em um momento em que a firma completava o seu primeiro centenário. Thomas Johann Heinrich Mann e Julia da Silva Bruhns tiveram também duas filhas, Julia Elisabeth e Carla Augusta, além de um filho temporão, Carl Viktor Mann, o qual poderia ter sido uma opção para os planos do senador, dada a rejeição de Thomas e Heinrich, mas o tempo que restava ao patriarca da família Mann era bastante curto para que pudesse ter iniciado seu filho mais novo nos negócios.

Na tentativa de modificar as aspirações de seu filho mais velho, o senador enviou Heinrich a Dresden para que trabalhasse como aprendiz de livreiro, enquanto Thomas aprendia violino em casa e criava seus conflitos na escola. O jovem não possuía qualquer apreço pelo ambiente escolar e nem seus professores por ele. Thomas via na escola uma instituição completamente opressiva e sem sentido. Para ele a escola não possuía a função de criar homens livres, mas sim servos. Seria, portanto, um local para o treinamento da obediência, e o tipo de literatura que encontrava em si mesmo era algo que se opunha a tudo isso: “A escola era, na verdade, uma regra do medo” (MANN apud KURZKE, 2002, p. 21). Comportava-se extremamente mal e caçoava dos professores, fazendo imitações de seus mestres entre os colegas. “Eu desprezava a escola, desprezava-a como um meio. Criticava a maneira como era liderada, e logo no início encontrei-me em uma oposição literária ao seu espírito” (MANN apud KURZKE, 2002, p. 22). O jovem Thomas Mann teve interesse por poucas disciplinas, porém temas relacionados à literatura exerciam atração sobre ele. Buscava tornar-se um autodidata em literatura alemã mergulhando nas obras de Schiller e Heine.

Mesmo sem nenhum resquício de intenção de suceder seu pai nos negócios da família, Thomas Mann demonstrou sentir algum remorso quando acompanhou as saudações em Lübeck ao senador. A firma completava cem anos, o que foi motivo para diversas celebrações na cidade. Mas, pouco depois, seu pai adoeceu e foi obrigado a submeter-se a uma cirurgia. Durante o procedimento, descobriu-se que Thomas Johann Heinrich Mann possuía um câncer na bexiga, mas sua morte, em outubro de 1891, deu-se em circunstâncias não muito claras. O próprio Thomas Mann teria afirmado que o pai morrera de septicemia. O senador não perdeu

no fim da vida sua precaução de negociador, e antes mesmo da cirurgia a qual seria submetido, havia redigido um novo testamento. Sua falta de perspectiva na sucessão de um dos filhos nos negócios da família fez com que ordenasse, em caso de sua morte, a liquidação da empresa. No testamento também foram estabelecidas as diretrizes a serem seguidas pelos tutores de seus filhos, que deveriam ainda tentar evitar suas inclinações literárias, as quais não despertavam esperança no senador, e apareciam também conselhos para a sua viúva.

Tanto quanto possível, eles devem se opor às inclinações de meu filho mais velho para a assim chamada atividade literária, atividade [para a qual] acho que ele não apresenta os requisitos: estudo adequado e conhecimento amplo (...). Meu segundo filho é predisposto a ideias mais dóceis, tem um bom temperamento e certamente encontrará uma boa profissão. Posso esperar que ele garanta o sustento da mãe. Julia, minha filha mais velha, precisa de rígida supervisão. Seu temperamento agitado precisa ser constantemente controlado. Acredito que será mais fácil lidar com Carla e, ao lado de Thomas, ela trará um componente de tranquilidade. Nosso pequeno “Vikko” – Deus o proteja. Crianças temporãs muitas vezes são intelectualmente favorecidas – e ele tem olhos tão bondosos. Possa minha esposa demonstrar firmeza com todos e mantê-los sempre sob controle. Para os momentos em que vacilar, recomendo a leitura de *Rei Lear* (SENADOR MANN apud PRATER, 2000, p. 33).

Dois anos após a morte do marido, Julia mudou-se para Munique, onde encontrou um ambiente mais liberal do que o de Lübeck. Em Munique, Julia participava de bailes de carnaval e chegava a ser mais cortejada do que suas próprias filhas, como teria ocorrido inclusive com o futuro marido de sua filha mais velha. De acordo com Miskolci (2003, p. 27) “O círculo dos frequentadores da casa da ‘Senhora do Secretário de Estado Mann’ teria desagradado os conhecidos de Lübeck e escandalizado seu finado marido”.

Enquanto isso, Thomas Mann permanecia em Lübeck para terminar seus estudos no *Katherineum*. Foi nesse período que Mann conseguiu pela primeira vez uma publicação de seus escritos na imprensa. Quanto à escola, os professores pareciam aceitar o caráter difícil de Mann e não procuravam realizar qualquer interferência. O resultado de seu boletim final foi o suficiente para o futuro escritor, relatando um empenho e atenção satisfatórios. Sobre a escola, Mann comenta que: “ela me deixava entregue ao meu destino, que ainda me parecia obscuro, mas cuja incerteza não conseguiu me abater, já que eu me sentia esperto e saudável” (MANN apud PRATER, 2000, p. 36). Em seguida, juntou-se à família em Munique.

O tutor de Thomas Mann encontrou para ele um trabalho em um escritório de seguros contra incêndio. Era uma atividade sem remuneração, com o intuito de afastá-lo de seus sonhos literários. Porém, durante seu expediente o que Mann realizava era na verdade anotações para textos e romances, com os quais esperava que Julia percebesse sua vocação e o deixasse livre da vida comercial. Foi com a ajuda do advogado de sua mãe que o escritor obteve sucesso.

Mas antes, deveria ampliar seus estudos e chegou a matricular-se em um curso como visitante para se tornar jornalista. Nesse momento, fez importantes leituras sobre artes, história e filosofia, o que também despertou um surpreendente interesse pela economia.

Nesse período, Thomas Mann publicou sua primeira novela, *Gefallen*, a qual lhe rendeu elogios do poeta Richard Dehmel. Fez também suas primeiras viagens à Itália, juntamente com Heinrich Mann, para onde retornou no ano seguinte com o intuito de permanecer por aproximadamente um ano e meio. Foi nessas primeiras visitas a Itália que Thomas Mann conheceu Palestrina, a cidade onde Adrian Leverkühn, protagonista do romance *Doutor Fausto*, selou um pacto com o demônio. Em Roma, Thomas escreveu o conto *O Pequeno Senhor Friedmann* e enviou ao editor Samuel Fischer na Alemanha, que lhe pediu mais contos para que fossem publicados.

Em sua juventude, a figura de Heinrich afigurava-se como um referencial para Thomas. O caminho que ainda esperava seguir já era de certa forma percorrido pelo irmão. Thomas escreveu a Grautoff, seu amigo e confidente daquela época, sobre a impressão que tinha de si e de seus dois irmãos:

Heinrich já é um poeta, mas também um “escritor”, com um talento intelectual poderoso, versado em sua crítica, filosofia, política... Eu sou apenas um artista, apenas um poeta, apenas uma caricatura cheia de vontades, intelectualmente fraco e socialmente inútil. Seria surpreendente se o terceiro filho, por fim, resolvesse seguir a mais vaga das artes, a música? Isso pode ser chamado de degeneração, mas está diabolicamente claro para mim (MANN apud PRATER, 2000, p. 41).

1.3 O Início da fama e de uma Família

O primeiro grande romance de Thomas Mann, inspirado na decadência de sua própria família, causou, como já foi dito, grande polêmica em sua terra natal. Seria justamente *Os Buddenbrook* a obra que o levaria a receber o Prêmio Nobel de Literatura anos depois, em 1929. Mas ainda no começo do século XX, o início de sua fama significava também emancipação financeira e Mann já não dependeria tanto da herança de sua família, que havia lhe permitido viver com bastante conforto até então. Sua próxima obra a ganhar destaque foi a novela *Tonio Kröger*, uma espécie de trabalho autobiográfico em que o autor expôs diversas reflexões sobre a própria identidade do artista.

O sucesso de Thomas Mann o levava a ser convidado para diversos eventos artísticos e da alta sociedade. Foi em uma dessas ocasiões que conheceu Alfred Pringsheim, herdeiro de uma

empresa ferroviária e professor de matemática na Universidade de Munique que era também um grande admirador das artes, colecionava diversos objetos da Renascença e, assim como Mann, foi um entusiasta da obra de Richard Wagner. Nesses encontros, Thomas Mann passou a ter contato com a filha de Pringsheim, Katia, que lhe causara grande impressão: “Katia (este é seu nome): uma maravilha, uma mulher indescritivelmente rara e valiosa, um ser cuja existência por si só é mais importante que a atividade cultural de 15 escritores ou trinta artistas” (MANN apud PRATER, 2000, p. 83 - 84). A perspectiva de se envolver em um relacionamento e sentir-se atraído por uma moça não era algo tão comum para Thomas, como é possível perceber em uma de suas cartas a Heinrich:

Nada a rigor aconteceu (...) está tudo na minha imaginação, mas é tudo tão novo, colorido e maravilhosamente aventureiro que não quero me afastar disso. O garoto do conto de fadas leva um tombo e encontra uma princesa que será sua mulher. E (expandindo meu peito) eu sou mais do que um garoto de conto de fadas! Mas é tudo tão assustadoramente complicado que eu daria tudo para conversar calmamente com você. Mas posso dizer desde já: é inútil perguntar se isso me levará à “felicidade”. Será que aspiro à felicidade? Antes à vida. E, provavelmente, também ao meu “trabalho”. Vou mais além. Não tenho medo da riqueza. Nunca trabalhei por sentir fome (...) já tenho mais dinheiro do que saberia gastar. (...) E se, no final da tarde eu aqueço ou não meus pés, junto a um fogareiro a gás ou a uma lareira de mármore, isso é irrelevante para o meu conforto. (...) Mas tudo é muito prematuro. Temos que aguardar os acontecimentos, e provavelmente não adianta pedir conselhos, já que estou me deixando levar pelos fatos. (...) O que acontecerá? De um ponto de vista puramente prático, tenho a impressão (...) de que eu seria bem-vindo na família. Sou um cristão, de boa família, com conquistas que essas pessoas sabem apreciar. O resultado? Provavelmente nulo. Mas a mera possibilidade de isso acontecer não é por si só uma experiência desconcertante? (MANN apud PRATER, 2000, p. 84).

É bem provável que o teor da carta tenha desagradado amplamente a Heinrich Mann, pois via seu irmão aderindo a uma ordem burguesa de que era ele um ácido crítico, assim como da Alemanha Guilhermina. Além disso, Heinrich vivia as suas próprias angústias amorosas, sua paixão por Inês Schmied não foi de fato correspondida e, quando Thomas Mann finalmente casou-se com Katia, Heinrich não esteve presente. O estilo de vida diferente e críticas mútuas aos romances fizeram com que os irmãos Mann se afastassem temporariamente. Mas o que ocorreu nesse momento foi apenas um ensaio se comparado com o embate entre os dois que ocorreria durante a Grande Guerra.

E, curiosamente, foi em grande parte na atitude para com as mulheres – cada um em relação à sua própria e à do outro – que se tornou manifesto o crescente conflito entre os dois irmãos, um conflito cujo pavio já fora aceso pelo sucesso de Thomas, assim como pelo perturbador avanço intelectual e artístico de Heinrich, mas que não explodiria até que, à semelhança da tensa situação da própria Europa, as relações se rompessem numa guerra mundial. (HAMILTON, 1985, p. 126).

Katia Pringsheim recebeu uma educação impecável, de modo que seu pai a convenceu a estudar física e matemática na Universidade de Munique. De personalidade forte, influenciada por sua avó, Hedwig Dohm, feminista e romancista, é provável que Katia não pretendesse abrir mão de toda sua liberdade através de um casamento. O irmão gêmeo de Katia, porém, foi um grande aliado de Thomas Mann em sua corte e os pais dela também não pretendiam que a filha permanecesse solteira. Mann via em Katia, devido às suas origens e inteligência, o par perfeito para acompanhá-lo em sua vida de escritor. Além disso, um casamento iria encobrir os rumores de suas pulsões homossexuais, que continuaram tendo vasão em seus romances, enquanto Katia Pringsheim consolidou seus anseios de ter filhos.

Julia Mann, mãe de Thomas, não simpatizava com a família Pringsheim ou mesmo com a noiva de seu filho. Considerou um absurdo a não realização de uma cerimônia religiosa. Em cartas a Heinrich, afirmava que nunca foi favorável ao casamento de Thomas Mann e Katia Pringsheim, queixava-se que a posse de muito dinheiro tornava as pessoas frias e, além disso, demonstrava acreditar que Thomas seria apenas um peão nas mãos dos Pringsheim: “Perdoe-me por essa agitação toda, mas se Thomas estivesse livre de novo (seu coração por exemplo!), penso que me aliviaria de um grande peso!” (JULIA MANN apud HAMILTON, 1985, p. 157).

Além de Heinrich Mann, Carla Mann, irmã de Thomas, e sua mãe também não participaram do casamento que foi realizado no dia 11 de fevereiro de 1905. Após uma rápida lua de mel o casal retornou para Munique, onde viveriam não muito distante da casa paterna de Katia Pringsheim. Ainda naquele ano, nasceu Erika, a primeira dos seis filhos do escritor. Como aconteceu com diversos outros fatos de sua vida, seu casamento com Kátia também se refletiu em um de seus romances, *Sua Alteza Real* (1909).

Após o casamento, Thomas Mann tornou-se cada vez mais reacionário e teria começado a “se perder sócio-politicamente”. Parecia-lhe completamente normal que buscasse a felicidade, mas não estava de acordo com o fato de que seu irmão “se submetesse aos ideais de justiça, igualdade e liberdade política” (HAMILTON, 1985, p. 160).

1.4 Vida Amorosa

O primeiro sucesso de Thomas Mann, *Os Buddenbrook*, causou grande agitação em Lübeck, pela clara inspiração em figuras da cidade e continuava a gerar manifestações de animosidade

entre os próprios parentes, como quando seu tio, Friedrich Mann, modelo de Christian Buddenbrook, em uma declaração publicada no *Lübeckische Anzeigen* em 1913, afirmava que:

Nos últimos 12 anos, por causa da publicação de *Os Buddenbrook*, escrito por meu sobrinho, *Herr* Thomas Mann, de Munique, tenho passado por situações desagradáveis e sofrido consequências lamentáveis, às quais se acrescenta agora a publicação do livro de Wilhelm Albert, *Thomas Mann e seu Dever*. Por essa razão vejo-me obrigado a voltar-me para o público leitor de Lübeck e pedir que tratem esse livro como bem merece. Se o autor de *os Buddenbooks* arrasta seus parentes mais próximos na lama, usando o pior da caricatura, e expõe suas vidas da maneira mais ostensiva, as pessoas de bem hão de achá-lo ignominioso – um triste pássaro que conspurca o próprio ninho (FRIEDRICH MANN apud HAMILTON, 1985, p. 224).

Além disso, Thomas Mann por diversas vezes causou insatisfação em pessoas próximas que se tornavam inspiração para seus personagens, como foi com seu amigo romancista, Arthur Holitscher, em um episódio no qual este, após uma visita a Mann, o teria surpreendido a espioná-lo com binóculos de teatro enquanto se dirigia para casa. Anos depois, a amizade foi abalada porque Holitscher se viu em um personagem do conjunto de novelas de Thomas, com o título de *Tristão*. De acordo com o próprio Holitscher, ele estava representado no meio de “um bando grotesco de caricaturas, ‘heróis’ da vida cotidiana que demonstravam sua incapacidade de lidar com a existência em situações de lamentável ironia. Eu me reconheci imediatamente em uma dessas caricaturas” (HOLITSCHER apud HAMILTON, 1985, p. 105).

Houve também o caso de Gerhart Hauptmann, retratado como Mynheer Peeperkorn, ao que Hauptmann se queixava: “Diga o que disser, a verdade é que se trata de um desrespeito. Estou mesmo inclinado a ver neste Peeperkorn complexos freudianos” (HAUPTMANN apud PRATER, 2000, p. 199). O fato gerou um afastamento entre os dois e somente anos depois uma relação, ao menos cordial, seria restabelecida. Outra reação controversa foi a de Arnold Schoenberg a *Doutor Fausto*. O músico estava convencido de que Thomas Mann havia se apropriado de sua invenção do sistema dodecafônico para o romance. Encaminhou a Mann uma nota áspera relatando que o crédito pela invenção estava sendo atribuído a ele. Desse modo, fica evidente a relação entre a vivência de Thomas Mann e seus romances. Sobre sua ideia para a escrita de *A Montanha Mágica* o autor comenta:

Eu me encontrava a cerca de dez dias lá em cima, quando no tempo úmido e frio que reinava na sacada fui acometido por um catarro incômodo nas vias respiratórias superiores. Visto que havia dois especialistas na casa, o chefe e seu assistente, nada mais natural do que consultar por ordem e segurança, meus brônquios e acompanhei minha esposa que justamente tinha sido chamada para um exame. O chefe, o qual,

como os senhores podem pensar, parecia um pouco exteriormente com meu conselheiro áulico Behrens, auscultou-me e estabeleceu com a maior rapidez um pretense abafamento, um ponto doente no meu pulmão, o qual, se eu fosse Hans Castorp, talvez tivesse dado uma reviravolta em toda minha vida. O médico assegurou-me que eu agiria com muita prudência se eu me transferisse em tratamento ali para cima por meio ano e se eu tivesse seguido seu conselho, quem sabe, talvez ainda estaria lá em cima. Eu preferi escrever *A Montanha Mágica*. (MANN apud MISKOLCI, 2003, p. 63).

Na juventude de Thomas Mann manifestavam-se suas primeiras paixões, que, de modo geral, eram sempre homoeróticas. Sua primeira ligação afetiva ocorreu ainda na escola, quando Mann escrevia poemas para um garoto mais jovem, Armin Martens, que esteve interessado em sua irmã, Julia, “e decidiu que pensar nele era o mesmo que tocar violino ou escrever poesia” (MISKOLCI, 2003, p. 25). No fim de sua vida, Thomas ainda recordava sobre esse que foi seu primeiro amor: “nunca tive outro mais terno, mais amargo e doce” (MANN apud PRATER, 2000, p. 29).

Muitos biógrafos de Mann afirmam que suas paixões homoeróticas ficavam no campo do amor platônico, assim como acontece com diversas personagens de seus romances, os quais possuem vários traços biográficos do próprio Thomas Mann, como Tönio Kröger, no romance homônimo, Gustav Aschenbach, em *A Morte em Veneza*, e Hans Castorp, em *A Montanha Mágica*. Esse último apaixona-se por Clawdia Chauchat, cujos olhos quirquizes lembravam os de Pribislav Hippe, amor da juventude de Castorp, o qual relembra que o episódio onde mais se aproximaram foi quando Hippe emprestou-lhe um lápis. A criação de Pribislav Hippe foi a forma de Thomas Mann eternizar seu segundo amor, Willri Timpe, de feições exóticas, filho de um professor dono de uma pensão onde Mann ficou instalado para terminar seus estudos em Lübeck, enquanto sua família se mudou para Munique, após a morte do senador (MISKOLCI, 2003, p. 27). Donald Prater, por exemplo, ao falar da melancolia dos primeiros anos de escola de Mann, observa que:

Se houve melancolia, esta decorria possivelmente de uma tendência homossexual que se manifestou desde cedo e que duraria toda sua vida. Embora nunca pronunciada, e nunca tomando um rumo que se pode chamar de “prático”, ele não ousaria dizer seu nome nem na época (mesmo que ele fosse capaz de nomeá-la) nem depois (PRATER, 2000, p. 29).

Em 1899 Thomas Mann conheceu outro grande amor de sua juventude: Paul Ehrenberg, um estudante da Academia de Arte de Munique. No ano seguinte, Mann chegou a servir o exército por um curto período, quando foi declarado inapto por um médico próximo de sua família. Seus sentimentos por Paul ressuscitavam as sensações que sentia próximo a seus colegas louros dos tempos de escola. Em uma carta a seu irmão Heinrich, Thomas comenta: “Grautoff chega a afirmar que estou simplesmente apaixonado como um secundarista”

(MANN apud MISKOLCI, 2003, p. 36). Richard Miskolci concluiu que o amor de Thomas por Paul chegou a alcançar “tom da paixão violenta” e, como Prater, não acreditava que o relacionamento entre os dois tenha sido também físico:

Thomas, décadas depois, escreveria em seu diário que seu amor por Paul havia sido “a experiência central de seu coração”. Tudo indica, que apesar de terem passado noites juntos, o relacionamento não ultrapassou a barreira platônica. Thomas não se permitia aproximações físicas, as quais compreendia como desvirtuamento de seu amor (MISKOLCI, 2003, p. 36).

Herrman Kurzke ao tratar tal questão observa que Thomas durante toda a sua vida fora sempre atraído por homens mais jovens, porém, “como Tony Buddenbrook, renunciou ao amor real em favor da ordem da classe média” (KURZKE, 2002, p. 75). Em uma lista de seus grandes amores, feita por Mann em maio de 1934, sequer aparece o nome de sua esposa:

Ah, bem, eu vivi e amei, eu paguei da minha forma por ser humano [...]. A experiência com K.H. [Klaus Heuser] foi mais madura, mais controlada, mais feliz. Mas a experiência poderosa que está contida em algumas afirmações nas notas do período de P.E. [Paul Eherenberg], este “Eu te amo. Meu Deus, eu te amo” – um êxtase tal qual sugerido no poema fragmentário “Mas ouçam, música! Um arpejo de som sopra arrebatadoramente em meu ouvido” – aconteceu apenas uma vez em minha vida, o que é, sem dúvida, como deveria ser. As primeiras experiências de A. M [Armin Martens] e W.T. [Willri Timpe] pertencem ainda à minha infância e não se comparam com tudo isso; e a outra com K.H. foi uma surpresa tardia com a qualidade de realização benigna, mas já faltando a intensidade juvenil de sentimento, as loucas ondas de exaltação e desespero profundo daquela experiência dos vinte e cinco anos. Isto é, sem dúvida, o curso normal das afeições humanas e devido à tal normalidade eu posso sentir mais fortemente que minha vida se conforma ao esquema das coisas do que em virtude do casamento e dos filhos (MANN apud MISKOLCI, 2003, p. 122).

Katia, no entanto, sempre demonstrou compreensão com as tendências homossexuais de Thomas Mann. De acordo com Miskolci (2003, p. 48), “As anotações entre 1918 e 1921 expressam sua gratidão à companheira que compreendia suas dificuldades em conter sua atração pelo mesmo sexo, mas não se sabe ao certo quando ela soube das inclinações de seu marido”.

As notícias da condenação de Oscar Wilde na Inglaterra, em 1895, a dois anos de trabalho forçado assustaram Mann, que destruiu os diários nos quais falava de suas afeições por outros homens, mesmo não contendo alguma confissão de que tais interesses tenham chegado ao campo físico. Durante o período da República de Weimar “data sua assinatura num protesto contra o parágrafo 175 da constituição alemã, o qual classificava como delito a homossexualidade” (MISKOLCI, 2003, p. 65). Suas atrações homoeróticas eram mais um dilema para Thomas, que, enquanto percorria seu caminho de artista, o que pode parecer paradoxal, sempre buscava manter-se próximo da normalidade burguesa: “Pelo o que eu estou

sofrendo? (...) Pela sexualidade. (...) Isso irá me destruir? Como eu me afasto da sexualidade? Comendo arroz?” (MANN apud KURZKE, 2002, p. 67).

O conhecimento das tendências homossexuais de Thomas Mann causa estranheza ao observarmos que, como citado por Donald Prater, durante seu exílio nos Estados Unidos, Mann afirmou que “também aumentara a sua confiança na ‘raça viril’ dos americanos, a sua masculinidade temperada pela ‘cristandade, isto é, piedade, isto é, feminilidade’, em oposição aos alemães ‘fundamentalmente pagãos e homossexuais’” (PRATER, 2000, p. 429). O que aparenta ser uma contradição foi uma constante na vida de Thomas. O autor buscou o casamento, algo que o tornou mais conservador e que pode ter sido um dos fatores que causaram o afastamento entre os dois irmãos, já que a visão política de Heinrich evoluía em um sentido que o tornava cético quanto à nova condição de Thomas. Seria necessária uma guerra mundial e previsões nada otimistas para que o posicionamento conservador, ou “apolítico”, de Thomas mudasse drasticamente de rumo.

1.5 Tempos de guerra: o conflito mundial e a contenda entre os irmãos Mann

A abordagem feita no atual tópico e também nos próximos sobre os feitos de Thomas Mann durante a Primeira Guerra, a República de Weimar e a Segunda Guerra pretende apenas registrar algumas questões-chave em sua trajetória, que foi do escritor “apolítico”, como o próprio autor se definia, ao opositor do nazismo e um dos principais nomes dentre os emigrados alemães. Será feita uma discussão mais aprofundada sobre o Thomas Mann pré-republicano no segundo capítulo e finalmente no terceiro capítulo será observada sua trajetória como anti-hitlerista.

No período que antecedia à Primeira Guerra Mundial, Thomas Mann vivia de uma forma bastante ordenada e tranquila. O escritor dormia bem, fato que considerava importantíssimo para sua criatividade, não era um grande adepto do álcool, fumava charutos moderadamente e cigarros com maior frequência. Até o momento, Kátia já havia dado à luz a quatro crianças, mas isso não havia atrapalhado nem um pouco a produtividade de Mann. Principalmente durante as manhãs entregava-se ao trabalho em sua escrivaninha. Realizava leituras de suas últimas obras, participava de diversos círculos de palestras e, assim como outros tantos milhões de europeus, não fazia ideia da amplitude do conflito que se aproximava.

A guerra foi saudada em toda a Europa de um modo geral. As declarações de guerra eram acompanhadas de verdadeiros carnavais compostos por paradas militares. A onda nacionalista vivia o seu auge no continente e muitos intelectuais foram tragados por ela. O poeta Richard Dehmel, por exemplo, um dos primeiros a admirar a obra de Mann, se alistou e partiu para o *front*. Thomas também foi atraído pela maré nacionalista, mas o seu combate pela Alemanha ocorreu nos meios literários, e seu principal inimigo naquele momento foi o próprio irmão, Heinrich, que adotou uma posição completamente avessa à sua, como já foi comentado. Anos mais tarde, depois do conflito, Mann escreveu recordando os dias de mobilização:

Mas tivemos ideia de como andavam as coisas no país e no mundo quando fomos até a cidade para nos despedirmos de meu irmão mais novo, que estava na reserva da artilharia e logo partiu rumo à frente. Vimos a excitada confusão de agosto nas estações ferroviárias, atravancadas com uma multidão humana enfurecida, agitada e arrebatada pela angústia e pelo entusiasmo. A fatalidade tomou seu curso. Participei plenamente nas dores da Alemanha intelectual, presa nas garras do destino; que tinha tanta fé em tantas coisas verdadeiras e em tantas coisas falsas, em tantas coisas certas e em tantas coisas erradas (MANN apud HAMILTON, 1985, p. 237).

Diante da consciência de suas limitações físicas, seu primeiro ato “beligerante” em favor da Alemanha foi a escrita de *Pensamentos na Guerra*, obra em que Thomas contrapunha Alemanha e França, cultura e civilização, Frederico da Prússia e Voltaire. Tal trabalho nacionalista tornava Mann bastante popular e o autor chegou a receber cartas de soldados alemães do *front* afirmando que suas palavras os encorajavam. No entanto, afastava-se daqueles que, como Heinrich, possuíam uma visão mais sóbria da guerra. Mesmo assim, Thomas Mann referia-se com orgulho à sua defesa apaixonada da causa alemã, fazendo também uma referência a sua origem brasileira.

Meus Pensamentos na Guerra são de fato uma *ação*, executada a partir da raiva, do sincero desejo de ajudar minha afrontada pátria, cuja poderosa alma musical, por enquanto ainda é pouco cultivada e de certa forma inarticulada, em comparação com a das potências ocidentais. Meu coração é alemão, mas uma corrente mais forte de sangue latino-americano me torna capaz de ver que também posso fazer o que os advogados e oradores de Paris podem (MANN apud HAMILTON, 1985, p. 241).

Heinrich Mann defendeu seu posicionamento nos ensaios sobre Zola. Nesses escritos, Thomas enxergou críticas a si mesmo, acreditando que o ensaio era direcionado a ele, como no trecho em que Heinrich afirmou: “O escritor, que está destinado a abarcar a realidade mais do que outro qualquer, foi durante anos apenas um sonhador e um farrista” (HEINRICH MANN apud HAMILTON, 1985, p. 248). O rompimento entre os irmãos tornou-se inevitável e Thomas Mann passou a redigir sua resposta a Heinrich que viria na sua extensa obra *Considerações de um Apolítico* (1918), que ficaria pronta apenas no fim da Primeira Guerra. Talvez por sua contenda literária com o irmão, Thomas não tenha percebido os horrores do

conflito. Heinrich, por outro lado, engajava-se cada vez mais em movimentos de oposição à guerra: “A guerra não é coisa que mereça entusiasmo, não civiliza, não purifica, não faz com que nada seja verdadeiro ou justo. E não torna as pessoas mais fraternas” (HEINRICH MANN apud HAMILTON, 1985, p. 259).

Thomas Mann acreditava, até o momento da grande ofensiva de Ludendorff no Oeste, que a Alemanha ainda seria capaz de vencer a guerra. Mesmo enquanto ainda tinha esperança na vitória, Mann tinha receio de que suas *Considerações de um Apolítico* fossem utilizadas como propaganda de guerra. Por isso, o desejo do autor era de que a obra fosse publicada apenas ao fim do conflito e, em seu prefácio, Mann admitiu a maior parte de seus erros. Segundo afirmava, o autor sentia falta de suas criações literárias.

A ofensiva da primavera levou as tropas alemãs a chegarem a noventa quilômetros de Paris, mas foi o último esforço. A Alemanha não possuía tropas de reserva e o fracasso do general levou ao desmoronamento do *Reich*. Em novembro de 1918 a Alemanha estava derrotada e uma revolução pouco tempo depois fez com que o Kaiser se tornasse um exilado. Começava um período de grande instabilidade no país, no qual extremistas de esquerda e direita disputavam partidários de maneira sanguinária. Os súditos do orgulhoso *Reich* alemão não aceitariam tranquilamente a derrota, ainda mais tendo chegado tão perto da vitória. Surgiu a ideia da *dolchtosslegende*.⁶

1.6 Do nacionalismo cultural ao republicano racional.

A Primeira Guerra Mundial havia chegado ao fim, ao contrário da contenda entre os dois irmãos. Mesmo em 1921, quando Heinrich completou meio século de vida e recebeu felicitações de toda a Alemanha, e eram publicados artigos em revistas e jornais felicitando o autor, Thomas nada escreveu ao irmão. Heinrich se tornou o artista do momento, com os rumos que os fatos tomaram durante a guerra e mais ainda com a derrota da Alemanha. Ele sempre se opôs à beligerância do Império Alemão, prova disso foi uma de suas principais obras: *O Súdito*. Heinrich já havia feito algumas tentativas de reconciliação, mas foram

⁶ A Lenda da Punhalada pelas Costas, versão que consiste em afirmar que a Alemanha não foi derrotada, mas sim traída na Primeira Guerra mundial: “No entanto, poucos anos depois esse conchavo havia readquirido o seu carisma em várias esferas do público e havia onerado a República com a lenda de um Exército alemão imbatível apunhalado pelas costas, em seu território, pelos judeus e comunistas – a conhecida *Dolchstosslegende*”. (GAY, 1978, p. 33).

inúteis. Em 1921, Thomas escrevia de uma forma um tanto amargurada, o que também parece ser um reflexo da derrota alemã e conseqüentemente do posicionamento adotado por ele.

Heinrich, porém, de um modo altamente literário, em seu ensaio sobre Zola – cuja leitura me deixou doente por semanas -, orgulhosamente anunciou sua total dissociação e separação de mim e não pode ter sentido muito respeito por mim, se esperava que eu, frívola e alegremente, aceitasse a encabulada tentativa de reaproximação que fez há pouco tempo, na época em que se realizaram todos os seus mais audaciosos desejos para a Alemanha. Ao fim e ao cabo, uma ruptura como a nossa deveria ser tratada com respeito, não se deveria tentar lhe retirar sua profunda seriedade. Talvez sejamos, separados, *mais* irmãos um do outro do que se estivéssemos sentados à mesma mesa, comemorando esta ocasião. (MANN apud HAMILTON, 1985, p. 290).

Os irmãos finalmente se reaproximaram em 1922, quando Heinrich adoeceu. Ele teve apendicite e peritonite. Thomas já havia perdido sua irmã, Carla, a qual havia cometido suicídio em 1910. A doença de Heinrich fez com que Thomas lhe escrevesse: “foram tempos difíceis os que ficaram para trás, mas agora, que ultrapassamos a montanha, as coisas vão melhorar – para nós dois juntos, se seu coração sentir o que eu sinto” (MANN apud HAMILTON, 1985, p. 293). A morte da mãe no ano seguinte deve ter reaproximado ainda mais os irmãos. Na mesma década, mais um capítulo da tragédia familiar seria escrito quando a outra irmã dos Mann, Julia Elisabeth, também cometeu suicídio, em 1927.

Nos anos seguintes, os irmãos estiveram no mesmo lado do *front*. Heinrich, que desde muito cedo foi um dos defensores da República de Weimar, percebeu que seria necessária uma revisão de diversos valores que tornavam os alemães inaptos à democracia, como sua beligerância, tão criticada por ele em *O súdito*. Heinrich também fez uma tentativa de introduzir um livro de história republicano nas escolas, mas não obteve êxito.

No livro *A Cultura de Weimar* são analisados diversos intelectuais, que mesmo não tendo uma tradição republicana e democrática, com o fim da Primeira Guerra e a instauração da República de Weimar, tornaram-se defensores de tal sistema. Eram os “republicanos racionais”, espécie de conciliadores. Mann tornou-se também um desses intelectuais: “Quando na década de 1920 Thomas Mann passou pela conversão à República e à democracia, ele também mudou sua mentalidade acerca da política. Ele reconheceu que ‘o político e o social fazem parte da esfera humana’” (GAY, 1978, p. 89).

Apesar do esforço de diversos intelectuais, a República de Weimar nasceu e viveu no colapso. Para Gay, “Parece que a República de Weimar era demasiado bem-sucedida para satisfazer seus críticos e não tão bem-sucedida a ponto de satisfazer seus simpatizantes” (GAY, 1978, p. 23). Governar um povo com o orgulho ferido pela derrota na Grande Guerra, mergulhado em

destruição, crise econômica, desemprego e miséria, tornou-se ainda mais difícil com as cláusulas do Tratado de Versalhes: a indenização vertiginosa que os alemães deveriam pagar aos vencedores, a perda de colônias, território, redução de suas jazidas de carvão e ferro e a desmobilização do exército. Esta última cláusula inundou o país de ex-combatentes ociosos, que acreditavam piamente que traidores haviam lhes retirado a vitória. Todos esses ingredientes tornavam uma porção cada vez maior do povo alemão propícia a discursos radicais, tanto da esquerda quanto da direita.

No interior da própria esquerda havia pesadas disputas entre social-democratas e comunistas. Um dos piores erros cometidos pelo governo de Weimar, além de ter mantido a estrutura de poder do antigo império, com a permanência dos juízes do *Reich*, uma vez que “a república sempre foi generosa com seus inimigos” (GAY, 1978, p. 172), ocorreu quando *Freikorps* foram utilizados para atacar opositores. A crise de 1929 abalou ainda mais o país, que ensaiava uma recuperação na segunda metade da década de 1920. Foi a partir de então que o partido de Hitler ampliou o seu tamanho de maneira colossal.

Obras de Thomas como *Pensamentos na Guerra* e *Considerações de um Apolítico* poderiam ter sido facilmente incorporadas ao discurso nazista, porém, não foi o que ocorreu. Consta que suas primeiras impressões do nazismo foram expostas ao responder uma pergunta feita em Viena no ano de 1923.

Mann sublinhou a “confusão de todos esses golpistas” – virulentamente antifranceses, mas ainda assim trabalhando para a destruição da Alemanha, que era o objetivo principal do imperialismo francês – mas descartou o aparente apoio que lhes davam Ludendorff e Hindenburg. Tanto na Hungria quanto na Alemanha, ele afirmou em Budapeste, o povo estava dividido: “De um lado, os nacionalistas, de outro os humanistas europeus, e nos dois países as visões opostas estão claras como nunca” – nos dois a suástica aparecia como símbolo dos “bárbaros”. (PRATER, 2000, p. 189).

Aproximadamente dez anos depois, Thomas Mann deixou a Alemanha com a ascensão desse movimento ao qual não deu muito crédito em seu início. A República de Weimar era sepultada, ela, que para muitos nasceu moribunda, chegou a despertar a esperança de dias menos autoritários dentre aqueles, que como Heinrich Mann, ansiavam por maior liberdade política desde os tempos do *II Reich*. Ao comentar a queda de Weimar, Heinrich observou: “a república tinha muito, muito demais, em comum com seu inimigo. O espírito de vingança contra Versalhes, o temor do comunismo... a dependência da indústria... mas, acima de tudo, a república tinha consciência de seu próprio tédio” (HEINRICH MANN apud HAMILTON, 1985, p. 381).

1.7 O Exílio e novamente uma Guerra Mundial.

O primeiro contato de Thomas Mann com o regime fascista da Itália o levou a escrever um pequeno romance: *Mário e o Mágico*, publicado em 1930. Em uma comparação com os nazistas, considerava estes ainda piores do que os fascistas “por sua total ausência de intelectualidade” (MANN apud PRATER, 2000, p. 241). Tendo em vista que o nazismo ganhava força, em 1930 Thomas fez seu discurso intitulado *Alerta Alemão: um apelo à razão*. Nesse episódio, agitadores nazistas infiltrados no local quase fizeram com que o evento terminasse em violência e Mann foi obrigado a sair rapidamente para um prédio vizinho, de onde escapou de carro.

A escalada nazista para o poder ocorria rapidamente naquele momento e, quando Hitler tornou-se senhor do poder na Alemanha, Heinrich já se encontrava na França. A perseguição a Thomas utilizou como justificativa o fato de que em um de seus ensaios “fora longe demais, falara com reverência insuficiente do ídolo musical da nação, Richard Wagner, e fora expulso” (HAMILTON, 1985, p. 332).

Mesmo na Suíça, e orientado por seus filhos Klaus e Erika Mann a não retornar para a Alemanha, Thomas Mann mantinha uma posição ainda moderada quanto ao regime nazista, o que lhe valeu críticas de outros emigrados que cobravam dele um posicionamento mais duro contra o regime de Hitler. Na verdade, Mann nutria esperanças de resgatar seus bens que ficaram no país, além da expectativa de ao menos seus livros continuarem a circular em sua terra natal e não terem como destino as fogueiras da inquisição nazista. Dentre os bens que esperava resgatar, os mais importantes para o escritor eram suas anotações, diários e esboços necessários para prosseguir com sua obra. No momento, Thomas trabalhava em suas histórias de José. Com exceção de alguns “bens literários”, suas esperanças foram inúteis, ao passo que também o autor deixava transparecer cada vez mais sua real opinião sobre o nazismo, ao defender outros autores hostis ao regime alemão e, inclusive, seu próprio filho, Klaus. Em 1936, Thomas foi finalmente privado da sua cidadania alemã e a justificativa do regime nazista era de que:

Aderiu seguidas vezes aos pronunciamentos de organizações internacionais, na maioria dos casos manipuladas por judeus, cuja atitude hostil à Alemanha era bem conhecida. Repetiu em meses recentes, e abertamente, seus pronunciamentos com *ataques traiçoeiros* ao Reich. Por ocasião de uma discussão sobre os méritos da literatura emigrada, num conhecido jornal de Zurique, declarou-se inequivocamente a favor dos inimigos do Estado e endereçou os mais sérios insultos contra o Reich, que foram amplamente denunciados na imprensa estrangeira. Seu irmão Heinrich, seu filho Klaus e sua filha Erika já foram privados da cidadania alemã devido às

suas desprezíveis atividades no estrangeiro por um tempo considerável... (apud HAMILTON, 1985, p. 432).

Acompanhado da perda da cidadania alemã vieram as perdas de honrarias concedidas por universidades alemãs, como foi o caso da Universidade de Bonn, “em consequência da sua perda de cidadania, a Faculdade de Filosofia se vê obrigada a retirar seu nome da relação de doutores *honoris causa*” (apud HAMILTON, 1985, p. 433).

Antes de seu exílio, Thomas Mann nunca se sentiu confortável passando períodos prolongados longe de sua terra natal. O exílio marcou o escritor que pelo resto de sua vida carregou consigo mágoas dos alemães, chegando a prometer que nunca mais retornaria ao país. Thomas afirmava que ele era o representante da verdadeira Alemanha: “Onde estou, está a Alemanha. Carrego minha cultura alemã comigo. Tenho contato com o mundo e não me considero derrotado” (MANN apud PRATER, 2000, p. 349 – 350).

Thomas Mann recebeu a cidadania tchecoslovaca, mas poucos anos depois Hitler riscou o país do mapa, e Mann, que já ponderava o assunto, tornou-se cidadão americano: “A Europa não é mais um lugar para alguém como eu, e apesar de toda a minha resistência psicológica, a Suíça não me ofereceria mais sequer segurança física” (MANN apud PRATER, 2000, p. 353). Mann já havia feito diversas visitas ao país, que lhe honrava com exultantes recepções, e onde realizava diversas conferências e leituras públicas. O título retirado pela Universidade de Bonn foi-lhe oferecido por diversas universidades norte-americanas, que não cessavam de convidá-lo para lecionar e para a realização de palestras. Muito importante para o estabelecimento de Mann nos Estados Unidos e para a conquista de sua cidadania, foi a influência de sua amiga, Agnes Meyer, jornalista e esposa do proprietário do *Washington Post* e entusiasta de sua obra, com quem manteve uma intensa correspondência.

Em 1938 Thomas Mann mudou-se para os Estados Unidos, para onde tempos depois Heinrich e outros membros de sua família também migraram. Nutriu grandes esperanças no envolvimento do país na futura contenda europeia. Durante seus primeiros anos como emigrado, os Estados Unidos representavam para ele a grande esperança da civilização ocidental. Foi de lá que Thomas redigiu os seus *Discursos contra Hitler*, gravados e transmitidos para a Alemanha pela BBC de Londres. No entanto, quando a guerra se aproximava de seu fim, fez questão de suspender as gravações, pois não pretendia que sua voz fosse, naquele momento de derrota, mais um motivo de amargura para os alemães.

Mann também possuía grande admiração por Franklin Delano Roosevelt. A morte do presidente norte-americano em 1945, quase no fim da Segunda Guerra, foi um duro golpe para o escritor, não só pela saída de cena de, como ele o considerava, um grande estadista, necessário para a reconstrução da Europa após o fim do conflito, mas também pelos rumos que a política norte-americana tomaria no pós-guerra. Heinrich, Thomas e seus filhos Klaus e Erika, tornaram-se alvos do Comitê de Atividades Antiamericanas.

Em meio a todos esses acontecimentos, mais um integrante da família de Thomas Mann cometeu suicídio. Klaus retirou a própria vida em 1949. Ele não seria o último, pois, Michael, filho mais novo de Thomas, também cometeu suicídio vinte e dois anos após a morte do pai. Peter Gay afirmava que a loucura e o suicídio exerciam fascínio sobre as almas de Weimar (GAY, 1978, p. 76). Apesar de extrapolarem tal período, o suicídio de suas duas irmãs e seus dois filhos certamente entrelaçam-se nessa admiração trágica por um fim repentino. O posicionamento de Thomas Mann diante do suicídio era no mínimo de frieza. Dentre os familiares, apenas Michael compareceu ao sepultamento do irmão Klaus. Quando recebeu a notícia do suicídio de Stefan Zweig no Brasil, Thomas tratou o fato como uma espécie de deserção: “Ele nunca poderia ter dado essa vitória aos nazistas e se ele tivesse um ódio e um desprezo mais poderoso contra eles, jamais teria feito isso” (MANN apud PRATER, 2000, p. 425).

Thomas nunca retornou definitivamente para a Alemanha, porém, em suas viagens para a Europa, acabou cedendo e visitou seu país, que, naquele momento, havia se tornado dois. Ciente das acusações de envolvimento com a esquerda e também acusado de ser um “inocente útil” aos soviéticos, Mann tomava sempre o cuidado de devotar a mesma atenção à parte Leste e à parte Oeste do país. Teve ainda uma contenda com os chamados emigrados internos⁷, quando eram trocadas acusações mútuas.

Pode ser uma superstição, mas a meus olhos quaisquer livros que tenham sido impressos na Alemanha de 1933 a 1945 são ainda piores do que se não encerrassem valor algum. Sinto relutância em tocá-los. Um fedor de sangue e desgraça os envolve; todos deveriam ser reduzidos a pasta de papel (MANN apud HAMILTON, 1985, p. 486).

Thomas Mann era acusado pelos emigrados internos de haver abandonado seu povo e de, inclusive, deleitar-se com a situação da Alemanha. Afirmavam que, enquanto eles haviam tido a coragem de permanecer e lutar contra o nazismo, Mann havia se acovardado e emigrado.

⁷ Tese criada pelo escritor Frank Thiess, segundo a qual diversos intelectuais alemães, durante o regime nazista, seriam “emigrados internos”. Alegando serem opositores do regime, mas sem terem deixado o país, eles afirmavam que nunca haviam abandonado a Alemanha, nem mesmo em seus tempos mais sombrios.

Frank Thiess alegava: “Acredito que tenha sido mais duro preservar nossa personalidade aqui do que irradiar mensagens do exterior ao povo alemão” (THIESS apud HAMILTON, 1985, p. 486). Na época, Thomas Mann escrevia seu último grande romance, *Doutor Fausto*. Nessa obra procurou expressar o que o levava a sofrer pela Alemanha.

O que causara o seu “sofrimento pela Alemanha” tinha sido o fato assustador de que os líderes da cultura do país tinham sucumbido ao nazismo, ou ao menos aceitado conviver com ele, e seu *Fausto* seria a expressão desse sofrimento. (PRATER, 2000, p. 445).

Apesar das duras palavras sobre a Alemanha, quando chegou a celebrar o bombardeio sobre Munique, um dos motivos da relutância de Thomas Mann em visitar seu país era o fato de não saber se suportaria ver seus escombros. De fato, quando finalmente visitou a Alemanha, sentiu o golpe juntamente a seu povo. Doou dinheiro para a reconstrução de monumentos históricos em Lübeck, sua terra natal, que lhe rendeu um reconhecimento tardio, no fim de sua vida.

A política norte-americana do pós-guerra tornou-se cada vez mais hostil para Thomas Mann e sua família. Seu irmão Heinrich nunca mais veria a Europa, sua vida chegou ao fim em 1950, enquanto considerava um convite para que retornasse à parte leste da Alemanha. O nome de Thomas Mann apareceu em uma lista divulgada pelo Comitê de Atividades Antiamericanas em 1951 e um sentimento parecido com aqueles que teve na década de 1930, com a perseguição dos nazistas, lhe ocorreu. Em 1952, o autor partiu para sua última casa, exilando-se mais uma vez na Suíça.

Após um mal-estar, sentindo dores na perna esquerda, Thomas Mann foi internado e os exames revelaram um problema mais grave do que se esperava. Os médicos diagnosticaram uma trombose. Após uma recaída, Mann encontrou seu fim durante o sono, no dia 12 de agosto de 1955. A realização da autópsia concluiu que a trombose era apenas o sintoma de uma arteriosclerose na perna, o que levou ao surgimento de uma fenda na artéria principal. Katia, que estava ao seu lado, registrou:

Eu estava ao lado da cama e não percebi a sua passagem. (...) Foi realmente um milagre que ele tenha partido assim, trabalhando até o último momento de sua doença. (...) A sua palestra sobre Schiller na Alemanha [foi] provavelmente a mais bem-sucedida que ele fez (...) (KATIA MANN apud PRATER, 2000, p. 620).

1.8 Raízes Brasileiras

Pelo lado materno, Thomas Mann descendia de uma brasileira. Sua mãe, Julia da Silva Bruhns, nasceu em 1851, na floresta próxima a Paraty. Johann Ludwig Hermann Bruhns, conhecido no Brasil como João Luiz Germano, pai de Julia, foi um alemão rico que chegou ao país no começo do século XIX, antes do início das imigrações em massa. Nigel Hamilton afirma que D. Pedro II teria convocado o avô de Thomas para uma audiência, tendo ficado surpreso com as ideias do alemão, que se tornou delegado imperial para o interior, “transformou o Piracicaba em rio navegável e alcançou considerável renome como homem de poucas palavras” (HAMILTON, 1985, p. 29). Johann Bruhns casou-se com Maria Senhorinha da Silva, filha de um próspero fazendeiro, o que demonstra seu sucesso econômico, pois, se fosse o contrário, dificilmente o pai da brasileira teria permitido tal união.

Cinco crianças foram fruto do casamento entre Johann Bruhns e Maria Senhorinha, dentre elas, Julia, a quarta filha do casal. A família havia se fixado na Fazenda Boa Vista em Paraty, onde a mãe de Julia morreu em 1856, no parto de seu sexto filho, que também não resistiu. O pai de Julia decidiu retornar à Alemanha algum tempo depois, em 1858, quando um surto de febre amarela chegou à região.

A educação protestante em Lübeck era de grande valor para a família, de modo que Julia perdeu gradativamente sua origem católica e, em 1866, completou-se sua conversão definitiva ao luteranismo, quando ocorreu a cerimônia de sua confirmação. O pai regressou ao Brasil, onde se casou novamente, e Julia permaneceu em Lübeck, onde os laços com sua terra de origem tornavam-se cada vez mais tênues. O português foi sendo esquecido, mas as memórias da primeira infância permaneceriam com a mãe de Thomas Mann. A origem brasileira de Julia, na visão de Thomas Mann, o qual se considerava bem mais próximo de sua mãe do que de seu pai, tornava-a propensa a certa musicalidade.

Minha herança paterna e materna divide-se exatamente segundo o modelo goethiano: o do pai a “estatura”, ao menos uma dose disso, e “o jeito sisudo de ser”; “da mãezinha”, tudo que G.[Goethe] resume simbolicamente nas palavras “alegria, candura” e a “vontade de histórias tecer”, o que nela assumia formas bem diferentes, é claro. Sua natureza pré-artística e sensível expressava-se na musicalidade, em seu piano tocado com bom gosto e com aptidão proporcionada por uma formação burguesa consistente, e em sua refinada arte de cantar, à qual devo meu bom conhecimento da canção alemã. Ela foi levada a Lübeck ainda em tenra idade e enquanto durou lá sua lida com as obrigações da casa comportou-se como uma boa filha da cidade e de seus extratos sociais mais elevados; uma corrente interior de propensão ao “Sul”, à arte e à boemia, no entanto, jamais deixou de estar presente (MANN apud KUSCHEL, 2013, p. 34).

Sérgio Buarque de Holanda, em uma entrevista com Thomas Mann, supõe exatamente algo parecido, atribuindo não apenas um aspecto físico, influenciado pelos traços herdados de sua mãe brasileira, mas também suas características como escritor. O próprio Mann confirmou a suposição de Sérgio Buarque ao afirmar que:

Sim, creio que a essa origem latina brasileira devo certa clareza de estilo e, para dizer como os críticos, um “temperamento pouco germânico”. Li apaixonadamente os clássicos alemães, os escritores franceses e russos e, especialmente, os ingleses, mas estou certo de que a influência mais decisiva sobre minha obra resulta do sangue brasileiro que herdei de minha mãe. Penso que nunca será demais acentuar essa influência quando se critique a minha obra ou a de meu irmão Heinrich (MANN apud HOLANDA, 1996, p. 255).

Sérgio Buarque de Holanda afirmou ainda que só foi recebido por Mann, em meio a tantos compromissos, já que naquela ocasião acabava de receber o Prêmio Nobel de Literatura, pelo fato de o escritor alemão não desejar perder a chance de falar com um brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda também ressaltou o grande interesse de Mann pelo Brasil: “Não se cansava de indagar sobre as coisas brasileiras, sobre a nossa vida social, a nossa literatura” (HOLANDA, 1996, p. 255).

Anos mais tarde, outro escritor brasileiro que também teve contato com Thomas Mann foi Erico Verissimo. Em uma viagem aos Estados Unidos, fruto de uma política de boa vizinhança entre os dois países quando aumentava a pressão para que o Brasil se juntasse aos Aliados na guerra, os dois teriam se encontrado. Verissimo relatou: “Tomei cerveja, burguesmente, em Denver, com Thomas Mann” (VERÍSSIMO apud KUSCHEL, 2013, p. 125). O brasileiro não levou boas impressões de Katia, ao que parece, pelo fato de *frau* Mann ter expressado certa desconfiança relacionada aos direitos autorais das obras de Thomas Mann no Brasil. Inspirado em sua viagem aos Estados Unidos, Erico criou uma obra chamada *Gato Preto em Campo de Neve* (1941), o qual possui um capítulo intitulado “Thomas Mann”.

A consciência de sua origem brasileira parecia acentuar-se cada vez mais em Thomas, principalmente em seus tempos de exílio. O escritor, durante seu período pré-republicano, se não escondia sua veia brasileira, pelo menos não falava tão abertamente no assunto. Enquanto Adorno observava que os olhos de Mann eram “negros e brasileiros” (ADORNO apud KUSCHEL, 2013, p. 72), por causa de suas raízes sul-americanas, também foi levantada a hipótese de que o escritor possuía origem judaica, já que sua mãe descendia de portugueses, o que para um certo Adolf Bartels o tornava a “mistura de sangue árabe, judeu, indiano e negro”. De qualquer modo, os portugueses seriam “o pior de todos os povos europeus, do ponto de vista racial”, segundo Bartels, em um artigo para o jornal antisemita berlinense

Staatsbürger-Zeitung (KURZKE apud KUSCHEL, 2013, p. 74). Thomas Mann buscava amenizar tais origens, como consta em seus diários:

Se eu fosse judeu, eu esperaria ter consciência suficiente para não me envergonhar de minha ascendência; como *não* sou judeu – e isso em nenhuma gota sequer de meu sangue -, não posso desejar que alguém me tome por judeu. Eu descendo de uma família hanseática nobre; meu pai fazia parte do Senado da cidade de Lübeck. (MANN apud KUSCHEL, 2013, p. 74).

Tais ligações entre a mãe brasileira de ascendência portuguesa e uma origem judaica ocorriam por uma associação ao fato de que uma parte da população branca do Brasil, no período colonial, era composta por cristãos-novos. Essa associação transparece inclusive na obra literária de Thomas Mann, quando descreve, em *A Montanha Mágica*, o seminário frequentado por Naphta, o qual era também de origem judaica, e diz que “existiam ali jovens provenientes de terras longínquas, sul-americanos de raça lusa, cujo aspecto era mais ‘judeu’ do que o de Leo, e dessa forma o conceito deixou de subir à tona” (MANN apud KUSCHEL, 2013, p. 78). Tempos depois, quando tal associação incomodava pouco a Mann, a questão ainda emergia. Em 1932 Goebbels afirmava que Mann era “um escritor vira-lata, com sangue índio, negro e mouro” (GOEBBELS apud PRATER, 2000, p. 253).

No ano seguinte, Thomas começou o seu exílio e o afastamento da Alemanha poderia tê-lo aproximado do Brasil, visto que outras figuras de destaque e perseguidas pelo nazismo exilaram-se no país, como foi o caso de Stefan Zweig e Karl Lustig-Prean, um membro do Movimento dos Alemães Livres do Brasil.⁸ Karl Lustig-Prean manteve correspondência com Thomas Mann durante vários anos, tendo chegado inclusive a pedir sua intervenção junto às autoridades americanas para que pudesse assumir o cargo de administrador do Teatro Municipal em Augsburg, na Alemanha ocupada após o fim da Segunda guerra Mundial. A esse pedido Mann respondeu ser impossível naquele momento, no qual já não possuía o mesmo prestígio dos tempos de Franklin Delano Roosevelt. Os rumos da política nos Estados Unidos com o início da Guerra Fria o tornaram alvo do Comitê de Atividades Antiamericanas, e, em 1952, Mann partiu para um novo exílio na Suíça.

⁸ Diversos movimentos de caráter anti-hitlerista surgiam entre os alemães emigrados. Na Argentina foi composto um movimento chamado “A Outra Alemanha”, unindo socialistas e social-democratas. No México surgiu o movimento conhecido como “Alemanha Livre”, de inspiração comunista. As rixas existentes desde antes do exílio entre socialistas, social-democratas e comunistas impediam que tais movimentos se aproximassem. No Brasil, Karl Lustig-Prean, que já havia se envolvido em movimentos de resistência de língua alemã, mesmo com todas as dificuldades existentes devido ao regime de Vargas, tornou-se um dos presidentes de honra, ao lado de Heinrich Mann, do movimento latino-americano dos Alemães Livres. Porém, não consta que Lustig-Prean, um antigo representante do setor católico progressista na Áustria, tenha se tornado de fato um comunista (KUSCHEL, 2013, p. 110 – 114).

Thomas Mann agradeceu a Lustig-Prean pelas informações sobre o Brasil, país de sua mãe. Teria sido justamente do Brasil a primeira imagem de uma terra estrangeira formulada pelo escritor, através de Julia, que sempre relatava aos filhos as memórias de sua primeira infância. Como exilado, como alguém que perdeu sua “terra pátria”, Mann afirmava que deveria buscar realizar uma visita à sua “terra mátria”.⁹ Porém, o escritor nunca chegou a conhecer a terra de sua mãe.

O Movimento dos Alemães Livres é mais velho do que sua existência oficial. No entanto, eu também gostaria de dar as congratulações e agradecer a seus dirigentes e membros do movimento por sua atividade, que contribui para manter no mundo a fé na existência de uma Alemanha melhor, pelo dia em que, um ano antes, a mais alta autoridade do país concedeu-lhe seu reconhecimento. O agradecimento se dirige também ao país imenso e acolhedor que lhes oferece proteção e liberdade de atuação, ao qual me sinto ligado por laços sanguíneos. Cedo soou em meus ouvidos o louvor de sua beleza, pois minha mãe veio de lá, era uma filha de terra brasileira; o que ela me contou sobre esta terra e sua gente foram as primeiras coisas que ouvi sobre o mundo estrangeiro. Também sempre estive consciente do sangue latino-americano que pulsa em minhas veias e bem sinto o quanto lhe devo como artista. Apenas uma certa corpulência desajeitada e conservadora de minha vida explica que eu ainda não tenha visitado o Brasil. A perda de minha terra pátria [*mein Vaterland*] deveria constituir uma razão a mais para que eu conhecesse minha terra mátria [*mein Mutterland*]. Ainda chegará essa hora, espero (MANN apud KUSCHEL, 2013, p. 258).

As origens brasileiras de Thomas Mann não passavam despercebidas a outros intelectuais do Brasil. Lustig-Prean relatou a Mann que Gilberto Freyre falava à Academia Brasileira de Letras da necessidade de convidá-lo para uma visita ao Brasil, para que pudessem honrar o escritor alemão, fazendo com que fosse revelado ao mundo que este era também “meio-sangue brasileiro”. Segundo Freyre, se Rio Branco estivesse no Itamaraty, o nome de Thomas Mann jamais teria deixado de ser associado ao Brasil, e, no entanto, o escritor já passava dos setenta anos sem que nunca houvesse pisado em terras brasileiras. Para Freyre, Mann deveria ser honrado na terra natal de sua mãe, tal como o foi em outros reinos e países, por chefes de Estado e cardeais. Freyre deixava transparecer em seu artigo publicado no jornal Diário de Notícias, de 26 de outubro de 1947, intitulado “Thomas Mann, filho de brasileira”, que o governo brasileiro perdia ótima oportunidade:

A Academia Brasileira de Letras há de permitir que eu lhe dirija a palavra, do subúrbio de província onde resido, não para pedir-lhe uma graça ou sequer um obsequio e sim para recomendar às suas homenagens um grande escritor moderno

⁹ “A expressão não é uma invenção de Mann. Em Alemão, ela também significa simplesmente ‘metrópole’. É usada, portanto, para descrever a relação de países com suas colônias. Diz-se, por exemplo, que as colônias americanas ter-se-iam desagregado de sua *Mutterland* Grã-Bretanha. Ou então denomina-se *Mutterland* um país onde algo surge ou se consolida, torna-se o ‘berço’ de algo. A Inglaterra, por exemplo, é conhecida nesse sentido como a *Mutterland* do parlamentarismo, e a Grécia da democracia. Com sua analogia, Thomas Mann tinha em vista o cerne político de sua argumentação. O Brasil como sua terra mátria, seu *Mutterland*, representava para ele naquele momento o oposto do que lhe impingia sua pátria, seu *Vaterland*” (KUSCHEL, 2013, p. 118).

nascido na Alemanha, mas descendente de brasileiro; e que, entretanto, parece não ter merecido ainda do governo do nosso país um simples convite para aqui realizar conferências; nem da Academia de Letras, a solene demonstração de que o Brasil se sente um pouco dono da figura tão gloriosa da literatura moderna; um pouco responsável pelo seu enriquecimento, pela sua formação, pela sensibilidade quase de mulher que em Thomas Mann se junta a um dos talentos mais varonis que o mundo intelectual já viu. (FREYRE apud PAULINO; SOETHE, 2009)

Ao dar ciência a Thomas Mann da intenção de Freyre, Lusting-Prean também relatou para o escritor alemão de quem se tratava o intelectual brasileiro, comentando sua presença como professor visitante em universidades americanas. Afirmou que sua obra *Casa Grande & Senzala* possuía a mesma relevância para a América Latina que *Os Buddenbrook* possuía para a literatura alemã. Lusting-Prean apresentou o autor brasileiro a Mann como Dr. Gilberto Freyre, “um dos maiores escritores do Brasil e seguramente o mais importante sociólogo da América Latina” (LUSTIG-PREAN apud KUSCHEL, 2013, p. 265).

Ao longo de sua trajetória, Mann recebeu diversas homenagens, diversos títulos de doutor *honoris causa*, e diversos prêmios, dentre eles, o Prêmio Nobel de Literatura em 1929. Em resposta a Lustig-Prean, agradeceu mais uma vez pelas notícias do Brasil, que segundo o próprio o teriam comovido e divertido:

Sua simpática carta por sorte chegou a mim no dia 31 de outubro. Agradeço-lhe pelas notícias interessantes. O apelo do Professor Dr. Freyre divertiu-me e comoveu-me. Quase não consigo imaginar de que maneira a Academia Brasileira pudesse atender à sua conclamação. Ela deveria nomear-me membro-correspondente? Claro que seria uma honra e uma alegria para mim. É assim que se dá, no meu caso, em relação à Academia Romana *dei Licei* (MANN apud KUSCHEL, 2013, p. 267).

Richard Miskolci realizou um estudo acerca do impacto da consciência de uma origem ligada ao estrangeiro, no caso, ao Brasil, na obra de Thomas Mann, resultando em uma ideia de *Mischling*¹⁰ em plena sociedade alemã daquele momento. Em *Thomas Mann, o Artista Mestiço*, Miskolci demonstrou como era a visão que se tinha do Brasil na Alemanha, diante da ótica da eugenia e da teoria dos miasmas, fortes correntes que vigoravam no momento em que a mãe de Thomas chegou à Europa – inclusive a tia-avó de Julia esperava que ela e seus irmãos fossem negros. Essas correntes de pensamento faziam com que o Brasil, com seu clima tropical, fosse visto como local de origem de diversas doenças que acometiam os países

¹⁰ Miskolci observa que o termo *Mischling* tem um sentido mais complexo do que uma simples tradução por “mestiço”. Para o autor “A categoria racial com a pior reputação provavelmente era a do *Mischling*, o qual era considerado único no sentido de que ele não era parte de nenhum grupo étnico. Para Mann, ser um mestiço era um problema porque esta era a causa de seu sentimento de alienação de sua sociedade. O que o incomodava não era sua aparência física, ou não apenas ela, mas principalmente a associação corrente entre origem “exótica” e ideias suspeitas, a qual ligava estreitamente corpo e mente. O que não fosse fisicamente detectado poderia ainda assim ter efeitos em sua forma de pensar, especificamente em sua visão crítica diante da sociedade burguesa (...) O *Mischling* ou anormal, não um indivíduo simplesmente doente, mas um irremediavelmente degenerado” (2003, p. 110 – 111).

civilizados, juntamente com outras parcelas do hemisfério sul. Miskolci aponta que o Brasil não era considerado um país que fosse parte das regiões civilizadas do globo, além de estar ligado à lógica agrário-exportadora e com sua formação econômica embasada também na mão de obra escrava (MISKOLCI, 2003, p. 111).

Desse modo, suas raízes brasileiras também dialogaram com os antagonismos da vida de Thomas Mann, que, apesar de suas atrações homossexuais, por exemplo, buscava o casamento para reprimir tais anseios e para adequar-se à ordem burguesa. Essas raízes também eram mais um fator na visão de si mesmo como alguém com características diferentes. Essa visão de si, porém, alcançava um caráter positivo, visto que, para Mann, o artista era uma figura que fugia à normalidade estabelecida. O que Miskolci buscou demonstrar em sua obra foi justamente essa perspectiva positiva: a consciência e a influência das raízes brasileiras nas personagens e nas obras de Thomas Mann.

A auto compreensão de Mann como um artista burguês, como um mediador entre duas esferas (ou extremos) da vida social, fez com que suas obras oscilassem entre oposições como pai e mãe, alemão e *Mischling*, burguês e artista, heterossexualidade e homossexualidade, saúde e doença, razão e loucura. Não a simples oposição, antes a tensão entre o ideal social e sua individualidade é a responsável pela perigosa condição do artista em sua obra. (MISKOLCI, 2013, p. 123).

Nos próximos capítulos, ao analisar a trajetória do pensamento político de Thomas Mann, também será acrescentado que sua mudança de posicionamento político e posterior exílio ressaltaram em Mann sua decepção com os rumos históricos adotados pela Alemanha. O temor do que a degeneração dos conceitos que havia defendido durante a Primeira Guerra poderia causar o teriam feito olhar de uma forma mais cuidadosa para suas raízes.

CAPÍTULO 2

Um Thomas Mann pré-republicano

2.1 A Grande Guerra

O período que antecedeu a 1914 foi marcado por uma aparente calma no continente Europeu. A arte vivia um tempo de exaltação, com uma literatura celebrada, salões de valsa apinhados e teatros que figuravam como símbolos nacionais. Essa arte era motivo de orgulho até mesmo entre os mais humildes que provavelmente nunca haviam estado em um teatro na vida, como observou Stefan Zweig em suas memórias.

Lembro, por exemplo, um episódio da minha juventude, quando certa vez nossa cozinheira irrompeu na sala com os olhos marejados, pois acabara de saber que falecera Charlotte Wolter, a atriz mais famosa do Burgtheater. O grotesco desse luto obviamente consistia em aquela velha cozinheira semianalfabeta nunca ter estado uma vez sequer no elegante Burgtheater e nunca ter visto Wolter no palco ou fora dele. Mas em Viena uma grande atriz de renome nacional era a tal ponto parte do patrimônio coletivo da cidade inteira que mesmo a pessoa mais distante sentia sua morte como se fosse uma grande catástrofe (ZWEIG, 2014, p. 32).

Os grandes monarcas europeus eram ligados, inclusive, por laços sanguíneos: George V, da Inglaterra, Nicolau II, da Rússia e Guilherme II, da Alemanha, eram primos. Tudo isso levava a crer que o período dos grandes conflitos havia ficado para trás, o último embate sério havia ocorrido na Guerra Franco-Prussiana (1870 – 1871), e tornava improvável uma nova guerra.

Uma observação mais apurada demonstraria o quadro tenso a envolver tais nações, que depois se tornou tão evidente. Alemanha e Itália, por terem feito suas unificações apenas na segunda metade do século XIX, consideravam-se em desvantagem na partilha colonial. As grandes potências agrupavam-se em blocos, com a formação da Tríplice Aliança (Alemanha, Império Austro-húngaro e Itália) e da Tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia). Além disso, o pangermanismo e o pan-eslavismo eram outro ponto de atrito. Os franceses nunca haviam se conformado com a perda da Alsácia-Lorena e, após Bismarck pedir demissão em 1890, a política externa do Chanceler de Ferro, que buscava isolar o revanchismo francês, foi substituída pela de Guilherme II, que confrontava as atitudes da França. Por fim, a dita Paz Armada, quando as nações ampliavam sua produção de armamentos vertiginosamente, mesmo sem estarem envolvidas em nenhum conflito, foi a maior expressão daquele contexto.

Com frequência, as disputas imperialistas são colocadas como causa principal da Primeira Guerra. Essa ótica inspira-se na obra de Lênin, *Imperialismo: fase superior do capitalismo* (1916), na qual argumenta que o crescimento da industrialização levou à montagem de verdadeiros impérios, que disputavam colônias fornecedoras de matéria prima e consumidoras de produtos industrializados. Porém, o contexto europeu no início do século XX era muito

mais complexo e, como citado acima, o nacionalismo, inclusive dos povos alógenos, e as questões étnicas certamente estão também dentre as principais causas do conflito. Quanto a isso, Furet aponta que o

homo economicus desempenha, sim, um papel central na cena da sociedade moderna, de que é o principal ator. Mas não segue daí que ele seja o único personagem, nem que não possa ter outras paixões, ou outros cálculos, além do interesse. O Capital tem seu lugar marcado nas desgraças do século XX. Ele não deve ser seu bode expiatório (FURET, 1995, p. 53).

A península balcânica foi o berço do conflito. Era lá que todos esses fatores pareciam condensados e potencializados. A anexação da Bósnia-Herzegovina por parte do Império Austro-húngaro afetava os planos dos sérvios, que pretendiam unir os eslavos do Sul na criação da Grande Sérvia. Rapidamente diversos grupos radicais surgiram por toda a região. Enquanto o Império Austro-húngaro pretendia consolidar a anexação feita ao prometer a participação de seus súditos eslavos na monarquia, atentados eram planejados nos Balcãs. O estopim da Primeira Guerra Mundial se deu quando o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-húngaro, foi assassinado por um estudante sérvio, Gravilo Princip, ligado à organização conhecida como Mão Negra, no Atentado de Sarajevo.

A resposta do Império Austro-húngaro foi lançar um ultimato à Sérvia, ao passo que os russos também se envolveram na questão, devido à política pan-eslavista e aos interesses estratégicos na região. Por outro lado, o pangermanismo e a política de alianças arrastaram as outras potências europeias para o conflito. Ainda em julho de 1914 começava a Primeira Guerra Mundial. Os soldados partiam para a guerra com flores em seus uniformes e eram saudados pela população que os acompanhava até as estações de trem. Embarcavam prometendo retornar antes do natal. Além disso, a guerra era celebrada como uma oportunidade para romper com um mundo de monotonia. Marc Ferro observa que existia também uma ansiedade dentre aqueles que haviam melhorado suas condições econômicas o suficiente para perceber que existiam diversos luxos e riquezas que demorariam bastante a chegar, juntamente com uma nova escalada social: “Além disso, estes homens iriam mudar de existência tal como secretamente sonhavam” (FERRO, 1993, p. 20).

Os atritos recorrentes na região dos Balcãs nem sempre eram vistos como acontecimentos de extrema importância para ingleses, franceses e até mesmo alemães, mas foi na península que o estopim da Grande Guerra foi aceso. Não se ponderava que um atentado nos Balcãs poderia arrastar o restante do mundo para uma guerra, pois “os assassinos de Francisco Ferdinando e aqueles que guiaram os seus atos premeditavam, quando muito, um conflito austro-sérvio,

nunca uma guerra europeia; nem sequer imaginavam que pudesse haver uma relação entre os dois” (FERRO, 1993, p. 45).

A guerra rompeu um mundo de monotonia para muitos, porém as proporções que tomou, essas não foram previstas. A Grande Guerra, a guerra total, demonstrou aos estadistas, e aos combatentes que o estilo das campanhas militares da era bismarckiana havia ficado para trás. Não haveria uma Batalha de Sedan para encerrar o conflito rapidamente, muito pelo contrário, Tannenberg, Marne, Verdun e Somme assombraram o mundo, demonstrando a quantidade de vidas que o conflito era capaz de ceifar, e também deixava claro que os países não haviam se preparado para um confronto de tal amplitude. A guerra estagnou-se nos mais de 40.000 km de trincheiras abertos pela Europa. Os combatentes que haviam partido em meio às celebrações patrióticas, agora se entregavam à resignação e, conforme os meses e anos de conflito avançavam, perdiam a esperança no fim da guerra: “Ela não é mais do que o terreno sinistro da resignação à fatalidade: os soldados lutam maquinalmente, sem exigirem a paz, já que não veem a possibilidade disso” (FURET, 1995, p. 65).

O criador de *Memórias de um oficial de infantaria*, Siegfried Sassoon, ex-combatente que reconstruiu sua trajetória na guerra em seu personagem George Sherston, também demonstrou a impessoalidade do conflito: “Fato curioso é que eu ainda não havia visto nenhum alemão. Vira algumas figuras indistintas nas minhas patrulhas noturnas; mas nenhum rosto humano” (SASSOON, 2014, p. 52). Hobsbawm apontou que foi a destruição, que extrapolou as expectativas durante a Primeira Guerra, que a levou a figurar como mais brutal na memória dos europeus do que a Segunda Guerra Mundial, ainda que esta última tenha apresentado números de mortos bem mais vertiginosos (HOBSBAWM, 1995, p. 56).

No início da Guerra, haviam determinadas medidas que os países beligerantes hesitavam em utilizar contra os seus inimigos. As questões étnicas sempre permeavam tais cuidados. Enquanto o Império Austro-Húngaro evitava colocar tchecos no *front* contra os russos, quando esses capturavam tchecos, não os utilizavam no combate ao império que os submetia (FERRO, 1993, p. 33). Porém, os rumos do conflito mudaram bastante esse comportamento. Os alemães, por exemplo, incentivavam um levante na Irlanda contra os ingleses. A então nova maneira de fazer guerra afastava-se dos conflitos do século XVIII e XIX, não foi apenas a trincheira, a estagnação, o tamanho da mobilização, mas certamente as armas químicas. Os gases lançados por vezes faziam vítimas dentre seus próprios soldados. Quanto a esses soldados, Furet aponta que:

O grognard de Napoleão era um soldado, o *poilu* de 1914 – 1918 ainda é um camponês, um artesão, um lojista, um burguês (menos frequentemente um operário, por causa das necessidades da produção de armamentos). A guerra é feita pelas massas de civis alistados, que passaram da autonomia cidadã à obediência militar, por um tempo cuja duração não conhecem, e mergulhados num inferno de fogo onde conta mais aguentar firme do que calcular, ousar ou vencer. Nunca a servidão militar esteve ornamentada de menos nobreza do que aos olhos desses milhões de homens transplantados, recém-saídos do mundo moral da cidadania (FURET, 1995, p. 63).

As tentativas de romper as trincheiras inimigas faziam com que milhares de vidas fossem sacrificadas em troca de poucos metros de terreno. Sob o sol, chuva, bombardeios incessantes, além da alimentação precária, os soldados padeciam em meio a ratazanas, piolhos e cadáveres de companheiros mortos: “Era uma existência que sufocava qualquer pensamento agradável; nada sobrevivia, exceto o desejo animal de calor, comida e alguma coisa para quebrar a monotonia da rotina” (SASSON, 2014, p. 193). A guerra também inovava em sua impessoalidade “que tornava o matar e estropiar uma consequência remota de apertar um botão ou virar uma alavanca” (HOBSBAWM, 1995, p. 57). Mesmo diante de tal impessoalidade, o conflito ainda libertava uma agressividade inerente a muitos homens. Foi possível tanto a intelectuais quanto a camponeses, transformados nesse momento em soldados, conhecerem uma parcela de sua própria personalidade com a guerra. Fritz Stern cita o relato do historiador inglês Richard Tawney, que serviu como sargento no 22º Regimento de Manchester:

Quando atravessamos aquela terra de ninguém, devemos ter perdido muito mais homens do que eu me dera conta. [...] Suponho que a maioria dos homens tenha um selvagem paleolítico em algum lugar dentro de si, uma besta que às vezes clama para que lhe deem uma chance de mostrar sua astúcia faceira em destruir. Eu, pelo menos, tenho. [...] Todos os homens em que eu atirei tombaram, exceto um. Fiquei perplexo e com raiva. [...] Não que eu quisesse feri-lo ou a quem quer que fosse. Era errar o alvo que eu odiava. Essa é a grande bestialidade da guerra, essa odiosa frivolidade. Tornamo-nos como um macaco festivo e traquinas que se apraz em despedaçar a imagem de Deus (TAWNEY apud STERN, 2004, p. 251).

No plano político, promessas de território fizeram com que os italianos mudassem de lado. De acordo com Guilherme II, “a Itália desprende-se de nós como uma pera podre” (apud FERRO, 1993, p. 44). No *front* oriental o Czar parecia considerar sua fonte de soldados inesgotável, e milhares eram enviados para a morte sem ao menos munição para suas armas. A superioridade bélica dos alemães destacava-se, mas ao responder o bloqueio naval inglês com a guerra submarina até as últimas consequências, o *Reich* deu um passo em falso. Vários países, que eram neutros até então, declararam guerra aos alemães devido a tal hostilidade, inclusive o Brasil. Esse fator também foi decisivo para a entrada dos Estados Unidos no confronto, que, com seu potencial industrial e um território a milhares de quilômetros da Europa, poderia abastecer os aliados não apenas enviando mais soldados para a guerra.

A força do nacionalismo havia atingido seu auge com as declarações de guerra em 1914, inclusive suplantou a solidariedade de classe esperada pela Internacional. Em vez de greves, os trabalhadores alemães batiam-se com os trabalhadores franceses e ingleses. Em 1917 a situação já era bem diferente, e a guerra que em seu início adiou a possibilidade de revolução, agora parecia maximizá-la. Lênin esperava que a Rússia não saísse vitoriosa do conflito, pois assim o regime czarista seria fortalecido. Quando a revolução de Kerensky tomou o poder e não retirou o país da guerra, os bolcheviques tiveram sua oportunidade e chegaram ao poder com a Revolução de Outubro. No ano seguinte, Lênin encerrou a participação dos russos no conflito e foi assinado com a Alemanha o Tratado de Brest-Litovsky.

Os alemães foram vitoriosos no *front* oriental e poderiam concentrar suas forças contra os anglo-franceses antes que a ajuda norte-americana chegasse à guerra. Fizeram um último grande esforço com a ofensiva de Ludendorff na primavera, mas não obtiveram êxito. A partir daí buscavam uma paz sem anexações, o país estava exaurido pelo bloqueio naval e em 1918, um dia de guerra custava aos alemães 146 milhões de marcos (FERRO, 1993, p. 171). O comando do exército não admitia a derrocada e, quando o país ruiu com a rendição em meio a levantes internos, nascia a lenda da punhalada pelas costas.

Com o fim da guerra, outro problema afigurava-se a partir do retorno dos ex-combatentes. Muitos viram seu sacrifício como inútil ou consideravam-se injustiçados por não receberem o devido reconhecimento. Segundo Ferro (1993, p. 204), “nasceu assim o espírito do ‘antigo combatente’, feito de rancor e nostalgia, com a aspiração comum ao reconhecimento dos outros”. Além disso, os mutilados eram uma memória viva do que a guerra havia causado. Como destaca Stern, “eu cresci na Alemanha, sob o espectro da Primeira Grande Guerra. Havia lembranças constantes dela em casa e nas ruas, onde todos os dias nos deparávamos com homens mutilados” (STERN, 2004, p. 246). Surgia entre os veteranos uma forte solidariedade e uma parte desse grupo esteve entre os primeiros a aderir ao movimento de Hitler. Ao tratar de tal assunto, Marc Ferro afirma que surgiu uma espécie de ressentimento de classe, que seria a classe dos sacrificados, que considerava militarizar a retaguarda (FERRO, 1993, p. 205).

As ideias de Thomas Mann a respeito desses problemas serão expostas e discutidas a seguir, visto que não foi o único a fazer incursões fora de seu campo tradicional nesse momento. Muitos outros escritores e artistas colocavam a serviço de seus países seu talento, como, por exemplo, o francês Henri Lavedan:

Acredito na coragem dos nossos soldados, na sabedoria dos seus chefes... acredito na força do nosso direito, nesta cruzada pela civilização. Acredito no sangue das feridas, na água da bênção; acredito nas orações das mulheres, no heroísmo das esposas, na devoção serena das mães, na pureza da nossa causa, na glória sem mancha da nossa bandeira. Acredito no nosso grandioso passado e no nosso ainda mais grandioso futuro. Acredito nos nossos concidadãos, vivos ou mortos. Acredito em nós, acredito em Deus. Acredito, acredito (LAVEDAN apud FERRO, 1993, p. 164).

Não foi então uma exclusividade de Thomas Mann, nem dos alemães, o fato de terem colocado sua pena a serviço do país. As principais ofensivas de Mann foram *Pensamentos na Guerra* (1914) e *Considerações de um apolítico* (1918)

2.2 O início das incursões de Thomas Mann a serviço da Alemanha

Enquanto em *Considerações de um apolítico*, Thomas Mann criou longas digressões sobre as origens e os rumos da guerra, tratando muitas vezes de questões referentes ao campo artístico, uma abordagem diferente para uma obra voltada para questões bélicas, o seu ensaio *Pensamentos na Guerra* assumiu um caráter muito mais agressivo.

A forma como esse segundo texto se desenvolveu está em sintonia com uma espécie de senso comum que permeava as elites econômica e intelectual. Fossem os remanescentes da antiga classe agro-feudal ou aqueles que obtinham ascensão nos bancos nas indústrias ou, ainda, os professores universitários, todos acreditavam que resguardavam a verdadeira essência da Alemanha, e era um dever a defesa do país que se via cercado por inimigos, tanto interna quanto externamente (STERN, 2004, p. 13).

Mann não partiu para o *front* como fizeram outras figuras da época, como Marc Bloch. Fritz Stern apontou que, para Bloch, a derrota para a Alemanha levaria a um futuro intolerável. O *front* de Thomas Mann era sua escrivania. Ao redigir *Pensamentos na Guerra* o autor direcionou sua artilharia principalmente contra a França. No começo de seu texto, Mann comparou cultura e civilização, lembrando o problema de, muitas vezes, esses dois conceitos serem confundidos. Para o escritor alemão, porém, enquanto até mesmo o bizarro e o selvagem poderiam incluir-se no campo da cultura, a civilização estaria ligada à razão, ao abrandamento e à urbanidade. Mann afirmou que antes da chegada dos espanhóis, o México possuía cultura, mas não civilização, sendo que, dos povos antigos, apenas os chineses eram civilizados (MANN, 2010, p. 144-145). Uma questão de extrema importância para Mann era a seguinte: a arte faz parte do campo da cultura ou da civilização? Obviamente que ele a

colocou no primeiro grupo, acrescentando que a “arte, como toda a cultura, é a sublimação do demoníaco” (2010, p. 145).

E era justamente no campo da arte que Thomas Mann realizava suas batalhas. O autor não permaneceu durante muito tempo no serviço militar e, para escapar, contou com a ajuda de médicos bastante indulgentes. Como que para justificar o campo em que escolheu combater, Mann realiza uma comparação entre a arte e a guerra:

Não são relações totalmente alegóricas que unem a arte e a guerra? A mim ao menos sempre pareceu que não seria o pior dos artistas aquele que se reconhece na imagem do soldado. Aquele vitorioso princípio guerreiro de hoje: a organização – é afinal o princípio primeiro, a essência da arte. (MANN, 2010, p. 146).

Os poetas eram moralistas, diferentes dos políticos, que pertenceriam à razão, assunto da democracia e da política. A guerra era esperada então por esses seres morais, pois representava uma ruptura no mundo da civilidade, “Mundo horrível, que agora não mais existe – ou não mais existirá, depois de passada a grande tempestade! Ele não fervilhava, tomado pelos parasitas do espírito, como que por vermes?” (MANN, 2010, p. 147). Mann não era o único que naquele contexto pensou na arte com um aspecto bélico. Hermann Hesse também viu a guerra como um meio para que os artistas respeitassem mais uma nação:

Posso constatar que, no geral, o impacto moral da guerra tem sido bastante positivo. Para muitos, e também para a Alemanha, veio em boa hora essa sacudidela para que despertassem daquela tola paz capitalista. Creio que os verdadeiros artistas valorizarão mais uma nação se seus homens já enfrentaram a morte e conheceram a vida num campo de prisioneiros (HESSE apud STERN, 2004, p. 248).

Thomas Mann falava da guerra como uma espécie de purificação saudada pelos poetas. Certo austríaco, veterano da Primeira Guerra Mundial, também afirmaria, anos depois, que a guerra era uma purificação, algo salutar para os alemães. Por causa dessa ideia de expurgo por meio da guerra, para Mann foi quase uma decepção quando o exército Alemão avançou e colocou-se próximo de Paris ainda no início da guerra: “Não foi quase uma decepção, uma desilusão o que se sentiu, como se tudo corresse bem demais, fosse fácil demais, como se a falta de nervo de nossos inimigos nos roubasse nossos mais belos sonhos?” (MANN, 2010, p. 149). A guerra não poderia acabar logo.

Uma figura evocada constantemente em *Pensamentos na Guerra* é a de Frederico, o Grande, célebre rei da Prússia (1740 – 1786), que na juventude foi um amante das artes e da filosofia e, além disso, foi o responsável por reorganizar o exército prussiano, fazendo com que seu militarismo o levasse a grandes conquistas territoriais. A referência a Frederico II é utilizada por Mann como paralelo possível. Esse rei ilustra uma Alemanha cercada por inimigos,

situação análoga, na concepção do ensaísta, a vivida pelos alemães naquele momento. Desse modo, a Alemanha de Mann continuava a ser a de Frederico, o grande, e lutava, portanto, ainda a sua luta. Thomas Mann não tinha dúvidas quanto à vitória alemã.

A coalização se modificou um pouco, mas é a sua Europa, a Europa unida no ódio, que não nos tolera, que continua a não querer tolerar a ele, o rei, e à qual novamente é necessário mostrar com toda a clareza talvez de sete anos, que não é admissível eliminá-lo (MANN, 2010, p. 149).

Mann ainda comenta que havia uma relação de amizade coberta por rivalidade entre o rei prussiano e Voltaire. Os dois encarnavam Alemanha e França respectivamente. Um grande soldado e um grande civil (2010, p. 150).

A propaganda contra a Alemanha avançava incessantemente. Para Mann, a luta alemã era pela sobrevivência de sua forma de ser e agir. A Entente, ao contrapor sua luta – no caso, a luta da civilização – aos alemães, não poderia acusar a pátria de Nietzsche, Goethe e Wagner de barbárie, acusavam-na então de militarismo (MANN, 2010, p. 150 – 151). Aliás, a ideia de que existiam duas Alemanhas, uma da poesia, da música clássica e da filosofia, e outra, herdeira do militarismo prussiano, foi também cada vez mais reforçada pelos Aliados. Fritz Ringer afirma que essa proposição deixava os intelectuais alemães indignados com os publicistas da Inglaterra, por isso, em sua guerra cultural, esses intelectuais ressaltavam o espírito comercial dos ingleses (RINGER, 2000, p. 175). Para Peter Gay, após o fim do conflito, a escolha de Weimar para sediar a república alemã seria um reconhecimento dessa divisão artístico-política da Alemanha.

Mas Weimar passou também a simbolizar um prognóstico, ou, pelo menos, uma esperança, para um novo começo; isso foi um reconhecimento tácito da acusação, amplamente divulgada nos países Aliados durante a guerra e veementemente negada pela Alemanha, de que na realidade existiam duas Alemanhas: a Alemanha orgulhosamente militar, abjetamente submissa à autoridade, agressiva na aventura externa, obsessivamente preocupada com a forma, e a Alemanha da Poesia lírica, da filosofia Humanística e do cosmopolitismo pacífico. A Alemanha tentara o caminho de Bismarck e Schlieffen e agora estava pronta a tentar o caminho de Goethe e Humboldt (GAY, 1978, p. 15).

Para rechaçar a acusação de militarismo contra os alemães, Mann afirma que isso se dava apenas pelo fato de que a Alemanha possuía o melhor exército do mundo. A oposição entre “militarismo e civilização” também não seria correta, pois o que seria o exército nacional francês, o exército da Itália e a frota inglesa senão militarismo? (MANN, 2010, p. 152). Para ressaltar o militarismo alemão, os inimigos da Alemanha lembravam-se apenas da excelência do país quanto à sua fabricação de armas, o que para Thomas Mann era uma hipocrisia, já que os hospitais, escolas, ferrovias e as instituições sociais da Alemanha eram tão bons quanto

seus canhões. Segundo Mann, a preferência dos alemães pela cultura também se dava pelo fato de possuírem um conteúdo humano, enquanto a civilização exala política, e, se o povo alemão era antirrevolucionário, a existência de homens como Lutero e Kant compensava a ausência de uma revolução nos moldes de 1789 (MANN, 2010, p. 152).

Thomas Mann ainda destaca que, apesar de encontrar-se em um contexto de guerra, o soldado não seria “um galo de briga com a crista sempre pronta a inchar, não é um valentão esquentado e arrogante. Pode-se ver se um povo é verdadeiramente guerreiro quando, no momento em que a guerra se torna destino, ele se poupa e se consome” (MANN, 2010, p. 153). Nesse trecho, transparece algo da autocoção citada por Norbert Elias ao tratar das questões dos duelos e da sociedade de satisfação mútua que se propagavam por toda a Alemanha. Em *Os alemães*, ao diferenciar a briga e o duelo, Elias aponta:

Consideremos o caso da briga. Sejam quais forem as razões remotas para o antagonismo entre as duas pessoas que brigam mutuamente, neste caso é frequente que a discussão seja rapidamente seguida de violência. A espontaneidade de sentimentos – ira, raiva e ódio – a plena força das paixões entra em cena. Só é emudecida, até certo ponto, através de um treinamento social que prescreve um padrão particular de luta física em choques violentos sem armas entre pessoas. Comparado com o duelo, o corpo-a-corpo espontâneo de uma briga é altamente informal, mesmo que seja parcialmente moldado pelos padrões da luta competitiva, como o boxe ou a luta greco-romana. O duelo, em contraste, é um exemplo do tipo altamente formalizado de confronto físico. Os adversários, neste caso, não se lançam espontaneamente um contra o outro sob a pressão da ira e do ódio. Pelo contrário, o ritual prescrito exige primeiro que tudo, um rigoroso controle de todos os sentimentos hostis, bloqueando o acesso dos impulsos agressivos aos órgãos executivos, os músculos, e assim impedindo que qualquer ação seja levada a efeito. Aqui, a coação externa do código social requer uma autocoção sumamente intensa, o que é típico da formalização de estratégias de sentimento e comportamento (ELIAS, 1997, p. 75).

A briga e o duelo possuíam as suas diferenças e é justamente isso que Thomas parece evocar no trecho citado anteriormente. Nesse sentido, o soldado alemão, que lutava no exército da pátria da cultura, mesmo não fazendo parte dos quadros aristocráticos, tornou-se, na guerra, parte da sociedade de satisfação mútua.

Advogando a causa alemã, Mann acusou os Aliados de um comportamento indecoroso que era justificado pelos franceses com um “*c’est la guerre*”.¹¹ Os inimigos da Alemanha precisavam punir saques em seu próprio território, além disso, outro fato inaceitável era o assassinato de médicos alemães (MANN, 2010, p. 154). Tempos depois, nota-se como Mann entrou em contradição quando buscou escrever, em *Considerações de um apolítico* (1918), formas de justificar o fuzilamento da enfermeira Edith Cavell pelos alemães.

¹¹ Esta é a guerra. Expressão francesa que indicava um conformismo com os acontecimentos do conflito, algo como *c’est la vie* (esta é a vida).

Os Alemães, por serem um povo mais aristocrático do que os franceses, levavam vantagem sobre estes, já que o espírito republicano-burguês levava-os a sentir a guerra como algo insuportável. Os franceses, portanto, na visão de Mann, deveriam abdicar de qualquer pretensão bélica e viver de seu ideal civil (MANN, 2010, p. 154). Porém, não foi o que fizeram, pelo seu revanchismo contra os alemães. Mann ironizava tal revanche, que não poderia ser levada a cabo sem a ajuda dos outros. Ela necessitava, inclusive, da ajuda da monarquia czarista, algo que também desqualificava as críticas que a Alemanha recebia por seu espírito antidemocrático. Como destaca o escritor alemão: “Mas que revanche era essa que não é levada a cabo com as próprias forças? Pode uma tal revanche satisfazer a vaidade?” (MANN, 2010, p. 155). Desse modo, os franceses, que clamaram durante décadas por revanche, quando tiveram a oportunidade, entrincheiravam-se com canhões em catedrais, como a de Reims, e, quando tais locais eram atacados, indignavam-se (MANN, 2010, p. 155). Segundo Thomas Mann, uma catedral nada tinha a ver com a civilização jacobina, mas, antes disso, era como um espinho. Para ele, o oficial católico que dava a ordem de abrir fogo contra ela teria mais reverência pelo templo do que os cidadãos franceses. Estes tinham, de acordo com o alemão, um comportamento feminino:

Esta nação reivindica direitos femininos, sem a menor dúvida. O mais encantador dos povos, delicado e sedutor como é, tudo pode ousar. Mas se lhes encostamos um dedo seus belos olhos lacrimejam e toda Europa se levanta em irado sentimento cavalheiresco (MANN, 2010, p. 156).

Thomas Mann criticou duramente o ponto de vista dos Aliados, que consideravam a guerra um meio para civilizar a Alemanha. Opunham mais uma vez sua defesa da democracia contra o militarismo. Mais uma vez o autor ironizou, quanto a isso, a aliança dos ingleses e franceses com o a Rússia czarista, e cita a batalha de Tannenberg vencida pelos alemães (MANN, 2010, p. 156). Para Mann, os Aliados tentavam civilizar os alemães, mas era a Alemanha que possuía o maior número de universidades, que gastava as maiores somas com arte e ciência, além de possuir as menores taxas de analfabetos e crimes violentos em comparação com os franceses e ingleses. Nesse ponto, Mann ressaltou que os alemães possuíam então civilidade: “a conclusão, certamente, de que esta inexplicável Alemanha, entre todos os países, goza da mais moderna e sólida civilidade; mas o espírito, a ausência de espírito, os princípios dos quais advém esta superioridade, permanecem bárbaros” (2010, p. 157). Assim, os inimigos da Alemanha afirmavam que era necessária uma vitória, não importando os meios utilizados, para quebrar de forma violenta todo o barbarismo, já que a Europa não teria paz diante do militarismo Alemão, quando, para Mann, era apenas a vitória da Alemanha o que garantiria a

paz. O autor criticou também o fato de que vários povos eram lançados contra os alemães, como “quirguizes, japoneses, gurcas e hotentotes – uma ofensa sem paralelos, monstruosa e apenas tornada possível por força daquela ignorância a respeito da Alemanha” (MANN, 2010, p. 157).

Thomas Mann concluiu o ensaio *Pensamentos na Guerra* afirmando que a essência alemã era de fato difícil e problemática. Para o autor, seriam os alemães o povo menos conhecido da Europa naquele momento, devido à soberba de seus vizinhos burgueses, e apenas um tolo afirmaria que os alemães não possuíam civilidade, mas, reitera, não era sua intenção declinar na civilização. Seria a vitória dos alemães, que já se defendiam determinadamente, o que obrigaria finalmente seus vizinhos a estudá-los.

É o seu ‘militarismo’, seu conservadorismo moral, sua moralidade de soldado – um elemento do demoníaco e heroico que se obstina em não reconhecer o espírito civil como o último e mais dignamente humano dos ideais (MANN, 2010, p. 158).

2.3 Cultura x civilização como pano de fundo do conflito mundial

Além de toda sua defesa feita em *Pensamentos na guerra* (1914), discutida há pouco, as *Considerações de um apolítico* (1918), obra que, como tantas outras de sua autoria, inclusive as literárias, acabou alcançando uma extensão inesperada para o próprio Mann, foi um aprofundamento de suas ideias inseridas no primeiro ensaio. Além de advogar a causa alemã, esse livro envolvia também uma questão pessoal. Mann defendeu-se de ataques de outros intelectuais como Romain Rolland, e a defesa de si próprio por vezes se confundia com a defesa da Alemanha. Nesse caso, seu nacionalismo coincide com o que Norbert Elias demonstrou ao afirmar que o amor pela nação é também uma forma de amor-próprio, pois “também é sempre o amor de uma coletividade a que o indivíduo se refere como ‘nós’” (ELIAS, 1997, p. 143). Assim como seu país, Thomas viu-se cercado por inimigos.

O principal destinatário da obra *Considerações de um apolítico*, no entanto, não teve ao menos seu nome citado no livro. Era o irmão de Thomas, Heinrich Mann, chamado nas *Considerações* de literato da civilização. Pouco antes do início das hostilidades entre os dois irmãos, Thomas enviou uma carta a Heinrich, que datava de 18 de setembro de 1914, buscando animá-lo quanto ao futuro da própria obra e também discordando de sua opinião quanto o futuro da Alemanha.

Querido Heinrich,

Eu não compartilho do seu pessimismo sobre o seu trabalho e o seu futuro na Alemanha. Em vez disso, eu acho que você está sendo injusto para com a cultura alemã. Sua fama tem aumentado constantemente nesses últimos anos. Você realmente acha que como resultado dessa grandeza, fundamentalmente descente, e, na verdade, agitando os povos em guerra, a Alemanha recuará em seu cultivo ou *ethos* e rejeitaria permanentemente seus dons? (MANN, 1990, p. 67).

Thomas Mann dedicou boa parte das páginas de sua obra para responder o que considerou um ataque pessoal feito no ensaio de Heinrich sobre o escritor francês Émile Zola elogiado por seu pacifismo em contraposição a outros que saudavam o conflito. Mesmo sem ter se referido diretamente a Thomas, este acreditou que Heinrich o havia acusado de sonhador e farrista.

Mesmo com novas motivações, a fórmula que contrapunha cultura e civilização continuou a ser utilizada para defender a Alemanha e a si mesmo. Enquanto para Thomas Mann, como demonstrado na introdução deste trabalho, os dois termos são opostos e era preciso cuidado para não confundi-los, Oswald Spengler, em *A decadência do Ocidente*, afirmou que, na verdade, a civilização seria o auge de uma determinada cultura:

Ora, cada cultura tem a sua própria civilização. Pela primeira vez, estas duas palavras, que até agora designavam uma vaga distinção ética, acham-se aqui empregadas num sentido periódico, como expressões de uma sucessão orgânica, estrita e necessária. A civilização é o destino inevitável de cada cultura. Com isso, alcançamos o cume onde se tornam solúveis os derradeiros, os mais difíceis problemas da morfologia histórica. Civilizações são os estados extremos, mais artificiosos, que uma espécie superior de homens é capaz de atingir. São um término. Seguem o processo criador como o produto criado, à vida como à morte, à evolução como a rigidez, ao campo e à infância das almas como a decrepitude espiritual e a metrópole petrificada, petrificante. Representam um fim irrevogável, no qual sempre se chega, com absoluta necessidade (SPENGLER, 1964, p. 47).

Fritz Ringer descreveu os problemas de assimilação que os ideais iluministas enfrentaram na Alemanha. Principalmente após 1890, havia uma opinião entre os eruditos da Alemanha que considerava o iluminismo superficial e de tendência utilitarista, além do fato de que utilizar a ciência e a educação com fins práticos não era visto com bons olhos (RINGER, 2000, p. 92-94). Para Ringer, “O próprio ideal de educação dos mandarins, desenvolvido como a antítese direta ao conhecimento prático, vinha expresso nas palavras *Bildung* (formação, educação)¹² e *Kultur* (cultura)” (2000, p. 95). A palavra *Kultur*, que era relacionada ao conceito da *Bildung* na Alemanha até o século XVIII com um significado de cultivo de mente e espírito,

¹² O termo *Bildung* é de importância crucial no contexto em que Thomas Mann escrevia, visto que alguns de seus romances eram considerados *Bildungsroman* (romance de formação). Por conta disso, considero importante reproduzir aqui a definição de *Bildung* publicada na enciclopédia *Der grosse Brockhaus*, entre 1928 e 1935 e citada por Ringer: “conceito fundamental de pedagogia desde Pestalozzi, *Bildung* significa formar a alma por meio do ambiente cultural. *Bildung* requer: a) uma individualidade que, como ponto de partida único, deve desenvolver-se numa personalidade formada ou saturada de valor; b) uma certa universalidade, implicando riqueza mental e pessoal, que é obtida por meio do entendimento e do vivenciamento empáticos [*Verstehen und Erleben*] dos valores culturais objetivos; c) totalidade, significando unidade interior e firmeza de caráter” (apud Ringer, 2000, p. 95).

posteriormente passou a designar a síntese das realizações do homem civilizado, enquanto, na França, cultura sempre significou cultura do espírito e a civilização representava “totalidade das criações e arranjos sociais e intelectuais do homem” (RINGER, 2000, p. 96). Ringer prossegue afirmando que assim que os conceitos de cultura e civilização foram estabelecidos na Alemanha e na França, os intelectuais alemães passaram a enxergar entre os dois uma antítese.

No século XVIII, havia nos meios aristocráticos alemães uma tendência a importar a polidez social dos franceses, além da moda literária e artística, incluindo até mesmo os costumes sexuais. Porém, o burguês alemão considerava os hábitos franceses maléficos, enquanto os chamados por Ringer de mandarins situavam-se entre esses dois posicionamentos. Para o autor, “O mandarim poderia até admirar sua conduta e suas ‘realizações’, mas estava fadado a sentir uma certa dicotomia entre o modo aristocrata e o seu de discutir as questões intelectuais” (RINGER, 2000, p. 97). Mesmo não sendo citado diretamente como um mandarim, o tom dos discursos nacionalistas de Thomas Mann e sua defesa da causa alemã, feita opondo conceitos como cultura e civilização e ressaltando com o orgulho a aversão dos alemães ao espírito democrático e político, demonstram como seus ideais convergiam com a forma como pensavam os mandarins.

Por fim, Ringer afirma também que a permanência do contraste entre os dois conceitos se dava pela atuação tendenciosa dos mandarins. Civilização continuava a ser visto como algo externo e uma forma limitada de educação. Com o passar do tempo, o termo englobou o avanço externo em áreas como economia, organização social e tecnologia, enquanto cultura representava o desenvolvimento interior e os feitos dos homens cultos. Para Ringer, “Em síntese, cultura refletia cultivo, enquanto civilização era ‘apenas’ o produto da formação factual, racional e técnica do homem. Nesse sentido, ‘cultura’ era o termo mais abrangente e fazia sentido discutir a relação histórica entre civilização e cultura” (RINGER, 2000, p. 98).

Também para Norbert Elias o termo “cultura” tornou-se algo próprio de uma classe média que havia sido negligenciada durante a unificação e que, por isso, não tinha acesso aos cargos políticos mais importantes, enquanto até mesmo a dita “história política” dedicava-se a grandes estadistas e guerras (ELIAS, 1997, p. 126). Mesmo a família de Thomas Mann tendo tradição em sua cidade natal – nesse caso é importante lembrar que o pai, Thomas Johann Heinrich Mann, fora senador e figura importante em Lübeck – sua referência quanto ao termo “cultura” origina-se desses “renegados”. Nesse sentido, é possível entender o título da obra de

Thomas Mann, *Considerações de um apolítico*, como ironia, reiterando sua tradição de aversão a questões políticas, porém tais questões seriam abordadas a partir de uma ótica apolítica.

No começo de suas *Considerações*, Thomas Mann afirmava que a política e a democracia eram mesmo venenosas para o ser alemão e que bastava observar aonde os políticos franceses haviam levado o próprio país para perceber que a política não era assim tão saudável (MANN, 2011, p. 45). Nesse momento era ainda o início da guerra e havia do lado do escritor uma certeza pela vitória da Alemanha. Desse modo, os problemas que a França estaria a enfrentar certamente estavam ligados, em sua concepção, ao conflito. Para explicar melhor o espírito cultural alemão, Mann segue na exposição da dicotomia entre cultura e civilização:

A diferença entre espírito e política contém a diferença entre liberdade e civilização, entre alma e sociedade, entre liberdade e direito ao voto, entre arte e literatura; e o caráter alemão é cultura, alma, liberdade, arte, e não civilização, sociedade, direito ao voto e literatura. A diferença entre espírito e política é, para o melhor exemplo, a diferença entre cosmopolita e internacional. O primeiro conceito procede da esfera cultural e é alemão; o segundo provém da esfera da civilização e da democracia e é... algo totalmente diferente. Internacional é o *bourgeois* democrático, por muito nacionalistamente que se adorne, em qualquer lugar; o burguês é cosmopolita, pois é alemão, mais alemão que os príncipes e o povo: esse homem do “centro” geográfico, social e anímico sempre foi e segue sendo o veículo da espiritualidade, da humanidade e a antipolítica alemã (MANN, 2011, p. 46).

Além desse fator, é imprescindível ressaltar que o sentido de burguês, quando Thomas Mann o utiliza para definir-se como tal, adquire uma conotação diferente da do *bourgeois* francês. Mann faria parte da classe média urbana letrada (*Bildungsbürgertum*). O conceito de burguês foi utilizado com diversos sentidos nas *Considerações de um apolítico*, por isso foi mantida, nesse caso, a palavra em francês na citação acima. Sobre esse conceito, o tradutor León Mames, responsável pela edição espanhola de *Considerações de um apolítico* consultada durante a elaboração desta pesquisa, explica, em uma nota no início do capítulo intitulado *Burguesidad*, que:

O emprego, neste ensaio, das palavras “burguês”, “burguesia” e sua infinita gama de derivados diretos no alemão, mas nem sempre aparente em castelhano, requer alguns esclarecimentos preliminares. A palavra alemã *Bürger*, cuja tradução literal seria burguês, se utiliza aqui no sentido muito mais amplo, que se remete à sua origem histórica. *Bürger* é o habitante do *Burg*, da cidade, é dizer o cidadão; logo, por extensão, haveria de converter-se assim mesmo no cidadão de classe média, o burguês. Mas o seu emprego, na primeira instância, carece de toda conotação econômico-social, de todo sentido de classe; não é este o burguês oposto ao proletariado, e para ressaltá-lo o autor recorre à expressão francesa *bourgeois* (e a correspondente *bourgeoisie*, por burguesia) quando quer referir-se ao burguês com esse sentido. Em consequência, o título deste ensaio (no original *Bürgerlichkeit*, a condição do burguês, diferente de *Bürgertum*, a classe burguesa ou burguesia) tem também a conotação de civilidade ou de civismo. Todo este trabalho joga até o infinito com as distintas acepções que resultam dos diferentes derivados de *Bürger*.

Aparecem assim alguns como *Weltbürger* (cidadão do burgo = cosmopolita), *Weltbürgerlichkeit* (cosmopolitismo), *Bürgerkrieg* (guerra civil), *Staatsbürger* [cidadão (do estado)], etc (Cf. MANN, 2011, p. 107 - 108).

Quando trata novamente do termo, ao afirmar a essência burguesa da Alemanha, não o fazia quanto à tradução “mecanicamente literária do *bourgeois* francês, tal como a via e entendia a boemia parisiense” (MANN, 2011, p. 137). Dessa forma, quando Thomas Mann empregou o conceito de burguês, o fez em referência ao cidadão do estado, do império alemão. Mesmo que a guerra trabalhasse para politizar esse indivíduo, ele nunca enxergaria o estado como objetivo e o sentido da existência, nem aceitaria que nesse âmbito seria traçado o destino, e não concordava que o que humaniza é a política. A própria condição burguesa alemã sempre foi, então, sinônima de liberdade e instrução (MANN, 2011, p. 137 - 138).

Segundo as *Considerações*, a Alemanha também vivia em oposição a Roma, o que remete aos tempos antigos, quando os romanos já buscavam uma universalização da humanidade. Mann utiliza ainda Dostoiévski para afirmar que a intenção de unificar a humanidade continuou com o cristianismo; depois, esse pano de fundo da unificação universal passou a ser a Revolução Francesa e, posteriormente, a inquietude levou à união com os humilhados fazendo surgir o socialismo (MANN, 2011, p. 55–56). Assim sendo, as raízes espirituais da guerra estavam bem claras para Thomas e o conflito seria fruto da luta alemã contra o espírito do ocidente, do mesmo modo que outrora fora a luta do mundo de Roma contra a Alemanha (2011, p. 60).

As disputas por território dentro da própria Europa e as disputas imperialistas não passavam despercebidas aos olhos de Thomas Mann, quando afirmou que o imperialismo dos aliados seria mais uma tentativa da ideia romana de unificação (MANN, 2011, p. 64). O fato de que os alemães também ansiavam por maiores possessões coloniais por vezes parece ter sido ignorado pelo autor. Para o autor, em episódios como a Questão do Marrocos, os alemães estariam buscando apenas o direito igualitário de comércio com a terra do sultão e sua independência. Durante a guerra, os alemães adotaram uma política parecida com essa em outras colônias e protetorados franceses e ingleses. O desrespeito à neutralidade belga na verdade não poderia ser considerado uma agressão, pois, os alemães estavam então a se defender dos ataques de seus inimigos, ataques estes que no campo de batalha imaginado por Thomas Mann, não era apenas físico:

A batalha de Teutoburgo, as lutas contra o papa de Roma, Wittenberg, 1813, 1870, tudo isso foi apenas um jogo de crianças em comparação com a luta terrível, perigosíssima, e no sentido mais grandioso, imprudente, contra a Entente mundial da civilização, que a Alemanha assumiu com uma docilidade verdadeiramente

germânica para com seu destino, ou, para expressá-lo de uma maneira um pouco mais ativa, para com sua perene e inata missão (MANN, 2011, p. 64).

Já foi citado nesse trabalho o entusiasmo que o início do conflito espalhou por todo o continente Europeu. Pessoas urravam de alegria ao ouvirem as declarações de guerra em verdadeiros carnavais que aconteciam nas praças de diversos países. O próprio irmão mais novo de Thomas, Carl Viktor Mann, havia se alistado e partiu para o *front*. Segundo Thomas Mann, porém, enquanto tal unidade só era alcançada em outros povos em tempos de guerra, na Alemanha era diferente (MANN, 2011, p. 65-66).

É justamente esse entusiasmo nacionalista que faz com que transpareçam, ao longo de toda obra de Thomas Mann, as críticas e o rancor contra o outro irmão, o mais velho. Sempre lembrado como o literato da civilização, Heinrich era criticado por Thomas, sobretudo porque, nessa guerra intelectual, os ditos inimigos internos da França, referindo-se provavelmente a pensadores de esquerda que esqueceram temporariamente o espírito da Internacional, defendiam seu país em tempos de guerra (MANN, 2011, p. 67 – 68).

Quanto a Heinrich Mann, é surpreendente como sua obra *O súdito* soou profética e, não por acaso, fez com que o irmão mais velho de Thomas alcançasse o auge de sua carreira. A obra, apesar de publicada apenas em 1919 devido à censura, havia sido concluída em 1914, antes do início da guerra. A caricatura de um típico alemão submisso ao império foi retratada na figura de Diederich Hessling. Heinrich Mann ironizou logo no início do livro a submissão do súdito que, ao cometer um delito ainda quando criança, gostava que o pai lhe encontrasse para ser castigado. Talvez se o livro fosse publicado alguns anos antes, no auge da contenda entre os irmãos, Thomas acreditaria que diversos trechos eram-lhes dirigidos, como por exemplo: “fez um discurso que se revestia do espírito nacional e explicava claramente ao bando apático as vantagens de um regime rigoroso e de um imperador” (MANN, 2014, p. 349). E, mais adiante, a trama de Heinrich, além de citar os aspectos daqueles que exaltavam a guerra, parecia prever características também do nacional-socialismo:

Era possível compreender que ele não queria a paz eterna, pois isso era um sonho, e nem sequer um sonho bonito. Entretanto, queria uma disciplina espartana da raça. Caberia impedir a reprodução de tolos e praticantes de crimes contra a moralidade por meio de intervenção cirúrgica (MANN, 2014, p. 364).

Enquanto sua grande inimiga, a França, celebrava sua revolução de 1789, a Alemanha celebrava sua *unificação*. O movimento de 1848 não logrou êxito. A unificação do país havia sido feita com a elite aristocrática em sua vanguarda, o que, levou as classes alemãs

intermediárias a reproduzirem práticas das camadas superiores. Em *O súdito*, através do velho Bück, Heinrich citou esse episódio:

Meu caro e jovem amigo, o senhor quer dizer: estou entre esses loucos e derrotados. Sim! Nós fomos derrotados, porque fomos loucos o bastante para acreditar nesse povo. Acreditávamos que ele alcançaria por si mesmo tudo o que agora recebe de seus senhores pelo preço da falta de liberdade. Pensávamos um povo poderoso, rico, cheio de discernimento frente aos próprios problemas e dedicado ao futuro. Não percebemos que sem formação política – e disso este povo é o mais carente – ele estaria determinado a render-se aos poderes do passado, assim que esmorecesse o ímpeto inicial. Mesmo em nosso tempo havia muitos que, descuidados do bem maior, perseguiram seus interesses privados e ficavam satisfeitos se, sob a graça do calor do sol, pudessem satisfazer as necessidades torpes de uma vida de prazeres bastante exigente. Desde então, tornaram-se uma legião, pois abandonou-os qualquer preocupação pelo bem-estar público. Os seus senhores já transformaram vocês em grande potência, e ,enquanto vocês ganham dinheiro como podem, e o gastam como querem, eles ainda vão construir para vocês – ou melhor, para si mesmos – a frota que nós, naquele tempo, teríamos construído para nós” (MANN, H., 2014, p. 120).

Segundo Thomas Mann, o literato da civilização esperava que os alemães fossem derrotados para que a Alemanha finalmente passasse por uma revolução burguesa e, em consequência, por uma democratização. Porém, em mais uma provocação a Heinrich, Thomas acrescentou ainda, quanto à unificação alemã, que “não se efetuou em virtude da revolução democrática, mas pelo pior e mais imperdoável que poderia ter produzido: em virtude da humilhação da França” (MANN, 2011, p. 71).

O literato da civilização não seria também um pacifista, pois, não desaprovava a guerra quando era empreendida contra a Alemanha e a serviço da civilização. Ele era, ainda, um grande admirador do aparato bélico dos aliados, ao mesmo tempo em que criticava a produção de armas pelos alemães. Thomas reconheceu que a guerra era uma forma de intervenção contra os alemães, e, concomitantemente, uma rebelião destes contra o espírito ocidental, enquanto ele próprio defendia a Alemanha. Nunca esperou, no entanto, uma vitória fácil e afirmava que nunca teria espaço em um mundo onde os alemães fossem derrotados (MANN, 2011, p. 73–76). Esse tipo de fala no discurso de Mann é o que mudaria diametralmente com o decorrer dos acontecimentos. É provável que haja no Thomas Mann de Weimar e no Thomas Mann de 1933–1945 a permanência de muitas ideias de seu período pré-republicano, quanto à essência do que de fato seria a Alemanha e do que ela representava.

O progresso que chegava à Alemanha poderia ser inevitável, mas como os mandarins citados por Fritz Ringer, Mann se opunha a ele. Não se trata dos avanços tecnológicos apenas, mas sim do progresso da politização. Tais mudanças levariam ao fim da humanização alemã, “se trata, para utilizar a expressão favorita do grito de guerra e de júbilo do literato da civilização,

da democratização da Alemanha, ou, para ‘resumir’ tudo e levá-lo a um denominador comum, se trata de sua desgermanização” (MANN, 2011, p. 77).

Em *Considerações de um apolítico* (1918), Thomas Mann faz também referências à ligação de suas raízes com o Brasil, pois, como demonstrado no primeiro capítulo, sua mãe, Julia da Silva Bruhns, era brasileira, nascida em Paraty, e emigrou para a Alemanha ainda criança. Por essa porção de sangue não alemão, o escritor questiona se teria ele direito a ser patriota na Alemanha (MANN, 2011, p. 80). Obviamente que Mann concorda com tal direito, além do que, demonstra que sua defesa da Alemanha era também uma opção intelectual.

Sou cidadão burguês, filho e bisneto da cultura burguesa alemã. É possível que o exótico sangue materno tenha trabalhado como fermento, alienando e transformando, mas não modificou os fundamentos nem pôs para fora as principais tradições espirituais (MANN, 2011, p. 119).

Para Mann, o alemão era burguês não no sentido de antítese do proletariado, mas sim o de habitante da cidade, ou simplesmente cidadão. Nesse mesmo sentido, a instrução alemã era burguesa, tal qual sua condição humana, que, diferente dos ocidentais, não era política. A condição alemã se tornaria política apenas com sua desumanização (MANN, 2011, p. 112), “Pois o humanismo alemão resiste à politização raiz, e em efeito o conceito alemão de ilustração carece do elemento político” (2011, p. 116).

Por mais de uma vez, Thomas Mann pareceu tentar justificar-se quanto a não ter prestado serviço militar durante a guerra. Mas essa guerra era para ele um conflito entre a cultura e a civilização, Alemanha e Ocidente. Na sua visão, era a cultura alemã o que estava sendo atacado. Por isso, sua trincheira situava-se nesse campo, o campo das concepções de mundo e choque de intelectualidade, que seria mais importante do que qualquer conquista ou perda material. Sua luta não seria por conquistas imperialistas ou pela dominação do comércio, mas sim pela defesa da cultura alemã (MANN, 2011, p. 120).

Para Norbert Elias, a unificação da Alemanha, sempre desejada pelos grupos intermediários da sociedade, foi empreendida por grupos aristocráticos. Assim como aparece no trecho de Heinrich Mann, os grupos medianos da sociedade alemã receberam-na “como um presente, por assim dizer, das mãos de seus adversários sociais” (ELIAS, 1997, p. 92). Thomas Mann, que se afirmava um burguês em sua relação com o conflito, afirmava que era a burguesia a portadora da ideia de unidade, cultura e intelectualidade alemãs (MANN, 2011, p. 120).

Em sua linha apolítica de raciocínio, Thomas Mann evoca outros grandes nomes da cultura alemã: Goethe, Schopenhauer, Nietzsche e Wagner. Esses foram seus grandes inspiradores, e,

sobre o último, o escritor afirmou que raras vezes aquele deve ter influenciado tanto um não-músico e não-dramaturgo como ocorrera com ele próprio (MANN, 2011, p. 88). Mann aponta que Wagner celebrava as conquistas de Bismarck muito além do que o faziam os defensores da guerra de 1914. O compositor teria conjurado para que a Alemanha:

Mandasse ao diabo os “conceitos estrangeiros” não alemães, mais exatamente o democratismo ocidental, restabelecendo a antiga relação germânica primitiva – única relação salvadora – entre o rei absoluto e o povo livre; pois no rei absoluto, o próprio conceito da liberdade se elevaria até uma consciência suprema, cheio de divindade, e o povo só seria livre com o governo de um, e não de muitos. (MANN, 2011, p. 124).

Nessa linha de raciocínio, Wagner tornava-se ainda mais alemão para Mann, pela sua defesa de uma despolitização da Alemanha. Desse modo, as ideias do músico reproduzidas ao longo do texto transformam a obra em considerações de vários apolíticos. Thomas denota que, na fusão entre germanismo e arte, o sonho a ser buscado era o da despolitização, em contraste com Heinrich, retratado mais uma vez como o literato da civilização, para quem a humanização da Alemanha só iria ocorrer com uma politização do país (MANN, 2011, p. 125).

O militarismo alemão foi chamado por Mann, em *Considerações de um apolítico*, de modernidade. Ele considerava que a civilização saía para a guerra contra tal modernidade, cuja existência encontrava-se em perigo, saltando de todas as suas fronteiras. Eram então os acontecimentos como a guerra o que destacava a individualidade e a fisionomia dos diversos povos (MANN, 2011, p. 147 – 150). Nesse caso, a fala de Thomas Mann coincidia com o que já havia dito em *Pensamentos na guerra*, quando afirmou que fora o conflito o que permitiu a toda beleza da Alemanha desabrochar. Esse é um ponto a se destacar nos escritos do Thomas Mann pré-republicano, pois, ao se referir à “fisionomia” e “individualidade” para exaltar a beleza da guerra, ou até mesmo a beleza da Alemanha, a qual atingiria o seu ápice apenas em tempos de guerra, pode parecer que o escritor estivesse pouco preocupado com a situação dos soldados que realmente estavam no *front* perecendo nas trincheiras e com uma “fisionomia” cada vez mais cadavérica.

O tom de toda a obra parece distante do mundo real do conflito, pois trata de conceitos como cultura, civilização, espírito, humanismo, democracia e modernidade, dentre outros. Mann pode inclusive parecer frio ao se calar quanto aos horrores da guerra ou, até mesmo, ao justificar as manobras pouco populares da Alemanha durante o confronto, tais como a execução da enfermeira britânica, a violação da neutralidade da Bélgica ou a guerra

submarina que, em resposta ao bloqueio naval inglês, passou a afundar navios de países neutros que tentavam comercializar com os Aliados durante o conflito. Thomas Mann, entretanto, insere-se na guerra de propaganda, na guerra ideológica, que, ao fim e ao cabo, terminou também vencida pelos aliados antes mesmo de a Primeira Guerra Mundial encerrar-se de fato. Para isso a entrada dos Estados Unidos no conflito também foi um fator determinante.

Mesmo na ofensiva, Thomas Mann tentava passar sempre a impressão de que seus ataques eram antes uma espécie de autodefesa. Tal lógica permeia as duas obras tratadas nesse presente trabalho: a Alemanha defendia-se dos ataques da civilização, defendia-se do ódio por não ser uma democracia, enquanto ele próprio defendia-se de ataques de Romain Rolland e do literato da civilização. No início das *Considerações*, Mann justificou o motivo de não ter combatido na guerra física. Nesse espaço, aproveita também para justificar seus escritos de *Pensamentos na guerra* (1914).

Não, o literato da civilização erra quando disse que eu aspirava a brilhar. Eu queria servir, queria ajudar. Ou melhor, muito longe de acreditar que realmente poderia servir e ajudar, desejava deixar apressadamente claro meu anseio de fazê-lo; e desse modo nasceu essa precoce e rápida improvisação, intitulada *Pensamentos na guerra*, e na qual se antecipavam muitas coisas que posteriormente se disseram melhor, com maior valor e de modo mais duradouro, com incomum presença de espírito (MANN, 2011, p. 160).

É nessa parte do livro onde Mann fala das reações a esse ensaio. Tais reações foram as de Romain Rolland e Heinrich. Um francês e outro que havia se convertido em francês devido à sua intelectualização (MANN, 2011, p. 161). Rolland foi criticado por Thomas Mann, que citou uma contradição do francês quando este afirmava que as catedrais eram os livros da França, pois isso iria contra o seu espírito revolucionário. Mesmo com todas as justificativas para se explicar e atacar seus opositores, Mann afirmou que não se importava com o que diriam de seu ensaio, pois sua intenção elevava-se acima de qualquer opinião, sua vontade era a de defender a Alemanha dos ataques da opinião democrática (2011, p. 162–165).

Essa versão de Mann, de que a Alemanha era atacada por todos os lados, parece convergir com explicações dadas ao final da guerra, segundo as quais a derrota na verdade teria ocorrido devido à traição interna, de judeus e comunistas, que teriam sabotado o exército e o levado a perder a guerra sem nunca ter sido derrotado: a lenda conhecida como punhalada pelas costas. Na prática, Thomas Mann nunca foi um defensor ferrenho dessa visão dos fatos, mas, ainda que, como será discutido adiante, tenha se convertido depois em republicano racional,

enquanto escrevia *Considerações de um apolítico* (1918) sua fé na vitória alemã ainda parecia inabalável.

Além da crença firme no êxito da Alemanha, a defesa empreendida por Thomas Mann derivava de sua convicção de que a vitória dos alemães era o resultado mais justo que a história poderia decretar. Não só a Alemanha era injustiçada, na tentativa da civilização ocidental de lhe impor valores que eram estranhos ao ser alemão, mas também porque a vitória da Alemanha representava também a vitória da cultura. A Alemanha simbolizava, nessa linha de pensamento, o baluarte do conservadorismo, considerado bom por ser apolítico. A Alemanha de 1914 era herdeira de Bismarck e, nesse caso, sua luta era uma:

Intervenção contra a total liberalização, civilização, literaturalização do mundo, essa intervenção por instinto conservador, retardatário, social, por vontade de vinculação, de culto e de cultura, de que essa se prepara junto aos feitos alemães anteriores (MANN, 2011, p. 171).

Os Aliados continuavam a disseminar a ideia de que o conflito era resultado do militarismo alemão e seu anseio expansionista, em direção ao Oeste ou ao Leste. Mann contrapunha os franceses afirmando que a guerra era um senso de obrigação para os soldados alemães, enquanto para os franceses era um meio para conquistas e para sanar sua ambição por glória (MANN, 2011, p. 172). Ainda, respondendo mais uma vez a críticas, Thomas Mann lançou uma resposta mais direta aos franceses. Não eximia os alemães da sua parcela de responsabilidade sobre o conflito, mas criticava a hipocrisia dos franceses em acreditar que suas mãos estavam limpas.

Você pertence à nação mais estimada, mais mimada, mais plausível da terra, e seu suave coração bate vigorosamente na patriótica convicção de que a França luta ‘com as mãos limpas e o coração inocente’, e arrisca sua vida por justiça divina. França! Nenhuma palavra mais. Não é tarefa minha explicar-lhe que as mãos da França não estão limpas, e que ‘inocência’ não significa ausência de culpa. A Alemanha jamais foi o suficientemente inocente como que para acreditar-se livre de culpas (MANN, 2011, p. 173).

Thomas Mann era um crítico do pacifismo, ao que considerava ingenuidade ou uma forma disfarçada de atacar a Alemanha. O próprio Mann considerava-se um indivíduo pacífico, mas não pacifista, e não compactuava com a esperança de que “na paz eterna a querida humanidade haveria de comportar-se fundamentalmente melhor que sob a espada” (MANN, 2011, p. 179). Esse ceticismo diante do pacifismo não era exceção na Alemanha. Para Elias, era fruto da transição da própria nação ao longo do século XIX:

Transição quase imprevisível das profundezas para as alturas, da fraqueza para a força, também levasse a uma glorificação da força e à ideia de que preservar a

consideração pelos outros, o amor e a solicitude em ajudar outros eram mera hipocrisia (ELIAS, 1997, p. 114).

Como tantos outros, Mann entusiasmou-se com o início da guerra, mas não esperava o conflito nem mesmo depois do assassinato de Francisco Ferdinando. É bem provável que isso decorra também da atenção dada ao próprio funeral, questão pouco lembrada atualmente, do herdeiro do trono austro-húngaro em seu país: “Fizeram-se ao príncipe herdeiro exéquias de ‘terceira classe’ e nem em Budapeste, nem na capital se proclamou o luto nacional: Viena continuou Viena e a música não parou de tocar” (FERRO, 1993, p. 64). Mann considerava que a internacionalidade do capitalismo e do socialismo, além da teia mercantil por toda a Europa, tornava um conflito inimaginável. Quando a guerra iniciou-se, “parecia que ao [...] país não teria outro remédio que desaparecer sob o ódio e o desprezo do mundo: isso era estupidez, hipocrisia e loucura” (MANN, 2011, p. 180).

Mesmo não sendo os alemães considerados inocentes pelo escritor, ingleses e franceses não haviam empreendido também esforços para evitar uma guerra (MANN, 2011, p. 181). Nesse ponto, o autor compactua com a tese de que o conflito era desejado pela Inglaterra que se preocupava com a expansão do poderio econômico Alemão.

O que surpreendeu Thomas, mais do que a guerra, foi o posicionamento de seu irmão, Heinrich, que, como já dito, foi chamado ao longo das *Considerações de um apolítico* de literato da civilização. Heinrich surpreendeu Thomas Mann não apenas por seus ataques à Alemanha e defesa da França, mas também pelo que este considerou um ataque pessoal. Após uma longa resposta a Romain Rolland, Thomas se volta para Heinrich, ao afirmar que os piores ataques contra ele, e contra Alemanha, não foram feitos por estrangeiros (MANN, 2011, p. 182). Assim, não buscava fazer uma crítica literária, mas defender-se das acusações que sofreu. Ao descrever o primeiro contato que teve com o ensaio de Heinrich sobre Zola, Thomas denota que, sem citar o nome do irmão, havia uma semelhança de família com o seu próprio ensaio e expõe o ponto que considerou direcionado a si, quando o texto sobre Zola citava “esses profundos charlatães imaginavam possuir conhecimentos, e mais além de todos seus conhecimentos podiam ser os jactanciosos proclamadores da violência desalmada” (MANN, H. apud MANN, 2011, p. 184).

Defender a Alemanha era, para Mann, defender sua formação intelectual, era defender o que o tornou um artista e cunhou obras. Não era questão de pura e simplesmente aderir ou não ao pacifismo. Por não tê-lo feito, Mann afirma que foi acusado de criar um catecismo nacionalista, quando, na verdade, explanava que, apesar de possuírem também o direito de se

tornarem imperialistas ou de comporem o próprio império, os alemães pouco combinavam com essa postura (MANN, 2011, p. 197). Em relação a isso Thomas Mann enganou-se, ao menos na última parte. A guerra causava, obviamente, o desejo anexionista no alto comando alemão e, inclusive, nos últimos anos da guerra, com o bloqueio naval inglês, a Europa Oriental tornou-se um grande atrativo e assim permaneceu. Prova disso foi o que ocorreu décadas mais tarde, após a ascensão dos nazistas, quando o Leste foi o principal alvo da busca pelo Espaço Vital.

Dois anos após o começo da guerra, Thomas Mann passou a criticar o nacionalismo insuficiente do povo alemão, que se encontrava em tom de apatia no país, devido à própria condição do conflito. Soou quase profético quando o autor apontou a necessidade de uma degradação para aflorar a paixão nacional. Mann não esperava que a degradação desceria tão baixo nos anos seguintes, o que de fato exacerbou o nacionalismo, mas não de maneira espiritual e sim fanática.

Pois para se tornar espiritualmente possível na Alemanha a paixão nacional, se requer a degradação mais profunda, a miséria mais extrema, e esta guerra, que é miserável não porque não vai totalmente bem, mas porque não vai de todo mal, essa mediocridade que deixa o país em estado de seguridade, gera a apatia pública e a corrupção individual (MANN, 2011, p. 198).

O problema da Europa não seria, nessa perspectiva, o nacionalismo alemão, mas sim o nacionalismo democrático, defendido, segundo Mann, por países como a França, que o exaltavam como parte de seu caráter nacional, mas, que era, para o escritor alemão, um causador da anarquia entre os povos. A paz europeia só seria duradoura se fosse uma paz alemã, pois o povo mais poderoso deveria ser ele também um amante da paz (MANN, 2011, p. 199). Mais uma vez surge a impressão de que Mann adotava argumentos contraditórios. Porém, é importante lembrar que, em sua linha de raciocínio, os alemães faziam uma guerra apenas defensiva, devido aos ataques anglo-franceses ao seu direito de ser e existir.

Se em *Pensamentos na Guerra* (1914) Thomas Mann falava da quase frustração que ocorreu quando os exércitos alemães, ainda no início da Grande Guerra, chegaram próximos de Paris em pouco tempo de confronto, na medida em que o conflito se arrastava, afirmou que o conflito não seria um mero passeio à capital francesa ou a São Petersburgo. Naquele momento, já não esperava um desfecho rápido, mas previa uma guerra longa como a de 1756 em vez de um confronto como o de 1870. Nesse ponto, Mann faz uma espécie de repreensão aos que deixavam o patriotismo vacilar, visto que o seu próprio patriotismo derivava da concepção trágica alemã (MANN, 2011, p. 205-206).

Tais ideias deveriam preparar os alemães para um conflito mais longo, e Mann os lembrava de que sua luta deveria ser a luta pelos ideais conservadores e contra a democracia, que era o mundo da Entente. Os alemães não lutavam pela guerra de mercado, o seu combate era mais elevado justamente por combaterem contra isso:

Quem nesta guerra se comporta de alguma maneira positiva, por simpatia com esse indivíduo mítico denominado povo alemão e sua luta heroica, haverá de professar decentemente ideias conservadoras, vale dizer nacionais, e de participar na guerra em seu nome. A democracia, que no fundo está totalmente de acordo com a Entente da Civilização e que só ‘quer trabalhar de lojista aonde já existe outro que o faz’ a dizer de George Sand, trava uma guerra de mercado carente de ideias e, portanto, tal como ela mesma o sente, imoral. Nem sequer enquanto democracia é uma ideia, mas mero oportunismo (MANN, 2011, p. 237).

A guerra seguia sua tentativa de democratizar a Alemanha e alguns efeitos já eram sentidos. É por essa razão que, para os conservadores, instaurar o direito ao voto na Prússia levaria os alemães à derrota. De qualquer forma, não era o povo quem governava na democracia, mas sim alguns indivíduos (MANN, 2011, p. 238).

Para Thomas Mann, o indivíduo alemão não cultuava o Estado como um fim realizador de toda a felicidade. Para justificar a existência do Estado, Mann cita Schopenhauer, quando o filósofo apontou que são as leis o que coíbe a violência, a maldade e a crueldade de alguns (MANN, 2011, p. 238). É o Estado o que nivela as lutas sociais, que as leva a uma conciliação, garantindo assim a conjuntura necessária para existência da cultura. O Estado, aliás, é, para Mann, como um guardião da tradição histórica de um povo:

A tradição histórica de um povo, esse tesouro de vivências de épocas pretéritas de sua evolução espiritual, que por si constitui um valor cultural, não pode ser plenamente apreciada e cultivada por nenhum outro povo. O Estado, a comunidade supra-individual, é sem dúvida o guardião deste tesouro (MANN, 2011, p. 239).

Essa afirmação coloca mais uma vez Mann como um herdeiro da tradição de classe média urbana educada. Na percepção de Norbert Elias, os indivíduos pertencentes a essa classe na Alemanha, ao não possuírem uma ascendência que remonte a uma longa tradição familiar, como os grupos aristocráticos, tinham seu orgulho alicerçado nos feitos da nação, o que formou a parte mais importante do que Elias chamava de “nós-imagem” e “nós-ideal”. Desse modo, assim que ocorreu a ascensão dessas classes médias industriais, elas “basearam cada vez mais seu orgulho e suas pretensões a um valor especial ora na ancestralidade de sua nação, ora em realizações, características e valores nacionais aparentemente imutáveis” (ELIAS, 1997, p. 129).

Nos primeiros anos do século XX, a ascensão da Alemanha gerava uma expectativa de que o país se tornaria a próxima potência hegemônica do mundo. Fritz Stern, em *O mundo alemão de Einstein*, cita que, em uma conversa com Raymond Aron, enquanto caminhavam por entre ruínas da Segunda Guerra Mundial, este observou que o século XX poderia “ter sido o século da Alemanha” (STERN, 2004, p. 10). Durante o conflito, porém, a guerra era vista como um estágio para que a Alemanha firmasse seus valores, na ótica de Mann, que se colocava em defesa da monarquia, pois seria somente ela que garantiria a liberdade política, tanto no aspecto espiritual como econômico. Nessa perspectiva, era apenas a independência do governo monárquico que possibilitava o direcionamento da política social. O sistema parlamentar era visto como nocivo, pois contaminaria politicamente toda a vida da nação (MANN, 2011, p. 246). Em seu raciocínio de contraposição aos franceses, Thomas lembrava sempre o caso Dreyfus¹³: “Não quero que se condene nem que se absolva Dreyfus por razões políticas, posto que a absolvição de um inocente por motivos políticos não é menos repugnante que sua condenação” (2011, p. 246).

Ao posicionar-se como conservador, Thomas Mann acreditava posicionar-se como alemão; e afirmar o nacional na Alemanha era o mesmo que negar a democracia. O autor percebia que, após três anos de guerra, o povo começava a dar sinais de exaustão, por isso uma consulta democrática sobre a continuidade ou não do conflito levaria a maioria absoluta a posicionar-se pela paz, que seria ruínosa. Isso resultava, em sua análise, que uma consulta popular não expressava necessariamente a vontade da população. A vontade do povo não deveria ser confundida com democracia na Alemanha. Os alemães não deveriam copiar as instituições estrangeiras, mas sim criar as suas próprias, ao utilizar sua capacidade, seu próprio modelo nacional de liberdade (MANN, 2011, p. 253–260).

Já foi comentado que Thomas Mann esteve dentre os intelectuais alemães que se tornaram republicanos racionais após a Primeira Guerra, mas, em suas *Considerações*, ele ainda alegava que, para a Alemanha, converter-se em república era dissolver-se: “A evolução, o desenvolvimento, o particularismo, a multiplicidade, a riqueza em individualidade foi sempre a lei fundamental da vida alemã” (MANN, 2011, p. 262).

¹³ Alfred Dreyfus, oficial francês de origem judaica condenado a degradação militar, acusado de alta traição. Foram utilizados documentos falsos para comprovar sua culpa e o episódio configurou-se um grande escândalo na França. O escritor Emile Zola, o qual é homenageado por Heinrich Mann em seu ensaio, o mesmo que causou a reação e a polêmica com Thomas, denunciou o caso.

Ao longo das *Considerações*, é possível observar que diversos termos aos quais Mann se referiu de uma forma negativa, ou como algo prejudicial, adquirem uma conotação positiva quando diante do qualificativo “alemão”; por exemplo: “socialismo alemão”, “literatura alemã” e até mesmo “política alemã”. Desse modo, entende-se que esses conceitos eram ruins quando ligados a tentativas dos inimigos da Alemanha de lhe impor algo que atentava contra sua própria essência. É em comparação com essa política “estrangeira” que Thomas considerava-se apolítico. Sem observar esse ponto, parecem incompreensíveis suas palavras de concordância com o *Reich*, que foi, a seu ver, uma realização alemã.

A criação do *Reich* foi uma criação ‘política’ em um sentido extremamente alemão, é dizer anti-radical, uma obra da razão prática, uma concessão do pensamento à matéria para que fosse a realidade, a ‘vida’, e a vida não é, obviamente, literatura. O *Reich* é uma concretização alemã não menos do que a França atual, por exemplo, é a concretização da filosofia francesa do século XVIII, uma coisa viva, com todas as escórias, erros ou misérias do vivo, sim senhor. (MANN, 2011, p.169 – 270).

Sem querer antecipar discussões que serão feitas mais adiante neste trabalho, destaca-se que algumas conclusões de Thomas Mann parecem proféticas, mesmo que seu posicionamento no período em que se realizaram suas previsões indicasse uma mudança de perspectiva, tais como quando afirmou que na Alemanha algo imposto, tal como uma democratização, não vingaria, além de ser necessário respeitar as etapas históricas. Nesse caso é impossível não se pensar no advento da República de Weimar, da qual Heinrich Mann seria um dos entusiastas, tendo sugerido a criação de uma espécie de cartilha republicana, que deveria ser incorporada ao sistema educacional naquele momento.

Retornando às *Considerações*, os ataques de Thomas Mann voltavam-se novamente contra seu irmão, que em comparação a ele próprio fora um republicano precoce. Referindo-se a Heinrich sempre como o literato da civilização, Thomas afirma que, para este, a literatura e a política estavam sempre juntas, não sendo possível fazer uma dissociada da outra. Para Heinrich, era necessária uma “solidariedade de todos os intelectuais, ‘conquistar o poder, difundir a verdade, a justiça, a liberdade, a felicidade, em uma palavra, a república democrática’” (MANN, H. apud MANN, 2011, p. 289). Enquanto Thomas Mann considerava tais acontecimentos um prelúdio de declínio para a Alemanha, Heinrich Mann enxergava nesse processo a inserção da Alemanha em um novo patamar, purificada de seu militarismo aristocrático.

Ao longo das *Considerações*, por diversas vezes Mann parece justificar sua inserção nos assuntos sobre os quais discorre. Afirmou, por exemplo, que a guerra politizava e citou o caso

do músico que homenageou um oficial do exército: “A guerra obrigou ao sentimento nacional do artista a politizar-se, por mais longe que tenham estado antes dele o político e o patriótico” (2011, p. 295). O avanço da obra acompanha o avanço da guerra. Se a guerra levava a uma politização do sentimento nacional, era preciso, na visão de Thomas Mann, que a democracia que se aproximava dos alemães fosse “germanizada”. Diante dessa possibilidade, um possível futuro Estado popular alemão não deveria ser necessariamente plebeu ou um Estado de literatos, até porque o literato da civilização disparava ainda algo mais absurdo para Thomas Mann: culpava a Alemanha pelo conflito por não ser democrática (MANN, 2011, p. 305-306).

O mesmo Thomas Mann que combateu Hitler durante a Segunda Guerra afirmou, em tempos de Primeira Guerra Mundial, que todo povo possui os dirigentes que merece e que, ofendendo aos dirigentes, ofende-se a si mesmo (MANN, 2011, p. 310-311). Vemos que o argumento permaneceu, durante a Segunda Guerra, idêntico, apesar de aparentar uma clara disparidade. É nesse sentido que se pode entender a decepção de Thomas quanto à atitude dos alemães em relação ao nazismo. Essa era a carga de culpa do povo alemão, já que, em sua concepção, mais uma vez era de responsabilidade do povo os dirigentes que possuíam.

Quando a população da Alemanha começava a fraquejar com os sacrifícios que lhes eram impostos pelos anos de guerra e, principalmente, com a falta de suprimentos com o bloqueio ao país, Mann lembra a aprovação da ampla maioria no início da guerra. Enquanto para o literato da civilização a Alemanha era um regime de senhores, Thomas afirmou que em seus 40 anos ainda não havia percebido tal sistema (MANN, 2011, p. 318). Mas o povo, que saudou a guerra em seu início, quando lhe era exigido um sacrifício maior, desejava a paz.

É o povo que canta e grita nas praças quando tem guerra, mas começa a grunhir e berrar, declarando que a guerra é uma fraude, quando a mesma dura demais e impõe privações. (...) Não tem outra coisa além da força, ligada à ignorância, à estupidez e à injustiça. Pode fazer uma revolta; mas jamais produzirá uma revolução por seus próprios meios, senão acode em seu socorro o intelecto desde cima, como em 1789, quando um espírito que não era seu atentou a tudo, e graças a esse espírito, que infiltrou as classes superiores, não encontrou resistência alguma (MANN, 2011, p. 339).

Seguidamente em seu discurso, Thomas Mann não eximiu totalmente a Alemanha de sua culpa, não negou por inteiro as acusações, mas demonstrou que seu país era menos hipócrita, ou possuía as melhores justificativas para suas atitudes, que levavam ao tipo de que os alemães buscavam. Além disso, não teria a França conquistado seu patamar de terra da liberdade após a Bastilha e os banhos de sangue? Para Mann, mais uma vez os ocidentais

equivocavam-se ao considerar a Alemanha um “regime de sabres, de escravidão alemã, e de uma mísera condição de súditos” (2011, p. 322).

Se o mundo ocidental representava o liberalismo, a forma de se opor a este era o conservadorismo, por isso as críticas do literato da civilização continuariam a soar vazias, pois eram direcionadas apenas à Alemanha. Para Thomas, Heinrich esquecia-se do imperialismo da Itália na Líbia e da França no Marrocos, do aumento da mortalidade na Índia submetida aos ingleses, além do domínio destes sobre a Irlanda (MANN, 2011, p. 326–329). Era então necessário aos alemães o conservadorismo, ao passo que “o tremendo e rígido erro do literato da civilização consiste em acreditar que o conservadorismo e o talento se excluem mutuamente” (2011, p. 333). Essa fala converge com ideias que antecediam até mesmo o início do conflito com Heinrich, quando escrevia a este que muito sangue foi derramado em nome da liberdade e que as grandes obras da literatura russa haviam sido escritas sob a opressão do regime czarista (MANN apud HAMILTON, 1985, p. 133).

Décadas mais tarde, quando um regime muito mais opressor se abateu sobre a Alemanha, a produção literária de Thomas Mann não deixou de fluir, mesmo no período de exílio, mas certamente já não havia, em sua concepção, nada que concordasse que o nazismo causava “bons efeitos colaterais” em suas obras. Algumas de suas explanações, como a que afirmava que se Hindenburg fosse nomeado chanceler, ele não era ninguém para poder se opor (MANN, 2011, p. 336), em nada se parecem com seus *Discursos contra Hitler*, não necessariamente pelo marechal, mas sim pelo tom de subserviência, em que “somente sob um condutor que possua características do Grande Homem de cunho alemão poderá oferecer ao ‘estado do povo’ um aspecto tolerável, e ser outra coisa que a democracia enganosa da qual nos referimos” (2011, p. 336).

A literatura e a instrução burguesa haviam preparado o terreno para a unificação alemã. Na visão de Mann, figurava-se como absurda a literatura russa ser utilizada como justificativa para a aliança entre russos e franceses, enquanto a Entente apontava como causa da guerra a negativa da Alemanha em se tornar democrática. A França aparece como principal inimiga a ser combatida nas *Considerações*. Mann cita Hegel e Carlyle para apontar que a revolução foi um castigo para a França por não ter passado pela reforma (MANN, 2011, p. 463). Os argumentos de Thomas Mann muitas vezes o levam a entrar em contradição, mas também explicam indiretamente tais contradições, como quando afirmou que os defensores da democracia pacifista e de uma paz sem anexações perdiam adeptos quando alguma ofensiva

vitoriosa afigurava-se no horizonte. Os argumentos do autor também pareciam mudar ao sabor dos acontecimentos, já que sua obra era escrita concomitantemente com a guerra, como, por exemplo, quando afirmou que a inimizade entre os povos da Europa era apenas uma ilusão (MANN, 2011, p. 442) e, após tantas críticas aos franceses, apontava para uma harmonia entre os povos, ao fim e ao cabo:

Não era eu o suficientemente forte ou presunçoso como para que a guerra ‘não me incumbisse’; comovido, revoltado, estridentemente desafiado, me lancei ao tumulto e defendi disputando, o meu. Mas Deus sabe que me sentirei melhor quando minha alma, uma vez purificada da política, possa contemplar novamente a vida e a humanidade; meu ser poderá afirmar-se melhor do que através deste livro quando os povos coexistam em dignidade e honra depois das fronteiras pacificadas, trocando seus bens mais queridos: o inglês belo, o francês polido, o russo humanitário e o alemão sapiente (MANN, 2011, p. 443).

Mas algo que permaneceu estável durante todas as *Considerações de um apolítico* (1918) foi o rancor e a hostilidade para com Heinrich Mann, o literato da civilização. Quando seu irmão personificava para ele a política, a democracia ou a própria França, o tom conflituoso e combativo retornava para seus escritos. Pelo menos por aquele período, Thomas em certos momentos de sua obra dava a entender que desejava no futuro um entendimento entre os povos da Europa, enquanto não deixava nenhum sinal de uma possível reaproximação com Heinrich.

Devo confessá-lo: sou alguém assim. Pois odeio a política e a crença na política porque torna presunçoso, doutrinário, obcecado e inumano. Não acredito na fórmula do formigueiro humano, na colmeia humana, não creio na *république démocratique, sociale et universale*, não acredito que a humanidade esteja destinada a felicidade, nem sequer a essa felicidade, não creio na ‘crença’; mas antes bem no desespero, porque é ele o que limpa o caminho até a redenção, creio na humildade e no trabalho, no trabalho de um mesmo, como cuja forma mais elevada, moral, severa e alegre se me parece a arte. E também creio que um amante politicamente decidido do gênero humano, que pretende que a arte seja política e que, enquanto homem da hora, me qualifica de infame e parasita porque eu não quero tal coisa, também acredito que alguém semelhante comete um crime contra uma alma humana que enerva todo seu balbuciar amoroso, o desmente e o aniquila para todo o sempre (MANN, 2011, p. 480).

As *Considerações de um apolítico* foram finalizadas enquanto a Alemanha e a Rússia assinavam o armistício. Esse fato certamente reacendeu a convicção que Thomas Mann possuía na vitória final de seu país, que, a partir daquele momento, concentraria suas atenções nas trincheiras ocidentais. Mas, diferentemente da vitória rápida, que chegou até mesmo a ser temida no início da guerra, um fim próximo já não figurava em suas esperanças. Mann previu mais uma vez um final distante para o conflito, a guerra deveria se arrastar ainda por longos anos, “pois isto não é uma guerra, isto é um período histórico, que pode prolongar-se como entre 1789-1815, ou também como entre 1618-1648” (MANN, 2011, p. 528). Com previsões

tão apuradas quanto a questões políticas, mesmo afirmando-se como apolítico, a trajetória de Thomas Mann, findada a guerra, estava prestes de seguir por caminhos bastante diferentes. A “conversão” à causa republicana aproximava-se.

CAPÍTULO 3

UM EX-APOLÍTICO E INIMIGO DO NAZISMO

3.1 A República de Weimar e a “conversão” de Thomas Mann

Foi durante os anos da República de Weimar (1919 -1933) que a abordagem de Thomas Mann sobre os rumos que tomavam a Europa e sobretudo a Alemanha adotou um novo tom. Após uma defesa apaixonada da causa alemã nas *Considerações de um apolítico*, obra analisada no segundo capítulo, em que Mann na verdade abordou várias questões políticas colocando-se pura e simplesmente como um artista e defensor da *Kultur*, o autor fez coro com diversos outros intelectuais que resolveram adotar a causa da república, os republicanos racionais.

Torna-se ainda mais interessante esse posicionamento de Mann, visto que o início da história republicana alemã foi envolto em pessimismo. O antigo apolítico girava na direção oposta a essa nova onda de aversão à política, no momento em que a república, fundada na cidade de Goethe, encarnava o derrotismo e a humilhação que os alemães sofreram com a o fim da Primeira Guerra, que, para o senso comum, não aconteceu no campo de batalha, mas sim devido a uma “punhalada pelas costas”. Sobre as raízes da resistência dos alemães à política, Peter Gay observou que, mesmo com toda a inclinação para o surgimento de clubes, debates, jornais e discussões que eram certamente políticas, predominava uma oposição não a um partido ou a outro, mas à política em si, visto que “a busca da política é um hábito, e como todo hábito, é reforçado pela prática e atrofiado pela falta de uso” (GAY, 1978, p. 86).

Havia então uma enorme dificuldade da República de Weimar não de penetrar no imaginário dos alemães, mas de fazê-lo de uma forma positiva. O sistema era visto pela maioria dos alemães como algo avesso ao sentimento alemão e que, certamente, os lembrava de sua grande rival, que era justamente uma república: a França. Citando novamente Peter Gay,

Por sua própria existência, a República de Weimar era uma afronta deliberada aos heróis e clichês que toda a criança alemã conhecia, inúmeros políticos alemães invocavam e, viu-se depois, muitos alemães apreciavam. Na batalha dos símbolos históricos, os republicanos desde o início levaram desvantagem: comparados com Bismarck e outros líderes carismáticos, ao mesmo tempo sobre-humanos e pitorescos, os modelos disponíveis a Weimar eram pálidos e sem inspiração: o Goethe da moderna Weimar era um cosmopolita benigno e ineficaz, repleto de observações memoráveis sobre *Humanität* que todos citavam e ninguém seguia (GAY, 1978, p. 105).

Thomas Mann não se encaixava nesse quadro. Goethe sempre foi claramente uma de suas maiores influências e, por isso, tornou-se mais importante do que nunca para um Mann que via a política como parte imprescindível do humano e do social. Certamente influenciou a conversão de Mann à causa republicana o fato da República de Weimar reivindicar o poeta como um de seus símbolos.

A primeira incursão de Mann a demonstrar que o autor considerava o novo sistema alemão digno de defesa foi *A república alemã* (1923), redigida em homenagem ao aniversário de Gerhart Hauptmann, quando aproveitou também para tratar com a juventude sobre o tema republicano. Esse primeiro discurso já deixava claro quanto o posicionamento do escritor havia se transformado, pois Mann, que outrora celebrava a guerra como redenção, purificação e motivo de esperança, a via a partir de então como uma mentira totalmente vazia de honra. O estilo com o qual havia redigido *Considerações de um apolítico* permanecia, porém em outra frente de combate. Anteriormente, o autor viu na Grande Guerra uma luta da Alemanha, pelo seu direito de ser e existir, uma luta da cultura contra a civilização. O Mann republicano não considerava mais a guerra um meio para defender a cultura, mas sim “o triunfo de tudo o que é brutal e vulgar na alma da raça, como o arqui-inimigo da cultura e do pensamento como a orgia de sangue do egoísmo, a corrupção e a vilania” (MANN, 1945, p. 30). Ironicamente, tempos depois um dos líderes do partido nacional-socialista mais repudiado por Thomas Mann também discorreu sobre a tomada de consciência e o despertar dos artistas que antes se encontravam no campo apolítico:

O artista tem sem dúvida o direito de se dizer apolítico, numa época onde a política não representa senão ruidosas polêmicas de diádocos entre os grupos do parlamento. Mas no momento em que a política é a história vivida do drama de um povo, no momento em que um mundo desaba, em que os antigos valores sucumbem e outros novos surgem, o artista não pode mais dizer: isso não me diz respeito, porque na verdade lhe interessa de fato (GOEBBELS apud FEST, 1981, p. 500).

Thomas Mann, mesmo tendo redigido ensaios como *Pensamentos na Guerra*, coloca a palavra “república” como algo que lhe era familiar desde sua juventude. Certamente Mann já havia tido contato com ideias republicanas, mas a leitura de seus ensaios contemporâneos à Primeira Guerra não deixa dúvidas quanto à sua aversão ao tema, algo que não era uma exclusividade sua, mas sim um sentimento que naquele momento tomava conta de vários outros intelectuais. Entretanto, a partir da República de Weimar, era necessário fazer com que aqueles alemães aceitassem a república, abraçassem-na como seu destino, e acordassem que ela não poderia se tornar um sinônimo do que haviam sofrido em Versalhes. Como destaca o autor, “não é verdade, e deliberadamente repito que é completa e inteiramente mentira que a república, como feito interior (não me refiro à lei pública estabelecida) seja a criação da derrota e a humilhação. É a consequência da honra e exaltação” (MANN, 1945, p. 38-39).

Em seus tempos pré-republicanos (ou até mesmo antirrepublicanos), ao escrever uma carta para Heinrich Mann, Thomas afirmou que um regime sem muita liberdade era salutar e citou o exemplo da Rússia, onde, sob o czarismo, surgiram nomes como os de Tolstói e

Dostoiévski. Em *A república alemã*, no entanto, concluiu que um solo republicano teria sido mais fértil para a evolução das ideias de Goethe, Nietzsche e Hölderlin (MANN, 1945, p. 44-45). Thomas Mann sabia da possibilidade de ser considerado um desertor, por sua suposta mudança de opinião, mas ainda se colocava como um conservador e afirmou que suas ideias não poderiam se petrificar. De qualquer forma, sempre considerou suas ideias como partidárias do humanismo e da humanidade (1945, p. 46 – 48). Esse último apontamento torna-se ainda mais crucial se lembrarmos que a democracia vai surgindo cada vez mais como sinônimo de humanidade em seus discursos e na obra política de Thomas Mann. Além disso, ao longo de sua mudança de perspectivas quanto a tais temas, o que teria sido impossível em 1914 aconteceu em 1923, quando a causa republicana ganhava para si o autor de *Os Buddenbrook*:

Estamos honrando a sua forma categórica e legal, cujos propósitos e desígnios são para nós a unificação da nossa vida política e nacional, quando acostumaremos a nossas rígidas e pouco exercitadas línguas a emitir o grito: Viva a República! (1945, p. 73).

Mesmo conquistando homens de letras, a república continuava sendo para a grande maioria um efeito colateral da “punhalada pelas costas”. Nas ruas de Weimar, *Freikorps*, a Frente Vermelha, as S.A., milícias comunistas, grupos extremistas de esquerda e direita ganhavam cada vez mais adeptos. O convite à moderação parecia não surtir efeito. Em meio a toda turbulência que castigava os alemães, dava seus primeiros passos, ou melhor, realizava o seu primeiro *Putsch* o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.¹⁴

A sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia gerou apatia, e até mesmo hostilidade, em relação à vida pública, não apenas entre as camadas sociais exploradas e excluídas da participação ativa no governo do país, mas acima de tudo entre a sua própria classe (ARENDDT, 2012, p. 441).

Iniciada em uma cervejaria, a tentativa de golpe não passou nem perto de obter sucesso, mesmo com a participação de figuras como Ludendorff. Adolf Hitler terminou preso, recebeu

¹⁴ O Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães não foi fundado por Adolf Hitler, este havia se inserido em seus quadros quando ainda era comandado por um operário, Anton Drexler. Naquele período o grupo era conhecido como Partido dos Trabalhadores Alemães. Hitler teve seu primeiro contato com o partido como espião, quando o grupo parecia mais uma espécie de seita, com poucos adeptos que se reuniam para destilar seu rancor contra a República de Weimar e o Tratado de Versalhes. “A grande realização de Hitler ao organizar o movimento nazista – que ele gradualmente construiu a partir de um pequeno partido tipicamente nacionalista formado por gente obscura e meio louca – é que ele liberou o movimento do antigo programa do partido” (ARENDDT, 2012, p. 454). Ao perceber que vários pontos de vista coincidiam com os seus, abandonou seu trabalho de espião e tornou-se membro do partido que em breve moldaria. E ainda sobre o nome do partido, Joachim Fest observou que “é bastante revelador o fato de que, precisamente nessa época, a palavra *Nazi* se tenha tornado de uso corrente. Realmente, não era mais do que a abreviação de Nacional-Socialista, mas possuía um som familiar aos ouvidos bávaros, porque era habitualmente empregada como um diminutivo carinhoso do prenome Inácio” (FEST, 1981, p. 176).

uma pena, no mínimo branda, e aproveitou o tempo no cárcere para redigir seu *Mein Kampf* (1925). Isso ilustra como, certamente, um dos piores erros da República de Weimar foi manter o aparato estatal da antiga ordem, como observou Peter Gay. Além disso, o peso das mãos dos juízes em Weimar estava muito distante de ser o mesmo ao julgar membros de grupos de esquerda e direita. De acordo com Peter Gay,

Após o *Putsch* de Hitler-Ludendorff em novembro de 1933 ter falhado, o julgamento dos golpistas foi degradado a uma farsa política; a corte permitiu que os acusados e seus advogados insultassem o governo na linguagem a mais ofensiva possível e inflamada e finalmente condenou Hitler a cinco anos de *Estungshaft*, uma maneira mais cômoda de detenção, da qual, de qualquer modo, ele só cumpriu menos de um ano (GAY, 1978, p. 35).

Um Apelo à Razão, redigido por Thomas Mann em 1930, foi direcionado também a tais grupos. Naquele ano, os nazistas já haviam ampliado seus feitos e o período de calmaria para a República de Weimar, ocorrido na segunda metade da década de 1920, foi destruído pela crise de 1929, o que também alimentou o partido de Hitler. Mann que, em suas primeiras referências ao nazismo, viu-o como um movimento sectário e não lhe deu muito crédito, a partir de então percebeu a seriedade dos fatos. A previsão de um futuro sombrio foi reforçada pelo risco que correu ao ter que deixar, às pressas, o local onde fazia seu discurso, por conta da baderna promovida pelos partidários de Hitler, quando por pouco Thomas Mann não sofreu agressões. Em novembro de 1941, já durante a Segunda Guerra Mundial, nos seus discursos transmitidos pela BBC para a Alemanha, Mann recordou o episódio:

Eu também os conhecia, meus bons alemães, e o quanto eram falíveis para compreender qual seria a verdadeira dignidade de vocês; e que, em outubro de 1930, contra a minha natureza, eu tenha subido na arena política e, na Sala Beethoven, em Berlim, sob as interrupções dos gritos nazistas, tenha feito um discurso de que, talvez, um ou outro de vocês ainda lembre, que chamei de “Apelo à razão”, embora na verdade fosse um apelo a uma Alemanha melhor – isso serve hoje, mesmo que tenha sido inútil, para acalmar minha consciência muito mais do que tudo que alcancei e realizei como artista (MANN, 2009, p. 61).

Enquanto apelava à razão, Mann não passou indiferente à influência que a crise de 1929 exercia sobre o crescimento do Partido Nacional-Socialista. Não considerava necessário ser um adepto do materialismo para compreender que os sentimentos e a forma de pensar das massas estão interligados à sua condição econômica (MANN, 1945, p. 76). Nesse discurso, o Tratado de Versalhes também era criticado e a razão certamente deveria estar presente para corrigir os exageros de suas cláusulas. Podemos perceber que a estratégia de Thomas Mann nessa fase voltava-se para a esperança de que os países vitoriosos percebessem que as sementes do extremismo alemão eram adubadas com suas posturas intransigentes contra a

Alemanha, e de que vislumbrassem na República de Weimar uma aliada, pois estava nela a chance de a Europa escapar de um novo conflito em curto prazo.

Se, durante a Segunda Guerra Mundial, em seus discursos transmitidos para a Alemanha, o escritor sempre conclamava seu povo para que se libertasse do nacional-socialismo por conta própria, para que não houvesse questionamentos de que o movimento não representava a totalidade do que era a Alemanha, em 1930 Thomas Mann não possuía qualquer dúvida quanto a essa diferenciação. Desse modo, considerou o resultado das eleições de 14 de setembro de 1930,¹⁵ muito mais como um voto de protesto. Peter Gay afirmou que a própria escolha de Weimar teria sido um reconhecimento da existência de duas Alemanhas: uma militarista e outra da poesia e da filosofia (GAY, 1978, p. 15). Para Thomas Mann o nazismo misturava-se então com a onda de barbarismo fora do comum, vivendo de turbulências que excitavam e intoxicavam aqueles a quem tocava (MANN, 1945, p. 85). Mais importante ainda é perceber que, em sua fala, o mesmo Mann que, em *Considerações de um apolítico*, fizera uma cruzada da cultura contra a civilização, em 1930 afirmou que

O fantástico desenvolvimento, os triunfos e catástrofes do nosso progresso técnico, nossos sensacionais recordes esportivos, os enormes soldos das “estrelas” e a adoração que a elas se rende, os pugilatos nos quais se recolhem milhões de marcos e as hordas de espectadores, todas estas coisas formam o quadro da época, junto com a decadência e a desaparecimento dos austeros conceitos característicos da civilização, tais como a cultura, o espírito, a arte e as ideias. (MANN, 1945, p. 85).

Diversos estudos já foram feitos acerca da gênese do nacional-socialismo e não é a intenção deste trabalho adentrar diretamente nessa área. Porém, destacamos a obra *O Modernismo Reacionário*, de Jeffrey Herf, que faz apontamentos interessantes para uma análise daquele contexto, ao observar como o conservadorismo, por vezes bucólico, dos alemães foi mesclado pelos nazistas com o que de mais moderno e avançado fosse possível desenvolver nas áreas das ciências e no avanço da engenharia, das quais as futuras *Autobahnen* foram uma grande expressão. Goebbels falava em romantismo de aço e “Hitler foi o primeiro líder político do século XX a usar amplamente o avião. O rádio espalhava sua voz e carros velozes aceleravam com ele sobre as *Autobahnen*” (HERF, 1993, p. 217). O nazismo conquistou com essa postura uma grande parcela daqueles que Jeffrey Herf chamou “revolucionários conservadores”. Além disso, “a base social da revolução conservadora era a classe média” (HERF, 1993, p. 35).

¹⁵ Essas eleições foram marcadas por uma votação expressiva no Partido Nacional-Socialista, o que levou a um aumento considerável do número de parlamentares nazistas.

No sentido de percepção da essência do modernismo reacionário, Herf citou em sua obra a seguinte passagem de Thomas Mann, ilustrando a explicação do que seria tal movimento:

O aspecto verdadeiramente característico e perigoso do nacional-socialismo era a mescla que fazia de robusta modernidade com uma postura positiva rumo ao progresso, associadas a sonhos do passado: um romantismo altamente tecnológico (MANN apud HERF, 1993, p.14).

Herf argumentou também que os engenheiros não compactuavam com a República de Weimar, pois, ao respeitar o Tratado de Versalhes e conseqüentemente sem o rearmamento da Alemanha, um grande papel no reestabelecimento da honra lhes era negado. Já as promessas nazistas de rasgar o Tratado de Versalhes provavelmente suscitavam esperança nesses meios, e podem demonstrar como mais uma vez o nacional-socialismo antecipou-se a seus adversários ao fundir características vistas como antagônicas. Nesse caso, avanço tecnológico e conservadorismo atraíam aqueles, que em muitos aspectos, desejavam até mesmo uma vida mais distante dos meios urbanos e de todo modernismo. Para Herf “Ao fundir nacionalismo e socialismo, os nazistas reivindicavam metas compatíveis com as que os engenheiros vinham defendendo por meio século” (1993, p. 207). Essa observação se encaixa com o que Thomas Mann apontava em um de seus discursos transmitido à Alemanha em 1941:

Admito que isso que se chama de nacional-socialismo tem raízes profundas na vida alemã. É a forma virulenta de degeneração de ideias que sempre trouxeram em si o germe da corrupção assassina, ideias de modo algum alheias à boa e velha Alemanha da cultura e da formação. Aí elas viviam nobremente, chamavam-se “romantismo” e deixaram o mundo fascinado. Pode-se muito bem dizer que elas decaíram, que estavam destinadas a decair, visto que foram desembocar num Hitler. Somadas à incrível adaptação da Alemanha à idade da técnica, elas formam hoje uma mistura explosiva que ameaça toda a civilização. (MANN, 2009, p. 48-49).

Diante de tais fatos, Thomas Mann sempre se esforçou por diferenciar o verdadeiro espírito alemão do nazismo. Ele se considerava, em seu tempo de exílio, um guardião desse espírito, por isso passou a ver no movimento de Adolf Hitler uma corrupção do ser alemão, pois, para Mann, tudo o que o nazismo toca “ele deforma e confere um cheiro repugnante de inferno” (MANN, 2009, p. 100). Jeffrey Herf, ainda em sua análise dos efeitos causados pelo nazismo no espírito alemão, ao refletir se não foram justamente alguns aspectos de tal espírito o que tornou possível o nacional-socialismo, buscou mais uma vez em citações de Mann a explicação.

Para entender por que o nazismo aconteceu na Alemanha, é necessário ver o modo como alguns dos elementos mais criativos da cultura alemã tornaram isso possível – o modo como, nas palavras de Mann, a astúcia do diabo pôde transformar o que havia de melhor na cultura alemã no que nela havia de pior (HERF, 1993, p. 207).

Desse modo, não restam dúvidas de que a conversão de Thomas Mann ocorreu durante a República de Weimar, ou mesmo antes, no fim da Primeira Guerra, quando percebeu o que a derrota alemã causaria, levando a uma subversão dos ideais que ele próprio havia defendido de forma tão veemente. Herf ressalta que não foram todos os revolucionários conservadores que se converteram ao nacional-socialismo, porém Thomas Mann não figurou nem mesmo dentre esses, visto que deve ser enquadrado na lista dos republicanos racionais, mesmo com a similaridade entre o que defendeu durante a Primeira Guerra e algumas das ideias nazistas, como a clássica oposição entre cultura e civilização. Enquanto Thomas Mann já enxergava a república e a democracia como parte e expressão do humanismo, os revolucionários conservadores permaneciam nesse embate.

A oposição essencial que o nacionalismo dos revolucionários conservadores fazia era aquela entre *Kultur* e *Zivilization*. De um lado se situava o *Volk* como comunidade de sangue, raça e tradição cultural. Do outro estava a ameaça do *Amerikanismus*, do liberalismo, do comércio, do materialismo, do parlamento e dos partidos políticos, e da República de Weimar. O nacionalismo servia como uma religião secular que prometia uma alternativa a um mundo que sofria de excesso de racionalização capitalista e comunista. Os nacionalistas alemães elevavam a situação geográfica da Alemanha entre Leste e Oeste a uma identidade cultural-política também. A *Kulturnation* iria escapar aos dilemas de uma modernidade cada vez mais sem alma (HERF, 1993, p. 49).

A Alemanha que buscava sua redenção, sua honra perdida com a derrota na guerra e esmagada pela crise de 1929, responsável por enfileirar milhões de alemães sem emprego a espera de um prato de sopa, era composta por um povo ainda orgulhoso de seus feitos culturais e que se achava traído e injustiçado. Enquanto os homens de Weimar tentavam recolocar o país em condições de negociação com seus vizinhos, em busca de uma nova política externa, que os obrigava a seguir imposições do “Ditado de Versalhes”, como era chamado na Alemanha, o caminho oferecido pelo nacional-socialismo para tal redenção passava justamente pela guerra. Tudo isso, aliado ao sentimento de solidariedade que havia entre aqueles que passaram pela *Kriegserlebnis*¹⁶ e “alguns líderes da juventude direitista [que] eram verdadeiros revolucionários, ou jovens companheiros intoxicados com a morte” (GAY, 1978, p. 157), deixa evidente hoje qual alternativa foi escolhida.

Mesmo sem ter sido eleito diretamente para o cargo de chanceler, Hitler teve uma votação expressiva. Desde seu *Putsch* fracassado em 1923, ele “não voltou atrás em nenhuma de suas palavras, nem minorou qualquer de seus desafios ou substituiu algum de seus intentos de dominar o mundo” (FEST, 1981, p. 2). O nazismo foi um movimento de massas, isso é

¹⁶ Vivência de guerra.

inegável. Após a conquista da massa, após conquistar o controle da Alemanha, era esperado uma moderação em seu discurso, mas o que se viu foi Hitler repetir a dissimulação utilizada para chegar ao poder e ser aplicada na política externa.

O século XX testemunhou um número desanimador de ocasiões em que os líderes políticos fizeram precisamente o que diziam que iriam fazer, ainda que tais atos contrariassem o senso comum (HERF, 1993, p. 260).

Em 1933 morreu a República de Weimar. Mesmo assim sua cultura continuou a se propagar. Como Peter Gay demonstrou, a cultura de Weimar extrapolou o período de 1919 a 1933 (GAY, 1978, p. 11), pois do exílio continuava a fazer um contraponto ao nacional-socialismo. Foi também a partir de 1933 que se iniciou o exílio de Thomas Mann. Seu apelo à razão seria voltado para as potências democráticas, quando Mann já procurava alertá-las para que não se repetisse o que já havia ocorrido na Alemanha. Foi distante de sua terra natal que compôs não apenas mais uma obra prima da literatura, *Doutor Fausto*, mas também foi quando tornou-se um dos maiores baluartes nos meios artísticos e intelectuais contra o nazismo. Peter Gay afirmou, ao demonstrar a importância que a distância da pátria teve na vida de grandes pensadores, que:

O exilado ocupa um lugar de honra na história da civilização Ocidental. Dante, Grotius, Bayle, Rousseau, Heine e Marx, realizaram suas maiores obras quando em residência forçada em solo estrangeiro, olhando com ódio e saudade para o seu próprio país, que ficara para trás e que os havia rejeitado (GAY, 1978, p. 11).

3.2 Thomas Mann como arauto da tragédia e o início do III Reich

Thomas Mann pode até ter subestimado o movimento de Adolf Hitler nos tempos em que a República de Weimar era atacada por diversos golpes, durante seus primeiros anos, confundindo-o com mais um dos diversos aventureiros da extrema direita. Porém, ao despertar para os riscos que se aproximavam de seu país, conclamou a Alemanha a renegar tais ideias. Consequentemente, com a chegada do nazismo ao poder em 1933, começa uma nova fase na saga do antigo apolítico, que agora já possuía um posicionamento bastante distinto daqueles de outra época, em que a guerra foi celebrada pelos alemães, inclusive por ele próprio. Diante disso, a questão central deste trabalho é evidenciar que não houve uma convergência entre os discursos de Mann e os ideais do nazismo. Ao buscarmos diferenças entre o tipo de discurso nacionalista de Thomas Mann durante a Grande Guerra e o discurso que Hitler apregoava, é impossível deixar de notar, por exemplo, a ideia que o líder do nacional-socialismo tinha de cultura e civilização. Como afirmou, “quando um burguês se

perde em seus sonhos e só fala de cultura, civilização e pacificação mundial estética, então lhe digo: você está perdido para a nação alemã! Seu lugar é nos bairros a oeste de Berlim! Vá dançar suas danças negras e morrer!” (HITLER apud FEST, 1981, p. 366).

Hitler repetia sua trajetória em âmbito internacional, lançando mão de promessas falsas, mentindo sempre que possível, justificando as próprias injustiças valendo-se do sentimento de perseguição e humilhação dos alemães, como se, cada vez em que os nazistas pisoteavam os direitos de qualquer um que se colocasse no caminho do projeto megalomaniaco de domínio total, estivessem na verdade devolvendo aos alemães o que lhes foi retirado pela covardia de traidores. Com a convicção de quem fazia história, ele declarou: “eu jamais me engano! Cada uma de minhas palavras é histórica” (HITLER apud FEST, 1981, p. 343).

O temor do comunismo foi também um grande aliado de Hitler. Os líderes mundiais cometiam o mesmo erro que políticos alemães quando acreditaram que poderiam utilizar Hitler a serviço de algum de seus interesses. Chamberlain, por exemplo, via-o como um baluarte contra os bolcheviques, que eram ainda “o velho pesadelo do ocidente, que Napoleão evocava em Santa Helena e que o presidente do conselho francês, Daladier, citava inquieto: ‘os cossacos dominarão a Europa’” (HAMILTON, 1985, p. 668). Em 1935, buscando advertir o restante do continente, Thomas Mann redigiu o ensaio cujo o nome já evidenciava sua preocupação: *Atenção, Europa!* (1935). Se antes um conflito iria, em sua visão, tornar possível perceber toda a beleza da Alemanha, além de purificação e glória, tudo o que a guerra do *III Reich* faria era “uma catástrofe esmagadora, a derrubada da civilização” (MANN, 1945, p. 116). A derrubada da civilização não teria sido nenhum problema para o Thomas Mann que escrevia *Pensamentos na Guerra*. Em *Atenção, Europa!*, porém, mais uma vez a questão do humanismo europeu transparecia como fundamental para quando o nacional-socialismo fosse extinto e até mesmo como caminho para superá-lo, ou então o futuro que aguardava a Europa guardaria desta apenas o nome.

Em todo humanismo existe um elemento de debilidade que, em certas circunstâncias, pode ser a causa de sua ruína, unido ao seu desprezo pelo fanatismo, sua paciência e seu apego ao ceticismo; em resumo, sua bondade natural. O que se necessita hoje é um humanismo militante, consciente de sua virilidade e inspirado pela convicção de que os princípios de liberdade, tolerância e escrúpulos sinceros não serão explorados nem destruídos por uns fanáticos que, por sua parte, não tem sombra de tolerância nem escrúpulos. Se o plano de um humanismo europeu não pode nascer de novo no meio da luta, se a alma do humanismo não pode captar novamente a sua juventude militante, então será destruído; e nascerá uma Europa da que só se conservará o nome, e contra a qual seria melhor buscar refúgio mais além do espaço e mais além do tempo (MANN, 1945, p. 117).

Apesar das advertências e de todo *Apelo à Razão*, Hitler seguia com seu programa, cumprindo suas promessas: “Eu não me tornei chanceler do *Reich* para agir de modo diferente do que proclamei durante catorze anos. Somos desses que só tem uma palavra” (HITLER apud FEST, 1981, p. 491). Enquanto isso, o Ocidente acreditava que seria ele o dique capaz de conter a onda vermelha. Homens como Thomas Mann angustiavam-se ao tentar fazer com que o restante do mundo percebesse a trajetória que Hitler havia escolhido desde o início de seu percurso. Como observou Hannah Arendt, tal postura, em que os crimes cometidos fazem parte do currículo do líder, era comum ao totalitarismo, uma vez que “os governantes totalitários em potencial geralmente iniciam suas carreiras vangloriando-se de crimes passados e planejando cuidadosamente os seus crimes futuros” (ARENDDT, 2012, p. 435).

A Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939) foi uma ótima oportunidade para os nazi-fascistas testarem seus novos equipamentos de guerra, mesmo que Mussolini tenha se entusiasmado muito mais do que Hitler quanto ao empreendimento. A cada novo ato, o destino da Alemanha parecia repetir-se de forma inexorável no teatro mundial, e esses fatos penetravam no discurso de Mann, afastando-o ainda mais do que havia escrito em *Pensamentos na Guerra e Considerações de um apolítico*. Diante desse novo contexto, afirmar-se apolítico era, segundo Thomas Mann, uma postura “egoísta e antissocial, uma estúpida maneira de enganar a si mesmo, uma loucura. Mas significam algo mais; deixam ver uma ignorância não só intelectual, senão ética” (MANN, 1945, p. 119). Desse modo, a Guerra Civil Espanhola, não passava despercebida em suas análises, prova disso foi seu ensaio *Estou com o povo espanhol* (1936), no qual demonstrou perceber que os socialistas eram aqueles que lutavam contra a verdadeira ameaça à humanidade: o fascismo. Nessas questões, Mann falava com a autoridade daqueles que já haviam sentido na pele e em seu próprio país os efeitos de um movimento de extrema direita. Era dessa forma que concluía acerca do conflito: “pode não estar claro o que quer o povo espanhol. Mas o que não quer está suficientemente claro: o general Franco” (1945, p. 122).

Em outro ensaio, *Massa e Valor* (1936), Thomas Mann observou que um dos erros que permitiu ao nacional-socialismo subverter o espírito alemão estava em uma postura que já havia sido a sua. Mais uma vez o isolamento da política estava em pauta. O erro, para o ensaísta, estava presente na crença dos alemães na possibilidade de separar cultura e política. Como destaca Mann, “Ser um amante da cultura e isolar-se da política, tem causado grandes danos à Alemanha” (1945, p. 133).

No início do exílio, Thomas Mann se conteve quanto ao seu posicionamento de opositor ao regime, na esperança de que seus livros não ardessem nas fogueiras da inquisição nazista e na expectativa de que suas obras pudessem continuar a serem lidas por aqueles de sua nacionalidade. Essa circulação na Alemanha lhe era vital, pois o autor afirmava serem suas obras feitas para os alemães e o fato de terem alcançado o sucesso internacional tinha sido uma espécie de bônus inesperado. Porém, na medida em que os nazistas avançavam em sua empreitada de dominação, Mann avançou cada vez mais para a oposição ao nacional-socialismo. Nesse movimento, todavia, o autor sofreu com alguns efeitos colaterais causados pelo seu posicionamento oposicionista.

Ao passo que recrudescia suas falas contra o regime de Hitler, Mann acabou por perder a nacionalidade alemã e seus livros não escaparam do fogo nacional-socialista na Alemanha. Outro efeito colateral de sua oposição foi a perda do título de doutor honorário, concedido pela Universidade de Bonn. A carta em resposta ao reitor foi praticamente um manifesto contra a então condição das universidades alemãs. Foi uma afirmação de que estas estariam maculando seus nomes ao compactuarem com o regime (MANN, 1945, p. 145), assim como um conselho para os alemães tomassem cuidado para não serem confundidos com os nazistas (1945, p. 149 - 150). Desse modo, não era mais a guerra um caminho ou uma aventura em que os alemães defendiam-se de seus vizinhos franceses, que outrora foram acusados por Thomas Mann de se comportarem de maneira feminina para comover o mundo contra os alemães. Em 1936, o escritor via, em uma possível guerra, um sinal de maldição. Nas palavras de Mann, “desgraçado do povo que, não sabendo qual caminho seguir, termina optando pelo caminho abominável da guerra, odiada por Deus e os homens” (1945, p. 151).

A democracia e a política não eram mais uma forma de corromper a arte, mas o caminho para salvar a alma alemã da corrupção que era o nazismo. Tal corrupção havia tomado conta daquilo que permaneceu na Alemanha, mas não necessariamente do *Geist* alemão. Quando Thomas Mann compôs *A próxima vitória da democracia*, ensaio no qual previu o embate inevitável que teria como consequência uma imposição da democracia norte-americana, percebeu que o discurso dos regimes fascistas, de agirem com a história embaixo do braço e de serem capazes de tudo realizar, passava pela imposição e pela força. Para o autor, porém, uma vez “subjugado o corpo pelo terror, pode subjugar o pensamento, porquanto o homem não pode viver uma vida dupla; para viver em harmonia consigo mesmo, adapta seus pensamentos à forma de vida que a força lhe impõe” (MANN, 1945, p. 161). Nesse trecho do discurso de Mann é possível notar sua percepção do que era um regime totalitário, como

Hannah Arendt discorreu em *Origens do Estado totalitário*, e o modelo de homem que os nazistas ansiavam por produzir, inebriados por um sentimento comum ao que a autora chamou de geração de vanguarda, para os quais

[...] a violência, o poder e a crueldade eram as supremas aptidões do homem que havia perdido definitivamente o seu lugar no universo e era demasiado orgulhoso para desejar uma teoria de força que o trouxesse de volta e o reintegrasse no mundo. Contentava-se em participar cegamente de qualquer coisa que a sociedade respeitável houvesse banido, independentemente de teoria e conteúdo, e promovia a crueldade à categoria de virtude maior porque contradizia a hipocrisia humanitária e liberal da sociedade (ARENDR, 2012, p. 462).

Desse modo, os alemães não seriam necessariamente a raça escolhida de senhores, mas um meio para se chegar à gênese desse novo grupo. De acordo com Fest (1981, p. 639), “Hitler descreveu aos mais íntimos o novo tipo humano (parcialmente realizado nas SS) como um animal predatório, cruel, sem medo, marcado de traços ‘demoníacos’ de tal modo que ele próprio se apavorou com a visão”. Hannah Arendt também observou que, se o intento nazista de conquistar o mundo houvesse logrado êxito, certamente seria imposto à Alemanha o mesmo que aconteceu aos povos conquistados. Sobre esse ponto, ela afirmou:

Os nazistas não achavam que os alemães fossem uma raça superior, à qual pertenciam, mas sim que deveriam ser comandados como todas as outras nações, por uma raça superior que somente agora estava nascendo. A aurora dessa nova raça não eram os alemães, mas a SS (ARENDR, 2012, p. 550).

Para alcançar a plenitude, o Estado totalitário precisaria então de se alimentar cada vez mais da violência, daí a necessidade de uma ampla oferta de seres humanos para abastecer a grande máquina de morte, da qual os campos de concentração e de extermínio compuseram a principal engrenagem. Para Hannah Arendt, “De qualquer modo, foi só durante a guerra, depois que as conquistas do Leste forneceram grandes massas e tornaram possíveis os campos de extermínio, que a Alemanha pode estabelecer um regime verdadeiramente totalitário” (2012, p. 438). Nessa perspectiva, se o fascismo chegou ao poder e foi durante muitos anos uma inspiração para Hitler, nem mesmo Mussolini esteve à frente de um regime verdadeiramente totalitário, como o líder da Alemanha nazista ou o soviético Josef Stálin, como é apontado mais uma vez em *Origens do totalitarismo*:

Contudo, nem mesmo Mussolini, embora useiro da expressão “Estado totalitário”, tentou estabelecer um regime inteiramente totalitário, contentando-se com a ditadura unipartidária (...) Os nazistas, cujo instinto era infalível para discernir essas diferenças, costumavam comentar com desprezo as falhas dos seus aliados fascistas, ao passo que a genuína admiração que nutriam pelo regime bolchevista da Rússia (e pelo Partido Comunista da Alemanha) só era igualada e refreada por seu desprezo em relação às raças da Europa oriental (2012, p. 453).

Nesse contexto, passava a ser inútil e sem sentido considerar que Hitler seria a fortaleza contra o bolchevismo. Antecipando as similaridades entre os dois regimes, apresentada tempos depois por Hannah Arendt, Thomas Mann já afirmava em 1937:

Em certos aspectos, especialmente no terreno econômico, o nacional-socialismo não é outra coisa que um bolchevismo. Estes dois são irmãos hostis, dos quais o mais jovem tem aprendido tudo do maior, o russo, exceto a moralidade, pois o nacional-socialismo é um bastardo, um impostor, com um mórbido desprezo pela humanidade, mas no terreno econômico é praticamente idêntico ao bolchevismo (MANN, 1945, p. 177).

O que se conseguiria ao apoiar Hitler contra os soviéticos seria, no máximo, um tipo de bolchevismo mais obscuro. O nacional-socialismo aparece nos discursos de Thomas Mann como algo que teria o poder de apodrecer tudo o que tocava. Assim teria acontecido com a Alemanha inteira e, nesse ponto, até mesmo com sua antítese e ao mesmo tempo inspiração, por meio da qual se esperava que os nazistas salvassem a Europa. Nesses trechos, é possível perceber que Thomas Mann não passava apenas a um defensor da democracia e da política, mas, em alguns momentos, surge até mesmo certo flerte com o socialismo.

Mas se Mann chegou a destacar que pelo menos no campo econômico os dois sistemas eram similares, o que parece ser também uma tentativa de tornar sem sentido a atitude da elite abastada que apoiava Hitler, logo a seguir o autor concluiu que nacional-socialismo e socialismo eram antagônicos e que a mistura entre os programas de ambos era uma farsa. Em 1944, tornou-se ainda mais agressivo em relação a esse fato, pois, no seu discurso de 28 de março, vociferava: “Socialismo! Hitler e seu bando são sustentados pelo capital financeiro alemão e internacional e por eles foram impelidos ao poder. Eles viveram do medo cego do mundo burguês ao socialismo e ainda esperam continuar vivendo” (MANN, 2009, p. 175). É provável também que, para Thomas Mann, bolchevismo não fosse necessariamente sinônimo de socialismo.

O socialismo é um impulso moral completo, o que significa que está dirigido até dentro, que é um impulso da consciência. Qualquer que seja o conceito que cada qual tenha do socialismo desde o ponto de vista do individualismo político e econômico, é necessário admitir que é amante da paz, pacifista até o ponto de colocar a si mesmo em perigo. (MANN, 1945, p. 181).

Thomas Mann acreditava que, para tratar com a o regime de Hitler, aqueles que defendiam a liberdade não deveriam valer-se apenas da paz, mas era necessário que a liberdade também se defendesse, pois, o nacional-socialismo aproveitava-se dessa atitude: “A liberdade deve descobrir a sua virilidade. Tem que aprender a andar com couraça e defender-se contra seus inimigos mortais” (MANN, 1945, p. 195). Nesse caso, sua fala parece voltada agora para os

Estados Unidos, uma vez que os ingleses e franceses pecavam com sua política do apaziguamento ao acreditarem ser possível contornar um confronto com Hitler por meio de concessões. Para o autor, estes haviam sido muito benevolentes com os nazistas, enquanto, anos antes, sua intransigência havia colaborado para arruinar a República de Weimar, que verdadeiramente poderia ter evitado ao mundo uma guerra que se tornava cada vez mais próxima. A devolução do Sarre a Hitler foi, segundo Mann, algo muito menos natural do que se o houvessem entregado a uma república alemã (MANN, 1945, p. 224).

Em relação a isso, no ensaio *Um irmão* (1937), é possível perceber um Thomas Mann angustiado. O escritor, assim como muitos outros que se exilaram por causa de Hitler, sabia que uma paz com o *Führer* era improvável. Adiar uma postura mais dura para com os nazistas apenas os deixaria mais fortes para um possível conflito. Para Mann a tragédia de Hitler encaixou-se com a tragédia do povo alemão (MANN, 1945, p. 204). Enquanto Chamberlain celebrava e acreditava ter salvado a paz, ao preço do sacrifício da Tchecoslováquia, Thomas Mann não se iluiu de que isso seria possível. Em *Esta Paz* (1938), ele argumentou que a Europa que permitia a prosperidade de Adolf Hitler não desejava a paz. Nesse contexto, predominavam as críticas aos ingleses, uma vez que “Este movimento, ajudado, de acordo com determinados planos, pelas classes dirigentes da Inglaterra, obteve seu triunfo final nos últimos dias de setembro de 1938” (MANN, 1945, p. 220). Assim, também responsabilizava a Inglaterra pelo fortalecimento do nacional-socialismo, pois, de acordo com Mann, ela tinha perdido chances de ceifar a estratégia dissimulada de Hitler e havia assumido uma postura egoísta de não dar importância para o que acontecia quando outros povos eram violentados pelos nazistas, mesmo aqueles povos considerados germânicos. Esse é o caso do que aconteceu aos austríacos: “Caiu a Áustria. Isso não era o ‘Anschluss’ que se havia negado à república, ainda em sua forma mais humilde, simplesmente econômica. Era anexação, conquista” (1945, p. 225).

A política do apaziguamento não surtiu o efeito esperado, pelo menos não para as potências ocidentais que acreditavam livrar-se de mais uma guerra com a Alemanha, enquanto Hitler deveria direcionar seu arsenal para a ameaça comunista. Para os nazistas, tal situação foi extremamente confortável para que ajustassem calmamente sua máquina de guerra. O primeiro laboratório havia sido a Guerra Civil Espanhola, mas a grande desculpa para que fosse permitido a Hitler destroçar o Tratado de Versalhes era ainda a ameaça comunista. Quando o Pacto Ribbentrop-Molotov ficou evidente, após a ocupação da Polônia por alemães e soviéticos, aqueles que acreditavam poder utilizar Hitler e manipulá-lo de alguma forma de

acordo com os próprios interesses – o mesmo erro cometido por políticos na Alemanha durante a ascensão nazista – perceberam como foram eles a massa de manobra para Hitler. Não havia mais desculpas ou esperança de paz, pelo menos para a Inglaterra e França, mesmo com o sacrifício de algum outro pequeno país longínquo. Ao pactuar com a União Soviética, os nazistas haviam acertado uma trégua com a ameaça que prometiam combater e destruir. Quanto ao pacto, Hitler conseguiu evitar uma guerra em duas frentes, o que tinha sido o pesadelo dos alemães na Primeira Guerra Mundial, mas não era sua opção inicial se acertar com os soviéticos.

Tudo o que eu empreendo é dirigido contra a Rússia; se o Ocidente é cego e burro demais para entender isso serei obrigado a me entender com a Rússia, vencer o Ocidente e depois reunir minhas forças e me voltar contra a União Soviética. (HITLER apud FEST, 1981, p. 696).

Quando então a *Blitzkrieg* recaiu sobre a Polônia, França e Inglaterra fizeram o que Thomas Mann esperava desde o início de seu exílio e, se antes o tom do seu discurso era de críticas aos ingleses, agora o ensaio *Esta Guerra* (1939) teceu vários elogios à Inglaterra. Mann parecia não acreditar que o povo alemão tivesse conhecimento das atrocidades que estavam sendo cometidas em seu nome. Porém, internamente na Alemanha parecia que o tempo da redenção, esperado desde o fim da Primeira Guerra e após as humilhações de Versalhes, havia chegado. A anexação de povos germânicos e a promessa da conquista do Espaço Vital, mais do que nunca, estavam prestes a serem cumpridas. Thomas Mann viu nesse sentimento de honra maculada, ou até mesmo perdida, dos alemães o que tornou o nazismo possível, era nesse sentido que seu discurso se direcionava.

Quem pode fazer o povo alemão compreender que eles nunca perderam sua honra? Que uma quadrilha de rufiões os tem persuadido do contrário com a finalidade de obter seu domínio sobre eles, e tem empregado o pretexto da honra perdida para transformá-los em criminosos e assassinos? (MANN, 1945, p. 257).

Enquanto a estratégia hitlerista de bradar que os alemães não desejavam a guerra surtia efeito no mundo imaginário dos regimes totalitários, Thomas Mann ironizava seus planos de uma vitória total que culminaria em uma paz alemã, assim como o fato de os nazistas classificarem as potências inimigas como velhas e decadentes, sendo a Alemanha a representante da juventude. Segundo Mann, a fundação da Alemanha como Estado nacional ao fim do século XIX não representava juventude, mas sim atraso (MANN, 1945, p. 261 – 264).

O que finalmente a Inglaterra e a França haviam entendido era que não existia a possibilidade de um mundo em paz enquanto houvesse nacional-socialismo. A guerra era o fim, o objetivo do regime, que só poderia se realizar em sua plenitude com um novo conflito. Na verdade, os

nazistas nunca acreditaram que houve paz com o fim da Primeira Guerra Mundial e o Tratado de Versalhes. O que se deu foi uma guerra também por outros meios, visto que os choques violentos, regados a sangue e morte, eram constantes nos tempos de conquista do poder. É a guerra e a violência uma necessidade dos regimes totalitários, que precisam se mostrar constantemente em movimento. Para Hannah Arendt isso faz parte da “essência dos movimentos totalitários, que só podem permanecer no poder enquanto estiverem em movimento e transmitirem movimento a tudo que os rodeia” (ARENDR, 2012, p. 434).

Se a defesa da justiça coincidia com a luta da própria democracia, era de se lamentar o que coincidia com a luta da Alemanha. Anteriormente citei como Mann falou do socialismo de forma elogiosa; agora, em *Esta Guerra*, o liberalismo também era exaltado, ao que a palavra liberdade em nada lembrava sua terra natal naquele momento, pois “só é livre o que permite aos demais serem livres também, e o que impõe uma obrigação está por sua vez submetido a outra” (MANN, 1945, p. 271). Com a guerra mais uma vez em curso, Thomas Mann não deixava de ponderar qual seria o caminho após os anos de destruição vindouros e, mais uma vez, se engajou no combate ao seu modo. Pensava em uma Europa integrada, não por um regime conquistador e violento, mas sim que deveria abraçar a democracia de modo a evitar novas guerras.

Somente com a vitória deste conceito de liberdade, o conceito de uma democracia supranacional, poderá assegurar-se a felicidade, a paz e a ordem na Europa, no lugar de uma anarquia que conduz uma e outra vez a guerras sangrentas que estão destruindo a civilização (MANN, 1945, p. 275).

Afiguravam-se então dois modelos de reconstrução para a Europa: de um lado a escravidão imposta pelo regime nazista; de outro a paz e a liberdade que compunham a democracia (MANN, 1945, p. 284). Também se tornou perceptível, a partir desse momento, que o escritor que antes buscava sempre diferenciar os alemães dos nazistas, já observava que seus compatriotas, pelo menos os que permaneceram na Alemanha, começavam a confundir-se com o regime de Hitler por sua omissão. Segundo Mann, “Se o povo alemão não pode exibir a força para rebelar-se, se prefere olhar e esperar, ver se o êxito pode favorecer a seus governantes, o crime e a desgraça caíram sobre suas cabeças” (1945, p. 288).

Thomas Mann nunca renegou seus escritos pré-republicanos, mas em diversos momentos é possível perceber que próprio escritor fazia referência à sua mudança de posicionamento. No ensaio *A Cultura e a Política* (1939), Mann fez longas ponderações sobre *Considerações de um apolítico* e comentou a sua conversão, referindo-se inclusive ao alemão antidemocrático como um ignorante (MANN, 1945, p. 301). Esse ensaio é um dos mais reveladores de sua

mudança, porque o próprio autor tratou de seu ponto de vista anterior, divergente do formato pelo qual observava os acontecimentos em 1939: “Defini a democracia como o exercício político do intelecto e a combati com todas as minhas forças, em nome da cultura, e até mesmo em nome da liberdade” (1945, p. 291). Segundo concluiu, era essa postura fruto de sua tradição intelectual, e ele confessa que entendia pouco do conceito de liberdade. Além disso, o assunto pouco o interessava. Mann via na sua obra uma espécie de autoexame e que resumia todos seus “valores tradicionais, que eram intelectuais, burgueses, alemães e apolíticos” (1945, p. 292). Dessa forma, a política esteve inicialmente fora do que realmente importava a um artista como Thomas Mann, a política não fazia parte da cultura; assim como para muitos na Alemanha, e não apenas intelectuais, não fazia parte da tradição germânica, forjada principalmente a partir do militarismo prussiano.

É possível também questionar se aquilo que Thomas Mann escreveu e pensou durante a Primeira Guerra, na verdade, não divergia, apesar das várias similaridades com o que os grupos de extrema direita apregoavam, desses discursos rancorosos que nasceram no país após a derrota na Primeira Guerra Mundial. Dentre os vários fatores que tornaram o nacional-socialismo possível consta a aversão à política, visão defendida por Mann nas *Considerações*, mas em relação à qual o próprio Mann concorda que houve uma mudança em seu pensamento, fruto de um autoexame: “Mas o autoexame, se é bastante completo, é quase sempre o primeiro passo para uma mudança. Descobri que ninguém que aprende a conhecer-se a si mesmo segue sendo o que era antes” (MANN, 1945, p. 292). Para afastar sua obra da aproximação com o ideário nazista, o autor fala ainda que o livro era fruto de transtornos externos e que finalmente havia percebido que não existe linha divisória entre o intelecto e o político. Essa divisão não era um erro apenas de intelectuais como ele, mas também da própria burguesia alemã, que, se antes acreditava defender a cultura enquanto criticava a política, agora via que aquela não estaria segura enquanto os alemães não absorvessem esta. Como Mann reconhece, “a burguesia alemã havia se equivocado ao acreditar que um homem culto poderia permanecer fora da política” (1945, p. 292). Mann sentia-se grato e aliviado pelo sentimento democrático que tomou conta de seu posicionamento, pois era tal sentimento que, segundo o escritor, o afastou dos movimentos de extrema direita.

Pois, aonde estaria hoje, se, com um espírito conservador, eu teria aderido a uma Alemanha a qual sua música e seu intelectualismo não tem impedido entregar-se à forma mais vil de adoração do poder, nem a um barbarismo que sacode as fundações de nossa civilização ocidental? (MANN, 1945, p. 293).

Nesse ponto, Thomas Mann delineou uma ideia que este trabalho busca entender. Sua conversão à causa democrática o “salvou” de ter guinado em direção a movimentos como o nacional-socialista. Sua sensibilidade de artista o levou a perceber, juntamente com a desilusão de 1918, o futuro obscuro que aguardava a Alemanha caso algumas de suas tradições fossem deturpadas pelo rancor e pelo revanchismo. Tal previsão teria se comprovado em 1933 com a chegada de Adolf Hitler ao poder e se reafirmado com a guerra em 1939, quando mais uma vez Mann criticou a postura apolítica dos alemães:

O infortunado curso da história alemã, que tem desembocado na catástrofe cultural do nacional-socialismo, está na realidade muito ligado a este aspecto apolítico do espírito burguês, e a seu costume antidemocrático de olhar para baixo com desprezo, desde seus cumes intelectuais, até à esfera da ação política e social (MANN, 1945, p. 293).

Em 1940 os ventos da guerra eram extremamente favoráveis a Hitler. A *Blitzkrieg* derrubava uma nação após a outra, inclusive a França. Os ingleses, antes muito criticados por Thomas Mann devido à sua imobilidade, representavam naquele momento o baluarte da civilização ocidental contra a máquina de guerra nazista. A gênese do conflito era o espírito totalitário que dominava a Alemanha. Em relação a isso, Mann afirmou que: “Odiamos o totalitarismo porque sabemos – sempre o soubemos – que o Estado totalitário não é outra coisa que a preparação para a guerra totalitária” (MANN, 1945, p. 308). Essa última fala do escritor encontra eco também no que afirmou Hannah Arendt sobre a intenção dos movimentos totalitários em buscar uma hegemonia mundial. Esses movimentos utilizavam o país onde primeiro conquistaram o poder como mais um degrau. Tais governos totalitários consideravam “o país no qual galgaram o poder apenas como sede temporária do movimento internacional a caminho da conquista do mundo” (ARENDRT, 2012, p. 550).

Em vista dessas constatações, o ensaio *A guerra e o futuro* (1940), de Thomas Mann, conclamava também os Estados Unidos para a guerra. O país que o escritor havia adotado como novo lar tornou-se sua esperança para uma vitória que salvaria a civilização. Enquanto isso, Mann desejava a derrota de sua terra natal.

Meu coração está apaixonadamente comprometido nesta luta, de nenhuma maneira ao lado da Alemanha, não, senão ao lado dos seus adversários; e com toda a minha alma rogo que meu extraviado e brutalizado país receba a terrível lição final (MANN, 1945, p. 309).

O conflito, que era, na opinião de Mann, na verdade uma espécie de guerra civil, estaria condenando a era dos Estados nacionais e das culturas nacionais a uma dissolução (MANN, 1945, p. 310). Novamente, o autor afastou-se ainda mais de suas *Considerações de um*

apolítico, pois ele, que já havia demonstrado até mesmo alguma simpatia pelo socialismo, passava a elogiar a ideia de liberdade e igualdade, consideradas sinônimas, enquanto de novo culpava o nacionalismo burguês pela gênese do nazismo (MANN, 1945, p. 316 – 318).

A democracia, dessa maneira, vai se tornando, no discurso do autor, não só o caminho para a redenção da Alemanha, mas também a rota a ser trilhada por toda a humanidade, uma vez que é perceptível, pelos escritos, que, conforme os anos de guerra avançavam, mais Thomas Mann via na criação de uma comunidade internacional a solução para que as mazelas vividas naquele momento não se repetissem após o fim do conflito. Ele parecia temer que, depois de alguns atribulados anos, os conflitos se repetissem, como foi o caso do que ocorreu na Europa em relação à Primeira Guerra e à Segunda Guerra. Para que tais horrores não ocorressem novamente, não deveria haver um sentimento de diferenciação e exaltação da matança em escala industrial por aqueles que retornaram do *front*. Em sua definição de democracia, Thomas Mann considerava então “o ajuste humano entre a liberdade e a igualdade, a conciliação das exigências individuais e sociais, é o que se chama democracia” (MANN, 1945, p. 319). Assim, no tom de suas ideias transparece também que a democracia era uma forma de oposição ao individualismo burguês, de onde surge o nacionalismo e os Estados nacionais. Então, de acordo com sua própria lógica, o Mann pré-republicano tinha sido também um individualista, mas o Thomas Mann da Segunda Guerra Mundial era um defensor da democracia social.

A democracia social está agora na ordem do dia. Se a democracia tem de conservar-se, tem que fazê-lo recorrendo à instauração de uma liberdade social que livre os valores individuais mediante oportunas concessões voluntárias de igualdade, mediante uma economia justa que unirá estreitamente a todos os filhos da democracia. Se impõe uma determinada reforma do conceito de liberdade, pois a crise da democracia é, na realidade, a crise da liberdade, e só será possível salvar a democracia dos ataques hostis por meio de uma solução sincera do problema da liberdade, na vida econômica e internacional dos povos. Pois ambas têm as mesmas necessidades, e uma é um obstáculo para a outra. A soberania absoluta do indivíduo, ao qual não se podem “por obstáculos”, corresponde, na vida das nações, a soberania absoluta, socialmente irresponsável, dos grandes individualistas, os Estados nacionais (MANN, 1945, p. 320).

Além do problema do controle do individualismo e de outras questões alemãs que tornaram o nacional-socialismo possível, como o fato da aversão à política na Alemanha, Thomas Mann trata de algo que lhe era caro, fazia parte de sua tradição intelectual: o romantismo alemão. Hitler, segundo Mann, apropriou-se do romantismo, o explorou e o utilizou para transformar os alemães em inimigos da humanidade. Era o nazismo pervertendo mais uma vez algo valoroso à cultura alemã. Para Mann, “O que nós chamamos nacional-socialismo é uma perversão venenosa de determinadas ideias que tem uma larga história na vida intelectual

alemã (...) se chamava ‘o movimento romântico’” (MANN, 1945, p. 321). A Alemanha não estava presente, na vida de Mann, na forma do seu antigo espaço físico de Estado nacional, mas, na medida em que os valores alemães eram perdidos para o nazismo, Thomas Mann considerava-se cada vez mais um reservatório da verdadeira cultura de sua pátria, que sobrevivia com ele no exílio.

3.3 Um novo *front* na guerra de Thomas Mann: *Ouvintes alemães! Discursos contra Hitler (1940 – 1945)*

Como figura proeminente dentre os emigrados da intelectualidade alemã, na qual figuravam nomes como o de seu próprio irmão, Heinrich, Thomas Mann circulava pelos Estados Unidos proferindo discursos e palestras, que tratavam mais do que nunca da situação em que se encontrava sua pátria. Thomas havia perdido o título de doutor da Universidade de Bonn, quando lhe foi retirada sua cidadania alemã, mas honrarias e títulos honoríficos não lhe faltaram nos países por onde passou. Devido a essa grande influência no exterior, somada ao fato de ser um grande nome da literatura de seu país e ao engajamento no combate ao nacional-socialismo que demonstrava até então, Thomas Mann foi convidado pela BBC para redigir discursos, que a princípio eram lidos por outros em transmissões para a Alemanha nazista. Posteriormente, a própria voz do escritor era gravada e transmitida a seus compatriotas. Se imaginarmos que os regimes totalitários construía uma barreira de censura e propaganda que isolava seus súditos, o intento de Mann e da BBC era extraordinário, pois, aqueles que ousassem sintonizar em seus discursos na Alemanha, provavelmente seriam eliminados. É possivelmente considerando essa barreira de censura e propaganda que o escritor afirma: “Sei muito bem que, após esses oito narcotizantes anos, vocês quase não podem imaginar a Alemanha sem o nacional-socialismo” (MANN, 2009, p. 47). Para Hannah Arendt, inclusive, tal isolamento da realidade iniciou-se muito antes:

A força da propaganda totalitária – antes que os movimentos façam cair cortinas de ferro para evitar que alguém perturbe, com a mais leve realidade, a horripilante quietude de um mundo completamente imaginário – reside na sua capacidade de isolar as massas do mundo real (ARENDETT, 2012, p. 488).

Era esse isolamento, essa quietude, essas cortinas de ferro que os discursos de Mann contra Adolf Hitler buscavam romper. Além disso, tratava-se de uma oportunidade única para voltar a ter algum contato com sua pátria, depois de um exílio, que começou em 1933. Mann exultava em saber que novamente sua voz ecoava pela Alemanha e era ouvida por seu povo, e

que seus discursos poderiam de alguma forma atingir seus inimigos nazistas. Tais mensagens radiofônicas foram motivo de satisfação e esperança para Thomas Mann. Ao longo do tempo em que o autor de *Os Buddenbrook* direcionava seus discursos para os alemães, é perceptível o anseio de que sua pátria fosse protagonista em livrar o mundo do nacional-socialismo.

Temáticas como as dos ensaios anteriores, democracia, nacionalismo, cultura e civilização (não mais como conceitos antagônicos), continuam direcionando os argumentos de seus *Discursos contra Hitler*. Como, porém, não discursava em uma palestra dentro de uma universidade ou escrevia para um público mais acostumado com obras eruditas da literatura alemã, Thomas Mann ampliou sua ironia e o uso de palavras mais agressivas contra o *Führer*, provavelmente na esperança de ter suas transmissões contempladas por um amplo público, não apenas por aqueles que haviam lido *A Montanha Mágica* ou *Os Buddenbrook*. “Patife obscuro”, “mastim enfurecido” ou “miserável vigarista” eram algumas referências que Mann fazia a Adolf Hitler. Quando soube que o ditador havia feito referência a ele, o autor afirmou: “Dessa boca já saiu tanta porcaria que me causa uma ligeira sensação de náusea ouvir meu nome sair daí” (MANN, 2009, p. 9). É importante ressaltar que os discursos de Mann começaram a ser transmitidos aos alemães ainda no início da guerra, em 1940, ou seja, um momento de grandes triunfos para o *III Reich*. Ao fim da guerra, todavia, enquanto Berlim era conquistada pelos Aliados, Mann buscou silenciar e as transmissões tornaram-se mais espaçadas, pois era certo que não desejava sua voz ressoando como um sino que saudava a capitulação da Alemanha, por mais que desejasse a vitória dos Aliados.

Os discursos transmitidos pela BBC foram a forma mais direta de relação do escritor com o seu povo durante todo o período de exílio. Por esse fato, além do estilo mais aberto em que sua oratória era desenvolvida, Mann falou de uma forma muito mais direta também a respeito do que esperava da Alemanha, da Europa e do mundo após o fim do novo conflito mundial, assim como sobre o que a humanidade deveria aprender com ele.

E o que deve ser o desfecho dessa guerra é algo claro. É o começo da unificação do mundo; a realização de um novo equilíbrio entre liberdade e igualdade; a defesa dos valores individuais nos limites das exigências da vida coletiva; o dismantelamento da soberania dos Estados Nacionais e a instauração de uma sociedade de povos mais livre, porém mais responsável em relação ao todo, com direitos e deveres iguais. Os povos estão maduros para uma nova ordem mundial. Se vinte e dois anos atrás eles ainda não estavam, as experiências das últimas décadas os deixarem maduros para tanto. (MANN, 2009, p. 20 - 21).

O próprio Thomas Mann pode ser incluído no que escreveu nas últimas linhas do parágrafo acima, uma vez que seu amadurecimento o levou claramente a ser não apenas um opositor do

nacional-socialismo, mas também um defensor da democracia. Para tanto, contribuíram a experiência vivida nos Estados Unidos e sua admiração por Franklin Delano Roosevelt, expressa em diversas passagens dos discursos. Mann apontou a permanência de Roosevelt na presidência como um fator decisivo para os rumos da guerra, sobre o que afirmou, em junho de 1941, “a verdadeira voz dos Estados Unidos é a do presidente Roosevelt, cuja reeleição pelo povo americano como líder do país para os próximos anos foi provavelmente o acontecimento decisivo desta guerra” (MANN, 2009, p. 43). O mesmo autor que exultava em nacionalismo alemão durante a Primeira Guerra, converteu-se em um crítico desse conceito e, mais que isso, considerava o nacionalismo alemão o mais perigoso de todos pelo fato de que o definia como “misticismo tecnicizado” (2009, p. 50).

Muito se discute sobre o quanto o povo alemão realmente sabia acerca dos horrores que ocorriam nos campos de concentração e nos campos de extermínio. É lógico que um exilado como Thomas Mann estava distante de ser um especialista perfeitamente inteirado do que se passava nesses locais. Mesmo assim, chegavam a Mann relatos sobre tais campos, o que era prontamente incluído por ele em seus discursos. Em um ensaio onde descreveu o que acreditava ser possível ocorrer ao pastor Niemöller¹⁷, percebemos a ideia que possuía desses lugares ainda em 1941. Além disso, Mann, em tom de alerta, repassa aos alemães os relatos que lhe chegaram da Holanda, citando o fato de centenas de famílias judias serem deportadas, enquanto que, em Amsterdam, o luto predominava devido às mortes terríveis (MANN, 2009, p. 71). A princípio, Mann afirmou que eram quatrocentos jovens, mas posteriormente corrigiu-se ao tomar conhecimento da estatística divulgada pelo governo holandês: “Agora ouvi indiretamente da Holanda que o número que dei era quase a metade do real. Foram cerca de 800 homens detidos então, levados para Mauthausen e lá executados com gás” (MANN, 2009, p. 92). Thomas Mann também percebeu como tudo o que ocorria com essas execuções e nos territórios ocupados faziam parte de um quadro absurdo e, portanto, reconheceu a dificuldade que um sobrevivente encontraria para receber créditos quando fizesse seus relatos. Nas palavras do próprio autor, “Repito: a história soa incrível, e por toda parte no mundo muitos vão se recusar a acreditar nela” (MANN, 2009, p. 71). Essa parte dos discursos de Thomas Mann converge para o que Hannah Arendt tratou em *Origens do totalitarismo*:

Qualquer pessoa que fale ou escreva sobre campos de concentração é tida como suspeita; e se o autor do relato voltou resolutamente ao mundo dos vivos, ele mesmo

¹⁷ Martin Niemöller (1892 – 1984) foi um pastor luterano, autor do poema “E não sobrou ninguém”. Fez oposição ao regime nazista e foi perseguido pela Gestapo.

é vítima de dúvidas quanto à sua própria veracidade, como se pudesse haver confundido um pesadelo com a realidade (ARENDRT, 2012, p. 583).

Mais adiante, no último ano da Guerra, quando vários palcos de horrores nazistas já estavam em territórios dominados pelos aliados, Mann buscava romper o isolamento daqueles que ainda permaneciam na parte da Alemanha dominada pelo nacional-socialismo. O escritor buscava fazer um relato minucioso, por isso destacava que tudo aquilo o que citava era fruto da precisão alemã empregada pelos nazistas. Em meio a tal relato, Thomas Mann trata inclusive dos corpos pulverizados transformados em adubo para o solo alemão que o exército ainda defendia contra uma possível profanação dos Aliados (MANN, 2009, p. 192). Assim, deixa claro que não eram esses últimos os que haviam conspurcado a Alemanha, mas sempre o regime de Hitler. Ao descrever o campo de Maidanek, na Polônia, o autor comentou que:

Lá existe um grande prédio de pedra com uma chaminé de fábrica, o maior crematório do mundo. Seu pessoal bem que gostaria de tê-lo destruído completamente assim que os russos chegaram, mas em sua maior parte ele *está* lá, um monumento, o monumento do Terceiro Reich. Mais de meio milhão de europeus, homens, mulheres e crianças, foram envenenados com cloro e depois queimados, 1.400 por dia. A fábrica da morte funcionava dia e noite; suas chaminés nunca deixavam de soltar fumaça. Seus delegados viram os campos de Auschwitz e Birkenau. Viram o que nenhum ser humano com sentimentos pode acreditar se não vir com os próprios olhos: ossos humanos, barris de cal, encanamentos de gás e crematórios; além disso, as pilhas de roupas e sapatos tirados das vítimas, muitos sapatos pequenos, sapatos de criança, se é que vocês, compatriotas alemães, e vocês, mulheres alemãs, querem continuar ouvindo (MANN, 2009, p. 192).

Em seus *Discursos contra Hitler*, Thomas Mann retorna constantemente à questão da linha tênue – considerando-se o grau de envolvimento da população na guerra – entre o povo alemão e o nazismo. Em uma das mensagens, Mann exortou aos alemães: “Vocês deveriam provar aquilo que o mundo ainda se esforça para acreditar, que o nacional-socialismo e a Alemanha não são uma e a mesma coisa” (MANN, 2009, p. 52). Como tal fonte é uma compilação de discursos que não foram compostos de uma forma linear e mais compacta, como no caso dos ensaios, o humor de Mann e suas expectativas variavam bastante também de acordo com o desenrolar do conflito. Em diversos momentos, todavia, permanecia na tentativa de desgarrar os alemães do nacional-socialismo. Nesse movimento, buscou demonstrar como era importante para o futuro da Alemanha que a libertação partisse de dentro: “Só se vocês mesmos se libertarem terão direito a participar da ordem mundial justa e livre que está por vir” (2009, p. 53).

Como forma de alerta ao povo alemão, nesses discursos, era lembrada a forma como os nazistas tratavam os territórios ocupados. Exemplo disso é o episódio em que os tchecos solicitaram a reabertura da universidade de Praga, porém os homens de Hitler responderam

que, se a Alemanha fosse derrotada, eles teriam sua universidade de volta; caso contrário, não havia a necessidade da existência de qualquer universidade para os povos subjugados, que sofriam, segundo Mann, uma espécie de castração espiritual (MANN, 2009, p. 55). Também as atrocidades cometidas nos territórios ocupados eram trazidas à tona em tom de ameaça, para que os alemães pensassem na vingança que iria recair sobre suas casas se a queda do nacional-socialismo fosse uma obra externa. Por isso, Mann reiterava constantemente que “Essa obra tem de vir de dentro – pois de fora podem vir apenas a vingança e o castigo, mas nunca a purificação” (2009, p. 74).

A oscilação sobre as diferenças entre Alemanha e nazismo surgia de maneira mais pessimista em outros momentos de seus discursos, como quando, em 1940, Mann afirmou enxergar nos alemães um povo que estava a cobrir o mundo de trevas e seguia seus aliciadores (2009, p. 21); ou quando, alguns anos depois, em outubro de 1943, momento em que os triunfos da Alemanha na guerra já não eram mais tão comuns e os efeitos da Batalha de Stalingrado já eram sentidos, Thomas Mann lamentava o fato da fidelidade dos alemães ao nacional-socialismo ainda perdurar e confirmava suas previsões:

Vingança e pagamento? Aí estão eles. O povo alemão está sofrendo a vingança por sua loucura e embriaguez; ele tem de pagar porque acreditou ter o direito à violência, crença que foi inculcada por professores infames, e infelizmente o pagamento está só começando (MANN, 2009, p. 156).

Nessa perspectiva, é possível sintetizar que a esperança de Thomas Mann, ou pelo menos para o que tentava contribuir com seus discursos, era que os alemães derrubassem Adolf Hitler antes dos Aliados. Encorajava uma revolução, mesmo sabendo do preço de sangue que deveria ser pago por isso e, quando seguia nessa linha, o exemplo russo era exaltado em suas falas. Enquanto o que ocorreu na Alemanha em 1933 havia sido uma falsa revolução, na Rússia o que sustentava a resistência contra os nazistas seria a essência de uma revolução verdadeira (MANN, 2009, p. 87). Era o exemplo da Rússia o qual deveria ser seguido na derrubada do tirano e, como o país de Lênin, a Alemanha também deveria ter o seu Domingo Sangrento.

Se o povo fosse para as ruas unanimemente e gritasse “abaixo a guerra e a violação dos povos, abaixo Hitler e toda sua corja, liberdade, justiça e paz para nós e para todos!”, os nazistas reconheceriam que perderam o jogo – eles poderiam atirar, naturalmente, mas um regime de aventureiros que tem de atirar no povo está no fim, e a rebelião dos alemães não irá custar mais sangue de vocês do que aquele derramado na Rússia (MANN, 2009, p. 87-88).

Enquanto isso, os nazistas agarravam-se à ideia de que em algum momento as dicotomias entre a União Soviética e as potências ocidentais levariam ao fim da aliança e que, então, a

Alemanha nazista seria poupada para se converter mais uma vez no baluarte que defenderia a Europa dos bolcheviques. Thomas Mann, todavia, procurava não deixar esperanças aos alemães. Em seus discursos, não lhe restava dúvida alguma de que uma revolução pudesse ocorrer. Porém, ao tocar nessa temática, sua fala beirava a ingenuidade:

E a revolução russa está ligada por acordos históricos, de longo prazo, de livre vontade, à democracia anglo-saxã – que, também rejuvenescida por uma revolução, despertou para suas obrigações sociais -, ligada a ela em uma batalha da qual Hitler, com sua diabólica imundície de ‘Nova Ordem’, nunca poderá sair vitorioso (MANN, 2009, p. 97).

Thomas Mann considerava o regime nacional-socialista um Midas ao avesso (MANN, 2009, p. 100), pois em vez transformar tudo o que tocava em ouro, pervertia e corrompia termos que lhe eram valiosos, como romantismo e Europa, e termos que passou a defender depois, por circunstância da guerra, como socialismo. Mas foi a apropriação do termo nacionalismo que representou um golpe no que essa palavra significava na formação do próprio autor. Durante toda a análise do que Thomas Mann defendeu ao longo da Primeira Guerra Mundial e do seu tipo de nacionalismo, vemos algo do que os nazistas poderiam ter se apoderado. Se vistas de maneira mais cuidadosa, porém, as ideias sobre o conceito de nacionalismo de Mann e dos nazistas mostram divergências. O que Mann defendia eram ideias provenientes de um mundo da *Kultur*, o qual acreditava ameaçado, assim como toda forma do ser alemão, que incluía a aversão geral de seu povo à democracia e à política. O autor enxergava o país encurralado mais uma vez, cercado por vizinhos que não se conformavam com a prosperidade do *Reich* alemão. Mas, com o fim da Primeira Guerra Mundial e consequente derrota da Alemanha, sua análise da conjuntura tumultuada o levou a perceber como tais ideias eram nocivas e a enxergar os malefícios que haviam causado, além de serem terreno fértil para o surgimento de coisas piores, tal como o foi para o nacional-socialismo. Foi ao compreender esses perigos que Mann se distanciou, mesmo sem renega-las diretamente, das suas ideias do período da Grande Guerra e abraçou a causa republicana e democrática, tanto na defesa da República de Weimar, quanto em seus apelos para que o restante do mundo percebesse o que ocorria na Alemanha e os seus riscos para a humanidade. Por fim, já falando a partir do exílio, quanto mais a situação tornava-se crítica, mais veementes tornavam-se seus ensaios e discursos.

Isso tudo não significa que Thomas Mann levava em conta a explicação simplória de que o nazismo foi fruto do nacionalismo, da crise econômica e do rancor devido à derrota na Primeira Guerra mundial. Ele considerou que na verdade Hitler e seus partidários aproveitaram-se de todos esses fatores e de todo o ressentimento para atingir seu objetivo de

tomar o poder na Alemanha e, posteriormente, buscar a hegemonia mundial. Mann entendia que o nazismo era guerra e sempre dizia em seus discursos que uma paz com Hitler era impossível. Como demonstrou Joachim Fest, os planos de Hitler passavam justamente por isto, no fim das contas: hegemonia mundial, mas não necessariamente para o povo alemão. Enquanto Mussolini evocava o passado glorioso do Império Romano, Hitler recorria à história para suscitar o rancor do seu povo, concentrando-se nos episódios mais recentes, até mesmo pela maneira como pautava a história alemã.

Hitler era obrigado a recorrer a esse modo de negação da história no mínimo porque não admirava nenhum período da História Alemã. Seu mundo ideal era o da Antiguidade, Atenas, Esparta (“o mais claro exemplo de Estado racista da História”), o Império Romano. Sempre se sentiu mais perto de César ou de Augusto que de Arminius. Eram eles e não os habitantes incultos das florestas germânicas que ele contava entre “os espíritos sublimes... de todos os tempos” que ele queria “encontrar no Olimpo onde logo vai entrar”. A decadência dos antigos impérios nunca deixou de preocupá-lo: “Penso muitas vezes nos motivos por que o mundo antigo desapareceu”. Aliás zombava abertamente das tentativas sectárias de Himmler para dar vida a algumas comemorações pagãs ou crenças de épocas pastorais. Respondia com sarcasmos a esse folclore germânico baseado na utilização de ervas medicinais e declarava “ter pouca simpatia por essas coisas”: “Quando nossos ancestrais fabricavam tigelas de pedra e vasos de argila a que nossos especialistas da História dão tanta importância, construía-se na Grécia a Acrópole” (FEST, 1981, p. 638).

O nacionalismo de Thomas Mann não se transformou em algo diferente pelo toque do Midas ao avesso, mas desapareceu com o advento do nacional-socialismo, como parte de sua decepção com o país que permitiu a Adolf Hitler tornar-se seu *Führer*, pelo menos foi o que afirmou em um de seus discursos: “pois eu não sou nacionalista, quer vocês perdoem isso ou não” (MANN, 2009, p. 220). Ao falar da sua ideia de nacionalismo, provavelmente a ideia que possuía desse conceito também durante a Primeira Guerra, Mann utiliza o termo patriotismo, que, quando foi tocado pelo nazismo, perdeu todo o seu encanto.

Não era o *amor à pátria* um belo, natural e bom sentimento – o amor às tradições, à cultura, à língua do povo no seio do qual se nasce –, um amor que se dá tão bem com a simpatia e admiração por outras variações do humano, pelo charme intelectual e pelas contribuições culturais de outras nacionalidades? O que esse avesso de Midas, o nacional-socialismo, fez do ouro do patriotismo? Ora, sujeira, naturalmente. Arrogância estúpida, furiosa insolência racial, autoendeusamento maníaco e assassino, ódio, violência e loucura, foi nisso que ele transformou o amor à pátria. E sobre a completa infâmia, sobre a mais insensata degeneração do nacionalismo alemão ele quer construir a “Nova Ordem”, a Europa (MANN, 2009, p. 101).

Anteriormente um nacionalista, Thomas Mann tornou-se um defensor de uma nova ordem entre os povos, uma ordem que aproximaria as nações. Nesse contexto, o futuro teria como base uma democracia social. Com o fim da Segunda Guerra, sua decepção com os alemães foi grande, pelo fato de não terem sido eles a derrubarem Hitler. Como sempre advertiu-os em

seus discursos, já que tal libertação foi obra dos Aliados, o futuro da Alemanha seria ainda mais duro em sua reconstrução, porém, não se igualava ao tratamento dado aos povos estrangeiros pelos nazistas. Em 08 de novembro de 1945, foi feita a última transmissão de sua série de discursos. Nessa sua fala, fez uma espécie de balanço dos anos de conflito e o que aguardava a Alemanha. Além disso, justificava sua decisão de não viver novamente na terra pátria e de não abrir mão de sua cidadania americana. Isso não se dava por conta necessariamente de qualquer rancor contra o seu povo, mas sim por tudo o que havia construído em seu tempo de exílio.

Esse último discurso demonstra muito mais decepção do que qualquer outro sentimento por seus compatriotas. Mann afirma que, caso uma libertação entre 1933 e 1939 houvesse ocorrido, teria retornado imediatamente para a Alemanha, algo com o que sonhou durante todos aqueles anos (MANN, 2009, p. 218). A trajetória surpreendente do autor de *Pensamentos na Guerra* o levou a uma vida como um romance de formação, que colocou a guerra para Thomas Mann como a doença que, na *Montanha Mágica*, moldou a personalidade do jovem Hans Castorp. A grandiosidade dos acontecimentos da primeira metade do século XX não poupou o outrora apolítico e o lançou não apenas fisicamente de um lado a outro do planeta. Esses eventos transformaram seu espírito.

O exílio se tornou uma coisa totalmente diferente do que era antigamente. Não é mais um estado de espera orientado para a volta à pátria, mas já alude a uma dissolução das nações e a uma unificação do mundo. Faz tempo que tudo o que é nacional se tornou província. “Atmosfera de prisão”, gritam para mim aqueles que, por nunca terem aberto a boca contra a desgraça que se aproximava, preferiram ficar em casa. Mas isso é um equívoco. Ficar fora do país me fez bem. A minha herança alemã veio comigo. De qualquer forma, não perdi realmente nada da miséria alemã desses anos por não estar presente quando minha casa em Munique foi destruída. Que me permitam o *meu germanismo cosmopolita*, que já era para mim tão natural quando estava em casa, e o posto avançado da cultura alemã que, por alguns anos ainda, tentarei manter com honestidade (MANN, 2009, p. 221).

CONCLUSÃO

Quando comecei minha pesquisa sobre a trajetória do pensamento político de Thomas Mann, possuía uma ideia do caminho que deveria percorrer, mas a resposta para meus questionamentos foi muito mais complexa do que imaginava a princípio. Ao ler o ensaio *Pensamentos na guerra*, fiquei surpreso em ver o autor de *A Montanha Mágica* e *Doutor Fausto* tão envolvido com a causa alemã na Primeira Guerra Mundial. Por vezes, formulamos a ideia errônea e ingênua de que os artistas e literatos mantêm um papel pacifista ou então um posicionamento distante de acontecimentos do porte do que foi a Grande Guerra, considerando-se a quantidade de vidas que são perdidas para tais eventos. Mas a realidade, ainda mais a realidade da Primeira Guerra, mostra que ocorre justamente o contrário, prova disso são nomes como o de Ernst Jünger, que formulou uma espécie de poesia da guerra. Mesmo em sua oposição ao nazismo, anos depois, o próprio Thomas Mann afirmava que não havia outra forma para que a democracia e o humanismo se defendessem senão aceitar a guerra, pois, do contrário, corriam o risco de sucumbir a ela.

Thomas Mann compôs uma extensa obra aprofundando ainda mais sua visão sobre os rumos da guerra e chamou-a, por mais que o livro tratasse de política, de *Considerações de um apolítico*. Esse livro foi fruto também de um ego ferido por críticas feitas por Heinrich Mann, as quais Thomas acreditou serem direcionadas a ele próprio. A forma encontrada por Thomas Mann para tratar de política, colocando-se como um apolítico, foi centralizar o seu discurso na oposição entre cultura e civilização. Não vejo nessa obra ingenuidade na escolha de seu título, uma vez que o autor sabia muito bem sobre o que discorria no livro, mas sim uma intenção de deixar clara sua opinião sobre assuntos que, se não desprezava, considerava sem importância para o verdadeiro caráter alemão, avesso à política e à democracia. É nesse sentido que Heinrich era visto por Thomas como um traidor, não só do próprio irmão, mas também da pátria que forjou seu caráter de artista.

Certamente a cultura alemã e o espírito alemão contribuíram para a construção do artista Heinrich Mann, porém, isso não o impediu de perceber, bem antes de Thomas, muitos problemas de um comportamento visto na Alemanha como forma positiva de demonstrar o orgulho nacional. Aqueles que leem *O Súdito* sabendo que a obra foi concluída em 1914 ficam abismados com a forma como Heinrich retratou a sociedade alemã daquele momento. O livro adquire um ar ainda mais profético se considerarmos os fatos ocorridos na Alemanha não apenas até 1918, mas sim os eventos até 1945, e que o protagonista do livro, Diederich Hessling, personifica de forma caricata o que o nacionalismo alemão causaria em seus compatriotas.

Acredito que o sucesso de Heinrich Mann, quando o final da Primeira Guerra finalmente chegou, tenha atingido Thomas Mann, que se manteve afastado do irmão por mais alguns anos. O fato de Heinrich viver seu auge no pós-Primeira Guerra o mantinha reflexivo sobre tudo o que havia defendido e os efeitos desse *ethos* para a Alemanha. Heinrich teve um papel crucial na mudança de perspectivas de Thomas Mann, mesmo que esse não tenha admitido de uma maneira explícita esse fato. Passar a defender a democracia e a república era concordar com o que o irmão sempre havia pregado. A influência do irmão mais velho a ser seguido, que já havia sido em sua juventude inspiração para Thomas Mann, surgia mais uma vez. Claro que não podemos creditar sua mudança de posicionamento somente à influência do irmão enquanto uma guerra havia destruído boa parte do mundo de Thomas Mann, mas o espectro de Heinrich deve ter permanecido presente em seus pensamentos enquanto reconstruía sua opinião.

Ao continuar com minhas buscas por fontes, encontrei os *Discursos contra Hitler* e deparei-me com a oposição escancarada a partir da qual Thomas Mann havia escrito durante a Primeira Guerra. O estilo em que defendeu seu posicionamento permaneceu ainda bastante similar ao do Mann pré-republicano, mas não havia dúvidas de que algo no percurso do escritor mudou profundamente sua trajetória. Minha pesquisa concentrou-se então em descobrir o que havia feito com que Thomas Mann não aderisse ao nazismo, pois sendo ele um ferrenho nacionalista, a julgar pelos seus escritos pré-republicanos, poderia ter seguido o nacional-socialismo, como fizeram muitos intelectuais em seu país, que consideraram a derrota fruto de uma traição, cuja maior expressão seria a *República de Weimar*. Porém, em 1923, Mann já exaltava o regime republicano.

Figurava-se cada vez mais curioso o trajeto do escritor. Ao analisar o decorrer dos anos e o crescimento do nacional-socialismo, passei a levantar diversas hipóteses para entender o distanciamento do escritor, como, por exemplo, a questão da origem de Thomas Mann, que era filho de uma brasileira. Esse fator havia levado Mann a ser considerado, anos antes, também de origem judia, visto que, para muitos que lançavam mão do senso comum, a antiga colônia portuguesa era um território de cristãos novos. Dessa forma, seria provável que Thomas Mann não se enquadrasse nos pré-requisitos de pureza racial. Essa hipótese não se sustenta, uma vez que o irmão mais novo de Thomas, Viktor Mann, permaneceu na Alemanha durante o *III Reich* e, como grande parte da sociedade alemã, conviveu com o nazismo.

Busquei a leitura de algumas obras literárias de Thomas Mann, não por considerá-las as principais fontes para a pesquisa aqui realizada, mas sim para a percepção de como seus personagens poderiam expressar algo dos fenômenos históricos da época. Desse modo, não foi a pretensão desse trabalho fazer uma explanação de como suas obras literárias, principalmente depois da Primeira Guerra, foram influenciadas pelos acontecimentos históricos. Para tanto, seria necessária a realização de outro trabalho devido à amplitude do tema.

O próprio Thomas Mann fez algumas análises da evolução de seu pensamento e afirmou que, para o seu próprio crescimento como intelectual, era necessária uma mudança, no sentido, inclusive, de uma conversão. Se pensarmos que as opiniões de Mann quanto a temas como democracia e república já haviam se modificado antes da ascensão de Adolf Hitler ao poder, encontramos alguns indícios do que houve com o intelectual e vemos que, antes mesmo de ter contato com os ideais nazistas, muito do que defendeu durante os tempos da Grande Guerra já havia sido por ele abandonado. É inegável a importância do papel desempenhado pela democracia e o que ela passou a representar para a mudança nos rumos dos pensamentos de Mann. Nesse contexto, vemos o autor como um republicano racional antes mesmo de ter levado o movimento de Hitler a sério.

É perceptível também que valores e conceitos antes defendidos por Thomas Mann, como a aversão à política e, em certos contextos, a aversão à própria democracia, passaram a ser vistos por ele como nocivos para a Alemanha. Foram justamente tais questões que permitiram a ascensão do nacional-socialismo e decepção sofrida pelo autor o fez chegar ao extremo de afirmar que o nazismo possuía raízes também no romantismo alemão. Assim, vemos que o desgosto de Mann tornava-se cada vez maior com o desfecho dos fatos, pois, em sua oposição ao nazismo, na defesa, e até mesmo incentivo, aos Aliados, esperava na verdade que fossem os próprios alemães aqueles que libertariam seu país de Adolf Hitler, ou teriam grande participação em tal acontecimento. Isso não ocorreu, pelo menos não do modo como esperava. Se, antes, a guerra para Mann era um meio de purificação, esta não chegou à Alemanha em virtude de sua não-atuação na queda do *III Reich*.

Vivendo como exilado desde 1933, percebemos que Thomas Mann buscou utilizar isso como vantagem em sua luta para fazer com que os alemães entendessem o rumo que o país seguia. Para Hannah Arendt os regimes totalitários erguem um cerco em volta dos indivíduos e os confinam em uma espécie de mundo imaginário. Mann parecia já ter percebido isso e

incessantemente lançava seus apelos aos compatriotas, ecoando seus discursos pelo país com a ajuda da BBC de Londres.

Na busca por saber o que teria levado Thomas Mann a sua conversão, passou a ser de extrema relevância a questão sobre o que significavam o nacionalismo e a exaltação da Alemanha para o escritor nos tempos em que militava por essa causa e qual o significado dessas ideias para o nacional-socialismo. Os nazistas poderiam ter se apropriado do que foi escrito por Mann durante a Primeira Guerra Mundial e provavelmente o teriam feito se o escritor encontrasse o fim de sua vida antes de 1923, ano em que anunciou sua adesão à causa republicana. De forma superficial, as ideias pareciam convergir. Mas o que vemos é que Thomas Mann não considerava nem mesmo seus discursos daqueles tempos como algo que se assemelhasse ao nacional-socialismo. Em sua decepção, o autor afirmava que os nazistas haviam pervertido muito da cultura alemã e que estavam utilizando até mesmo o sentimento pautado no romantismo como ferramenta para atingir seus objetivos. Tais objetivos em nada lembravam o que o escritor desejava quando, em 1914, acreditava ser a vitória alemã inexorável.

O que esperava Mann naquele momento passava pelo desejo de um reconhecimento da importância e da grandiosidade da Alemanha e de sua cultura, o que obrigaria as outras nações, antigas inimigas, a estudarem seu país. Isso nem de longe lembrava o plano de hegemonia mundial de Adolf Hitler. O fator nazismo fez Thomas reforçar as convicções que havia adotado a partir de 1923. Ele foi um dos que entenderam, já como contemporâneo dos fatos, que o regime de Hitler estava muito além de simplesmente vingar a Alemanha na Primeira Guerra e defender a superioridade do povo alemão. Mann compreendeu bastante cedo o desprezo que os nazistas tinham pelo próprio povo que afirmavam ser uma raça de senhores apenas como artimanha de seu plano. O escritor acreditava que se repetiria contra os alemães o que acontecia com os povos dos países ocupados.

Desse modo, não foi o nazismo o que causou a conversão de Mann, pois ela ocorreu ainda bem antes do movimento de Hitler tornar-se algo amplo. A mudança no posicionamento do autor surgiu durante os cinco anos que sucederam a Primeira Guerra, quando a decepção com o resultado do conflito juntou-se à busca por um entendimento do que havia ocorrido. Diante disso, Mann, que não poderia ficar inerte vendo a miséria e a depressão que atingiam seu país, colocou-se como um ator a incentivar outro caminho para o seu povo, diferente do que pregou alguns anos antes. Convidava então os alemães a abandonarem algumas práticas que haviam sido nocivas a eles próprios. Antes de se preocupar com o pesadelo nazista, Mann sugeriu aos

alemães que dessem uma chance à república e à democracia. O que veio depois reforçou sua compreensão do perigo que se aproximava e como era importante que seu povo abandonasse, como ele havia feito, os ideais de 1914 – 1918. O escritor não escondeu a decepção com o sucesso de Hitler em seu país e passou a renegar o que antes exaltava: o nacionalismo.

Após esse percurso, entendo que não houve da parte de Thomas Mann algum tipo de satisfação pelo fato de ter optado pelo lado certo. Não ter sido um nacional-socialista foi muito mais uma convicção do que uma escolha. Mann percebeu que suas origens artísticas e intelectuais não se confundiam com o que o nazismo pregava, mas que elas foram, na verdade, deturpadas pelo movimento de Hitler. A tristeza pelo que aconteceu à Alemanha nunca o abandonou e foi provavelmente por isso que não conseguiu viver de novo em seu país.

FONTES

MANN, Thomas. *Orden del dia*. Buenos Aires: Editorial Americalee, 1945.

MANN, Thomas. *Doutor Fausto*. Tradução de Hebert Caro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MANN, Thomas. *Ensaio*. Seleção de Anatol Rosenfeld. Tradução de Natan Robert Zins. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MANN, Thomas. *Letters of Thomas Mann 1889-1955*. Seleção e tradução de Richard e Clara Wiston. Los Angeles: University of California, 1990.

MANN, Thomas. Introdução à Montanha Mágica. Tradução de Richar Miskolci. *Perspectivas*, n. 19, p. 131-142, 1996. Disponível em: seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/2008/1638. Acesso em: 24 de junho de 2017.

MANN, Thomas. *Morte em Veneza*. Tradução Eloisa Ferreira Araújo Silva. Rio de Janeiro: O globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

MANN, Thomas. *Ouvintes alemães! Discursos contra Hitler*. Tradução de Antonio Carlos dos Santos e Renato Zwick. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MANN, Thomas. *Pensamentos na Guerra*. Tradução de Mário Frungillo. *Revista UFG*, n. 8, ano XII, julho de 2010.

MANN, Thomas. *Travessia Marítima com Dom Quixote: ensaios sobre homens e artistas*. Tradução Kristina Michahelles, Samuel Titan. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Tradução Herbert Caro. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MANN, Thomas. *Consideraciones de um apolítico*. Tradução de León Mames. Salamanca: Capitán Swing Libros, 2011.

MANN, Thomas. *O escritor e sua missão: Goethe, Dostoiévski, Ibsen e outros*. Tradução de Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MANN, Thomas. *Os Buddenbrook: decadência de uma família*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MANN, Thomas. *Tonio Kröger*. Tradução de Maria Delling. São Paulo: Boa Leitura, s.d.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BLACKBOURN, David; ELLEY, Geof. *The Peculiarities of German History: bourgeois society and politics in nineteenth-century Germany*. Oxford: 1984.

CALDAS, Pedro. O murmurante evocador do passado: a *montanha mágica* e o romance de formação após a Primeira Guerra Mundial. *Historia da historiografia*. Ouro Preto, n.16, p. 107-120, dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/download/802/497>. Acesso em: 24 de junho de 2017.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FELIPE, Kaio. *Bildung e Liberdade em “a Montanha Mágica”*. In: http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/29_6_2012_0_0_52.pdf.

FERREIRA, Raphael B. O prognóstico de um mal: nazismo e opressão no cinema e na literatura alemã. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LITERATURA, CRÍTICA E CULTURA V: LITERATURA E POLÍTICA, 2011, Juiz de Fora. *Darandina revisteletrônica*. Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/darandina/files/2011/08/O-progn%C3%B3stico-de-um-mal-Nazismo-e-opress%C3%A3o-no-cinema-e-na-literatura-alem%C3%A3.pdf>. Acesso em 24 de junho de 2017.

FERRO, Marc. *A Grande Guerra, 1914 – 1918*. Lisboa: Edições 70, 1993.

FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995.

FEST, Joachim C. *Hitler*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FISCHER, Fritz. *Germany's aims in the First World War*. New York: Norton & Company: 1967.

FURET, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995.

GAY, Peter. *A Cultura de Weimar*. Tradução de Laura Lúcia da Costa Braga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GAY, Peter. *Represálias Selvagens: Realidade e Ficção na Literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. Tradução de Rosaura Eichenber. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HAMILTON, Nigel. *Os irmãos Mann: as vidas de Heinrich e Thomas Mann*. Tradução de Raimundo Araújo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875 – 1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Thomas Mann e o Brasil. In: *O Espírito e a Letra: Estudos de Crítica Literária I (1920 – 1947)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KOCKA, Jurgen. German History before Hitler: the debate about German Sonderweg. *Journal of Contemporary History*, Vol. 23, No. 1, pp. 3-16, jan. 1988.

KURZKE, Hermann. *Thomas Mann: life as a work of art*. Princeton: Princeton University, 2002.

KUSCHEL, Karl-Josef. *Terra Mãtria: a família de Thomas Mann e o Brasil*. Karl Josef-Kuschel, Frido Mann, Paulo Astor Soethe; Tradução de Sibebe Paulino. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LONGERICH, Peter. *Heinrich Himmler: uma biografia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

- MANN, Heinrich. *O súdito*. Tradução de Sibebe Paulino. São Paulo: Editora Madalena, 2014.
- MISKOLCI, Richard. *Thomas Mann, o artista mestiço*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.
- PAULINO, Sibebe; SOETHE, Paulo. *Thomas Mann e a cena intelectual no Brasil: encontros e desencontros*. *Pandemonium Germanicum*, n. 14, p. 28-53, 2009/2. Disponível em: In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-88372009000100004. Acesso em 24 de junho de 2017.
- PRATER, Donald A. *Thomas Mann: uma biografia*. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- REED, T. J. Mann and History. In: *The Cambridge Companion to Thomas Mann*. Cambridge: Cambridge University, 2002.
- RINGER, Fritz K. *O Declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- SAFRANSKI, Rüdiger. *Romantismo: uma questão alemã*. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.
- SASSOON, Sigfried. *Memórias de um oficial de infantaria*; Tradução de Luis Reyes Gil. – São Paulo: Madalena, 2014.
- SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da história universal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- STERN, Fritz Richard. *O mundo alemão de Einstein*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WISCHMANN, Christine; CHRISTMANN, Karin B. *Polos opostos: Thomas Mann e Heinrich Mann*. *Letras*, Curitiba, n. 2, p. 97-109, dez. 1975.
- ZWEIG, Stefan. *Autobiografia: o mundo de ontem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.